



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXV - Nº 006 - SÁBADO, 6 DE FEVEREIRO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
 José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
 Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2ª VICE-PRESIDENTE
 Serys Slhessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
 Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
 João Vicente Claudino - (PTB-PI)

3º SECRETÁRIO
 Mão Santa - (PSC-PI)
4ª SECRETÁRIA
 Patrícia Saboya - (PDT-CE)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
 1º - César Borges - (PR-BA)
 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

<p align="center">Maioria (PMDB/PP) - 18</p> <p align="center">Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Valdir Raupp (6) Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior</p> <p align="center">Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha (4,5,7) Neuto De Conto</p> <p align="center">Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p>	<p align="center">Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 19</p> <p align="center">Líder Aloizio Mercadante - PT</p> <p>Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella</p> <p align="center">Líder do PT - 11 Aloizio Mercadante</p> <p>Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3)</p> <p align="center">Líder do PR - 3 João Ribeiro</p> <p align="center">Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p align="center">Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella</p> <p align="center">Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p>	<p align="center">Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 27</p> <p align="center">Líder Raimundo Colombo - DEM (1)</p> <p>Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana</p> <p align="center">Líder do PSDB - 14 Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p> <p align="center">Líder do DEM - 13 José Agripino</p> <p>Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes</p>
<p align="center">PTB - 8</p> <p align="center">Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma</p>	<p align="center">PSOL - 1</p> <p align="center">Líder José Nery - PSOL</p>	<p align="center">Governo</p> <p align="center">Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma</p>
<p align="center">PDT - 6</p> <p align="center">Líder Osmar Dias - PDT</p>	<p align="center">PV - 1</p> <p align="center">Líder Marina Silva - PV</p>	
	<p align="center">PSC - 1</p> <p align="center">Líder Mão Santa - PSC</p>	

Notas:

- Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
- Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
- Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
- Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.

EXPEDIENTE

<p align="center"> Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial </p>	<p align="center"> Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia </p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 4ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE FEVEREIRO DE 2010

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Questionamento sobre o uso da máquina governamental, com a realização de caravanas em benefício de candidatos do Partido dos Trabalhadores, no Estado do Piauí, apelando à Justiça Eleitoral do Piauí para que apure os fatos..... 01206

SENADOR *SADI CASSOL* – Elogios ao Presidente Lula pelo viés social de sua administração, destacando uma iniciativa que é o “Projeto de Inclusão Bancária dos Beneficiários do Bolsa Família”, ação conjunta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Caixa Econômica Federal..... 01209

SENADOR *GERALDO MESQUITA JÚNIOR* – Relato das viagens feitas pelo interior do Estado do Acre, detalhando festas e realizações dos prefeitos locais. Necessidade de o Congresso Nacional concluir o trabalho de elaboração e aprovação das leis que regulamentam dispositivos constitucionais..... 01211

SENADORA *SERYS SLHESSARENKO* – Comentários sobre a produção diversificada do Moto Grosso e a importância da representatividade da mulher na política. 01216

SENADOR *ADELMIR SANTANA* – Reflexão sobre a necessidade de aperfeiçoar as instituições democráticas, ressaltando a importância de debater a reforma política e tributária..... 01220

SENADOR *MÃO SANTA* – Relato sobre momentos vividos por S. Ex^a e o Senador Petrônio Portella, ao ensejo do transcurso de 30 anos de sua morte, amanhã, 6 de fevereiro. 01224

SENADOR *MARCO MACIEL* – Menção a matéria intitulada “Educación para la Diversidad”, publicada no jornal *El País*, de autoria de Jorge Sampaio e considerações acerca da educação para a diversidade étnica..... 01228

SENADOR *AUGUSTO BOTELHO* – Elogio à Prefeitura de Boa Vista, em Roraima e aos traba-

lhadores da saúde, pela conquista de alto índice de acompanhamento das mulheres gestantes..... 01230

1.2.2 – Avisos do Ministro de Estado da Saúde

Nº 2, de 12 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.143, de 2009, do Senador Gilberto Goellner..... 01232

Nº 3, de 12 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.140, de 2009, do Senador Jefferson Praia. 01232

Nº 6, de 12 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.206, de 2009, de iniciativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. 01232

Nº 36, de 21 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.388, de 2009, do Senador Heráclito Fortes..... 01232

Nº 37, de 21 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.212, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais..... 01232

Nº 38, de 21 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.144, de 2009, do Senador Gilberto Goellner..... 01233

1.2.3 – Ofícios do Ministro de Estado das Relações Exteriores

Nº 4, de 20 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.468, de 2009, de iniciativa da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. 01233

Nº 5, de 20 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.342, de 2009, do Senador Gilberto Goellner..... 01233

Nº 6, de 20 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.341, de 2009, do Senador Augusto Botelho..... 01233

1.2.4 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº 3, de 2010 (nº 7/2010, na origem), de 27 de janeiro último, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referentes ao quarto trimestre de 2009, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas

vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.....	01233	acompanhamento da aplicação dos recursos provenientes da operação de crédito externo autorizada por meio da Resolução nº 42, de 2008 (TC 033.330/2008-6).	01280
Recebimento do Aviso nº 6, de 2010 (nº 35/2010, na origem), de 28 de janeiro último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de dezembro de 2009, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.	01233	Nº 5, de 2010 (nº 34/2010, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 75, de 2010, bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam, referente a acompanhamento da aplicação dos recursos provenientes da operação de crédito externo autorizada por meio da Resolução nº 26, de 2009 (TC 022.708/2009-7).	01280
Recebimento do Tribunal de Contas da União, o Aviso nº 25, de 2010, na origem, de 27 de janeiro último, encaminhando cópia do Acórdão nº 66/2010, proferido nos autos do TC 008.532/2009-1, bem como do Relatório e do voto que o fundamentam, em resposta ao Requerimento nº 144, de 2009, do Senador Alvaro Dias.....	01233	1.2.6 – Pareceres	
Recebimento do Ofício nº S/2, de 2010 (s/nº/2009, na origem), da Empresa Jornalística Rede Vale de Comunicação Ltda., comunicando a alteração de controle societário ocorrida na referida empresa jornalística.	01233	Nºs 7 e 8, de 2010, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2008 (nº 795/99, na Casa de origem, de autoria do Deputado Alberto Fraga), que <i>estabelece normas formais para o envio ao Congresso Nacional de atos internacionais sujeitos ao seu referendo</i>	01280
Recebimento do Ofício nº 487, de 2009, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando que foi dado conhecimento aos membros daquele Órgão técnico do inteiro teor do Aviso nº 80, de 2009, e recomendando seu arquivamento.	01233	1.2.7 – Comunicação da Presidência	
Convocação de sessão especial a realizar-se na próxima segunda-feira, dia 8, às 11 horas, destinada a comemorar o Dia Nacional do Aposentado.....	01234	Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2008, cujos pareceres foram lidos anteriormente.	01292
Arquivamento dos Requerimentos nºs 193 e 488, de 2008.....	01234	1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)	
Recebimento do Aviso nº 7, de 2010 (nº 36/2010, na origem), de 28 de janeiro último, do Ministro da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 4º da Resolução nº 20, de 2004, do Senado Federal, relatório sobre as emissões externas de títulos da República, no período de 1º de outubro a 31 de dezembro de 2009.....	01234	SENADOR VALDIR RAUPP – Anúncio pelo Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, da redução do desmatamento na Amazônia, o que evidencia, segundo S. Exª, uma melhoria no nível de consciência ambiental da população da região.	01292
Recebimento do Relatório Final nº 1, de 2010, da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 569, de 2009, destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). (Conclui pela apresentação dos Projetos de Lei do Senado nºs 11 e 12, de 2010)	01234	SENADOR RENAN CALHEIROS, como Líder – Apresentação de projeto de lei que possibilita aos estudantes de todos os cursos universitários que têm dívida com o FIES, abater 1% do saldo devedor.	01294
1.2.5 – Avisos do Tribunal de Contas da União		SENADOR GEOVANI BORGES – Comentários sobre a matéria publicada no jornal O Globo, intitulada, “Eleição atrasa decolagem”	01295
Nº 4, de 2010 (nº 20/2010, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 62, de 2010, bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam, referente a		SENADOR PAULO DUQUE – Análise sobre a atuação de Afonso Arinos no cenário nacional, destacando a importância de suas idéias para todos os brasileiros, em especial para os jovens.	01297
		SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Reflexão sobre a questão das eleições gerais em todo o país, dentro de 239 dias.	01321
		1.2.9 – Comunicações da Presidência	
		Abertura de prazo, até o encerramento da discussão, no turno suplementar, para oferecimento de emendas, perante a Comissão de Assuntos Sociais, ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2004. (Ofício nº1/2010, da Presidenta da Comissão de Assuntos Sociais).	01323
		Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 81, de	

2004 (nº 727/2003, na Casa de origem, da Deputada Edna Macedo). 01325

1.2.10 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR *GERSON CAMATA* – Preocupação com os efeitos nocivos da possibilidade de liberação dos jogos de azar. 01325

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO

2.1 – Comissão Parlamentar de Inquérito – Petrobrás

Relatório Final 1/2010, da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 569, de 2009, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobrás) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

CONGRESSO NACIONAL

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 4ª Sessão Não Deliberativa em 5 de fevereiro de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência da Sra. Serys Slhessarenko, dos Srs. Mão Santa, Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho, Geovani Borges e Paulo Duque.

(Inicia-se a Sessão às 9 horas e 1 minuto, e encerra-se às 13 horas e 28 minutos)

A SRª PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Srª Presidente, solicito a V. Exª que me conceda a palavra para uma comunicação inadiável.

A SRª PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Antes de conceder a palavra a V. Exª para uma comunicação inadiável, como o Senador Geraldo Mesquita é o primeiro inscrito, consulto S. Exª se podemos passar a palavra, inicialmente, ao primeiro inscrito para uma comunicação inadiável. Logo após será S. Exª. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tem se discutido muito aqui, Senador Mão Santa, a questão das caravanas pelo Brasil afora comandadas pelo Presidente da República e por sua candidata. Questiona-se o uso da máquina governamental em benefício dessa candidatura. Quero crer que o Superior Tribunal Eleitoral (STE) esteja atento a esses fatos e esteja apurando denúncias que ali chegam a todo instante. Mas quero, Senador Mão Santa, ater-me ao que vem ocorrendo no Estado do Piauí. Sob a argumentação de que o Partido dos Trabalhadores está comemorando trinta anos, monta-se uma caravana, com carros de luxo percorrendo cidades, como foi o caso de Picos, de Oeiras e, mais recentemente, de Parnaíba, terra de V. Exª. Aviões transportam os militantes do Partido, numa dicotomia estranha, porque diferencia muito daquele Partido que andava, Senadora Serys Slhessarenko, de Fusca e de Kombi. O Partido de V. Exª, agora, é o maior freguês dessas luxuosas caminhonetas a *diesel*, como a Hilux e por aí afora. Há até esse Volkswagen importado, o Beetle, na comitiva. Hoje, o Partido é um

partido exótico. É preciso que a Justiça Eleitoral examine isso de maneira atenta.

Há outro fato grave, Senador Mão Santa: nessas viagens, S. Exª o Governador fica prometendo a construção de novos trechos de estradas e outras obras, embora, como se anuncia, S. Exª vá deixar o Governo em abril. Ora, as estradas do Piauí, as iniciadas nas duas eleições passadas – e S. Exª prometeu fazê-las –, ou estão paralisadas ou nem sequer começaram, e fica S. Exª a prometer, criando expectativas, que vai construir novas estradas e novas obras. Senador Mão Santa, as construtoras que trabalham com o Governo do Estado do Piauí estão apavoradas, estão recebendo pressão e ameaça para continuar trechos de estradas ou outras obras, mas não recebem desde outubro. Houve uma cena no final do ano de uma greve dos trabalhadores da reforma do Centro de Convenções. Eles paralisaram suas obras por falta de pagamento. O que se vê no Estado do Piauí é isto: os empregados das empresas ameaçam paralisar as obras, porque não estão recebendo o salário, e os empresários ficam a correr atrás do Governo para receber o atrasado. E o pior, Senador Mão Santa, cá para nós – que ninguém nos ouça! –, é que há empresário reclamando que, para receber um dinheirinho, tem de pagar um pedágio, o que é uma coisa incrível. Não sei se é verdade. Esse pessoal pode até aumentar, mas não inventa. Isso é um absurdo.

Portanto, quero fazer um apelo ao Tribunal Eleitoral do Piauí no sentido de que investigue de maneira profunda o que está sendo feito no Estado. Não é possível que essas caravanas continuem de maneira excessiva, como estão sendo feitas, com promessas, com o uso da máquina pública e, acima de tudo, com o gasto do dinheiro público.

Seria preciso, Senador Mão Santa, que fossem fiscalizados, por exemplo, os alugueis de carro por parte do Governador, do Governo do Estado. As locadoras, no Piauí, hoje, estão ganhando dinheiro a rodo. É preciso ver o quanto isso está custando, é preciso que seja visto o quilômetro voado pago pelo Governo do Estado e o que se pratica no mercado. O Tribunal

Eleitoral, se fizer um cruzamento desses números, vai ver o tamanho do escândalo que se comete hoje no Piauí com recurso público.

Concedo a V. Ex^a um aparte, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a é o grande líder municipalista do Piauí. Agora, eu queria, a bem da verdade, ver a repercussão disso. Outro dia, eu trouxe umas fotos de umas obras de ficção, de obras fantasiosas, que o Governador lançou numa revista, num boletim daquela indústria gráfica Halley. É muito bom. São lindas as coisas, mas elas são feitas no computador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É virtual.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – É virtual. Inclusive, há o aeroporto de São Raimundo Nonato, que é mais bonito do que o Charles De Gaulle, da França.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É verdade.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – E Há o Posto Tatu, que está mais bonito do que Miami. Por aí, V. Ex^a vê as coisas. É tudo mentira. Recebi tantos *e-mails*! Na hora, são tantos os portais!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – E aquela obra, Senador Mão Santa, de Cristino Castro, ao redor do Poço Violetto?

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – E o hotel de três andares, com seiscentos apartamentos, em Pedro II? Por aí, pode-se ver. Mas recebi uns *e-mails* e, na hora, eu me enganei. São tantos os portais eficientes! Ele é o do portal 180 graus. Não é jornalista. É o Helder Eugênio. E troquei e coloquei GP1. São tantos! Então, já reclamaram. Aquelas fotos, a reportagem... O portal merece. Ele buscou a verdade, vale pelo que diz. Então, V. Ex^a está aí traduzindo nossas preocupações. E estou sendo processado porque dizem que, no dia, naquela eleição em que fui candidato a Governador, fiz carreta em Teresina com três ou quatro carros. E todo o mundo sabe, graças a Deus, que vim de avião. A mentira tem perna curta. Então, é comprovado que cheguei a Teresina depois das 16 horas. Aí havia uma zona eleitoral ali, e nela entramos e conversamos com algumas pessoas. Houve um diálogo do Deputado Ciro com um caboclinho lá – depois, eu soube que era advogado, mas que era do Palácio e recebia DAS. Aí forjou. Mas a mentira é curta, porque toda Teresina sabe que não fiz isso. Eu já fiz muitas carreatas lá. Foram muitas carreatas! Já ganhei eleição e perdi eleição. Minha mulher compareceu. Eram mais de mil carros, não três carros. Dizem: “É só um processo”. É uma farsa!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Mão Santa, carreta às quatro horas da tarde,

com o processo eleitoral se encerrando às 17 horas, é uma coisa inócua.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – É inócua. É só para dizer que o Senador Mão Santa está sendo processado. Entra no STF. E aí, depois, Internet é suja, e se diz que está no STF. Então, é isto: nossa brancura é OMO, é Rinso. Eu peço uma CPI, Senador Heráclito Fortes, para analisar todos os dias da minha vida. Mas quero me congratular com V. Ex^a. V. Ex^a enriquece a política do Piauí e, sobretudo, o Partido de V. Ex^a. O DEM é muito forte no Brasil – conheço, aqui, as lideranças –, mas, no Piauí, sob sua Liderança, ele tem crescido. Quero dizer que estou andando, não sou dele. Mas quero dizer que ele chegará aqui com a maior bancada federal, com quatro Deputados Federais entre os dez, na minha previsão. Então, esse é o Partido de V. Ex^a, que é o maior líder no Estado do Piauí, respeitando as outras lideranças.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa. V. Ex^a está sendo vítima, nesse episódio engendrado pelo PT, de algo parecido com que fui vítima na eleição municipal de 2004. Não sei se V. Ex^a se lembra. E meu fato, Senadora Serys Slhessarenko, foi mais grave: fui vítima de uma escuta telefônica, quando me deslocava do aeroporto de Teresina para a cidade de Barreirinha, e lá fui intimidado por um Juiz do Maranhão – a mando de um candidato do PT – que, inclusive, está complicado com grilagem de terras na cidade de Barreirinha. Esse processo está aí e, até hoje, deu em nada. É uma coisa muito esquisita, porque, quando saí de Teresina, decidi para onde ir quando o avião já estava taxiando. Eu tinha duas opções. Quando cheguei lá, o cenário estava todo armado com a acusação de que eu estaria – imagine V. Ex^a! – levando dinheiro para uma campanha no Maranhão. Falaram que eu, que sou Senador pelo Piauí, estava fazendo isso! Fizeram o flagrante, houve um escândalo, V. Ex^a se lembra como aconteceu. Esse pessoal age dessa maneira. É isso.

Vamos nos preparar para essa eleição, Senador Marco Maciel. V. Ex^a é um político sereno. Esse pessoal vai jogar com as armas que possui e com as que não possui. Os aloprados estão de volta. Uns, inclusive, estão recuperados legalmente, já estão aí participando de caravana, já estão presidindo e comandando partido, já estão recuperando poder. E essa sensação de impunidade – com certeza, é de impunidade – dá a eles fôlego para ações mais arrojadas.

Para concluir meu compromisso com os colegas, vou apenas lembrar a V. Ex^a um fato: o aeroporto de Floriano, que tinha aquela casinha de passageiro nostálgica, que, nas décadas de 40, 50, 60, recebia os aviões comerciais que ali desciam, foi derrubado pelo

Governador no período eleitoral. Havia a promessa de se recuperar o aeroporto de Floriano, mas a obra está lá parada há quatro anos aproximadamente. E o mais grave é que há recurso federal disponibilizado para a obra, mas fizeram uma concorrência com recursos do Estado. Não sei que engenharia fez S. Ex^a. A verdade é que está lá a obra. Posso, inclusive, trazer fotografia – vou trazer fotografia, para registrar nos Anais desta Casa –, para mostrar a irresponsabilidade com que a coisa pública vem sendo tratada no Piauí.

Antes de finalizar, ouvirei o Senador Marco Maciel, com muita honra.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do aparteante.) – Nobre Senador Heráclito Fortes, estou ouvindo atentamente a fala de V. Ex^a e devo dizer que este é um ano em que vamos ter eleições gerais. Ou seja, de Presidente da República a Deputado Estadual. Só ficam fora do espectro dessas eleições para prefeito, vice-prefeito e vereador. Então, é natural que haja uma grande tensão em nosso País. É lógico que o Brasil já consolidou as suas instituições, praticando uma democracia sem adjetivos. Ou seja, o País tem uma grande estabilidade política. Graças, inclusive, ao êxito do Plano Real desfrutamos de uma grande estabilidade fiscal e econômica, o que o faz merecedor de grande reconhecimento no campo internacional. Acho que fora do Brasil, não somente nos países vizinhos, mas também na Europa, na Ásia, na América do Norte, todos reconhecem os avanços que o Brasil teve nos últimos anos, sobretudo a partir do Plano Real, como frisei. Mas V. Ex^a adverte, com razão, que precisamos estar atentos ao processo eleitoral, para que a lei seja observada e cumprida. E ela é igual para todos; ninguém deve estar isento de cumprir aquilo que determina o Código Eleitoral e a legislação partidária. Por isso, nós que estamos na Oposição, devemos estar atentos ao desenvolvimento do processo eleitoral, inclusive ao desdobramento da campanha, para que elas se façam sob o primado da lei e da ordem e para que a Oposição possa se manifestar, o que é um princípio básico do processo democrático, em toda a sua plenitude, sem restrições, a não ser aquelas determinadas pela lei.

Por isso, V. Ex^a ao suscitar um tema que vai marcar todo nosso período eleitoral, mas isso serve de uma advertência para nos preparemos para os embates que virão nos próximos meses e, de modo especial, a partir do início da campanha eleitoral, sobretudo, do mês de agosto ao mês de outubro. Então, eu quero cumprimentá-lo pelas palavras e dizer que, como estamos na Oposição, devemos cumprir o nosso dever, inclusive denunciando aquilo que não estiver confor-

me as regras estabelecidas pelo processo democrático brasileiro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a. O que me surpreende, Senador Marco Maciel, é a vocação ditatorial de alguns setores do Partido dos Trabalhadores – digo que são alguns setores, quero ser bem claro com isso, não estou generalizando, Sr^a Presidente – de querer massacrar os adversários, de querer impedir qualquer ação dos adversários.

Senador Geraldo Mesquita, no Piauí, acontece uma coisa engraçada. O Prefeito de Teresina, Silvio Mendes, é falado como um possível candidato a Governador. Não decidi sobre isso, mas, como Prefeito de Teresina e como Líder maior do seu Partido, outro dia, foi, na cidade de Uruçuí, à convenção do seu Partido, que é um compromisso político. No dia seguinte, a oposição disse que o Tribunal precisava investigar por que o Prefeito tinha ido a Uruçuí. O Prefeito foi a Uruçuí por conta própria, o Prefeito foi a Uruçuí num fim de semana, o Prefeito foi a Uruçuí cumprir um programa político. Mas eles fazem isso para contrapor o que está sendo feito na realidade, inclusive agora com essas caravanas, com bolo de vela, com tudo. São caravanas completas com carros a *diesel*, com carros de luxo. E, segundo um jornalista me disse, em dados já levantados, 60% dos carros das carreatas são de locadoras. Senador Mão Santa, por que esses carros das locadoras estão ali? Que locadoras são essas, quem as paga, por que as paga? É preciso que esses fatos sejam investigados.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Geraldo Mesquita.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Sadi Cassol.

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, gostaria de fazer a inscrição para fazer uma comunicação inadiável, por favor.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O Senador já está inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Sr^a Presidente Serys, hoje é um dia diferenciado neste plenário. Há vários Colegas que estão com viagem marcada em pouco tempo, e um deles é o Senador Sadi Cassol, que acaba de se inscrever para fazer uma comunicação inadiável. Seria razoável que permitíssemos que S. Ex^a assumisse a tribuna de imediato e que nós, que não vamos viajar, ficássemos por aqui, sem prejuízo da nossa ordem de inscrição.

Eu concederia isso com o maior prazer, se V. Ex^a autorizasse.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Diante de sua solicitação, Senador Geraldo Mesquita – V. Ex^a, realmente, é o primeiro inscrito –, concederemos a palavra, para fazer uma comunicação inadiável, ao Senador Sadi Cassol. Logo de imediato, pela ordem de inscrição, falará o Senador Geraldo Mesquita, e, em seguida, num segundo momento, também pela inscrição, falará a minha pessoa.

Tem a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Sadi Cassol.

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Estimada Presidenta, demais Senadores e Senadoras, agradeço a oportunidade ao Senador Mesquita, tendo em vista que, no fim de semana, todos temos nossas viagens para nossos Estados.

Eu gostaria, rapidamente, de comentar aqui a inclusão bancária de um projeto de lei do Governo Federal que vem beneficiar muita gente nesta área.

Vou ler aqui os dados que fazem com que muitos brasileiros possam avançar na condição de qualidade de vida.

Um dos aspectos mais positivos do Governo do Presidente Lula, na minha avaliação, é o forte viés social presente em suas iniciativas. Com efeito, os avanços conseguidos nessa área estão transformando a realidade do nosso País.

Durante décadas, ouvimos como verdadeiras afirmações dos economistas de plantão, dando conta de que “primeiro era preciso fazer crescer o bolo para depois reparti-lo”. Enquanto isso, intensificam-se os efeitos devastadores da histórica má distribuição de renda e das desigualdades regionais, condenando milhões de brasileiros à condição de miséria absoluta. Contrariando essa lógica perversa, o Governo do Presidente Lula provou que é possível aliar crescimento econômico com distribuição de renda e estabilidade econômica com inclusão social.

Os números da economia e os indicadores sociais atestam o acerto dessa política, que tem proporcionado expressivo salto na qualidade de vida do povo brasileiro. São milhões de famílias que migram para classes de renda superiores e que passaram a ter acesso ao mercado de consumo.

Dentre as várias iniciativas de cunho social do Governo do PT, quero destacar, nesta oportunidade, o Projeto de Inclusão Bancária dos Beneficiários do Bolsa Família. Trata-se de ação conjunta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Caixa Econômica Federal, para incentivar a abertura

e a utilização de contas bancárias pelos beneficiários do programa.

É forçoso reconhecer o empenho demonstrado pelos bancos, notadamente os bancos oficiais, para ampliar o acesso a serviços financeiros, por meio da ampliação da oferta dos canais de pagamento, como as lotéricas e os correspondentes bancários. Na contramão desse esforço, pode-se constatar também sinais de baixa inclusão social, de um lado porque houve redução do número de bancos em operação e queda no número de agências, aumentando a aglomeração da população por postos de atendimento; de outro lado porque grande parcela da sociedade brasileira está fora do sistema bancário.

Estudo recente do Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) aponta 505 Municípios brasileiros sem agência bancária e revela grande desigualdade na oferta de serviços entre regiões, Estados e Municípios no interior, quando comparados com as capitais dos Estados. O estudo conclui que, mesmo havendo argumentos quanto à existência de um número importante de postos e correspondentes bancários, o atendimento à população e a disponibilidade de serviços não possui a mesma abrangência e magnitude.

Entre os anos de 2001 e 2007, registrou-se no País um aumento de 57,5% no número de contas-correntes, o qual evoluiu de 43 milhões para 62 milhões. No mesmo período, o número de contas poupança cresceu 39%, passando dos 51 milhões, em 2001, para 71 milhões, em 2007.

Apesar desse importante crescimento no número de contas-correntes, estimativas indicam que um grande número de cidadãos continua excluído do sistema bancário. Apenas 15% de pessoas de baixa renda possuem conta bancária, em contraste com 64% daqueles que têm renda superior. No caso do acesso ao crédito, ele está indisponível para 92% dos cidadãos com renda inferior, sendo que esse percentual cai para 74% entre aqueles que possuem maior nível de renda. Apenas 5% das pessoas com renda inferior possuem cartão de débito, contra 40% das que têm renda mais elevada. Com relação aos cartões de crédito, somente 7% das pessoas com renda inferior possuem, contra 34% das que têm maior renda. Ao se analisar a questão do gênero, as estimativas são de que metade dos homens possui conta bancária, contra aproximadamente um terço das mulheres.

Os números e as estimativas são reveladores da má distribuição dos serviços financeiros no território brasileiro, fato que sempre repercutiu nas desigualdades regionais, com grande concentração de serviços nas áreas mais ricas, assim como nos segmentos da população de alta renda.

Foi dentro desse contexto que nasceu o Projeto de Inclusão Bancária dos Beneficiários do Bolsa Família, que busca promover o acesso da população de baixa renda aos serviços financeiros. A medida se constitui numa das mais importantes mudanças no modelo de pagamento de benefícios do programa e fortalece os esforços governamentais em direção à inclusão cidadã das famílias atendidas pelo Bolsa Família, que, em sua maioria, nunca tiveram possibilidade de acesso aos sistemas de serviços bancários existentes no País, como poupança, seguro e crédito.

O Projeto de Inclusão Bancária foi concebido para ser implantado em três fases, tendo se iniciado em março de 2008, em projeto-piloto, no Município de Belo Horizonte. Cerca de 4.200 beneficiários que já possuíam conta-corrente Caixa Fácil passaram a receber o benefício na própria conta. A Caixa Fácil é uma modalidade simplificada de conta bancária criada pela Caixa Econômica Federal, destinada a correntistas que possuam movimentação mensal de até R\$ 1.000,00 (um mil reais), cujas principais características são a isenção de tarifas e a ausência de talões de cheque.

Com o sucesso obtido nessa fase experimental em Belo Horizonte, que teve a aprovação de 97% dos usuários, o projeto foi expandido a partir de junho de 2008 para os beneficiários que já eram titulares de contas bancárias na Caixa em todo o Brasil. Naquela fase, 433 mil famílias que já tinham conta bancária receberam os benefícios do Bolsa Família diretamente nas suas contas.

A partir de outubro de 2009, iniciou-se a terceira e última fase do projeto, quando a Caixa passou a incentivar a abertura voluntária de conta bancária nos seus estabelecimentos credenciados para os beneficiários do Bolsa Família que utilizam os correspondentes bancários identificados com a marca Caixa Aqui ou as lotéricas.

Vale ressaltar que, ao incentivar a abertura voluntária de contas bancárias simplificadas, o Governo Federal também disponibiliza uma Cartilha de Educação Financeira, contendo orientações práticas para evitar o endividamento e o descontrole no uso dos recursos. Trata-se de medida da maior importância, pois as dicas são bastante úteis para que os novos titulares de conta-corrente saibam utilizar corretamente os serviços bancários.

Sr^a Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o Projeto de Inclusão Bancária tem o grande mérito de proporcionar à população de baixa renda seu acesso a uma conta corrente no sistema financeiro nacional.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Cassol.

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO) – Pois não!

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Eu gostaria de ter um aparte, se V. Ex^a permitir.

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO) – Pois não.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Eu vinha ouvindo o discurso de V. Ex^a quando para cá me dirigia e estou ouvindo agora sua conclusão. Acho que as medidas que V. Ex^a está relatando aí significam inclusão das pessoas na cidadania. Acaba aquela história daquela fila para receber aquele vale, receber aquele papel, receber aquele objeto. Então, mostra o foco do Governo do PT, de melhorar as condições, de respeitar os cidadãos, todos igualmente, tanto o mais rico quanto o mais pobre. Ter uma conta bancária era uma coisa muito distante para as pessoas mais pobres. Com as medidas que foram adotadas, hoje as pessoas podem ter uma conta bancária. O Bolsa Família ser entregue através de conta bancária aumenta a dignidade dessas pessoas mais pobres, que nunca tinha nem entrado em banco. São coisas da mudança, sem considerar o alimento que está na mesa todo tempo, a melhoria e as 20 milhões de pessoas, que nesses últimos oito anos, saíram da faixa de pobreza extrema, melhoraram de vida. Tenho certeza de que isso melhorou a autoestima das pessoas e, nesta Casa, nós temos de trabalhar justamente para melhorar a qualidade de vida de todos, focando nos que estão mais desamparados. O discurso de V. Ex^a faz uma análise bem sucinta desses fatos que ocorreram ultimamente, principalmente em relação aos bancos – gostei dessa parte –, porque o pobre não tinha conta bancária. Essa é uma diferença do que está acontecendo, agora, no Brasil. Essa é uma diferença da mudança pela qual o Brasil está passando.

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO) – Muito obrigado, Senador Botelho. Lembro, também, que isso evita o roubo do dinheiro dos aposentados, pensionistas. Também no caso do Bolsa Família, depois que eles sacavam seu dinheiro, podiam ser roubados.

Para concluir, Sr^a Presidente, com o benefício depositado na conta Caixa Fácil, o beneficiário do Programa Bolsa Família passa a contar com diversas vantagens:

- maior comodidade, pois poderá sacar somente o valor que precisar;

- maior segurança, já que os saques poderão ser parciais;

- isenção de tarifas para compras com cartão, consulta de saldo, depósitos e manutenção da conta;

- isenção de tarifa para até quatro saques mensais e um extrato semanal;

- possibilidade de realizar pagamentos com o cartão nos locais onde tem a placa Caixa Aqui, nas lotéricas e nos terminais de autoatendimento nas agências da Caixa;

- possibilidade de efetuar compras em estabelecimentos que tenham a mesma marca do cartão da conta – Maestro ou Visa Eletron;

- facilidade de efetuar saque na conta com o cartão Bolsa Família;

- acesso à conta-corrente pela Internet.

Para divulgar as facilidades da conta-corrente simplificada e estimular a adesão dos beneficiários do Bolsa Família, o Governo Federal está encaminhando aos gestores municipais um guia contendo informações detalhadas sobre o Projeto de Inclusão Bancária, onde são destacadas as facilidades que o programa propicia.

A implantação completa do projeto viabilizará a inserção financeira, de forma responsável e qualificada, de quase 50 milhões de brasileiros, ou um quarto da população, em um processo cuja efetivação exitosa contribuirá mais ainda para a redução permanente da desigualdade social no Brasil.

Por todo o exposto, Sr^a Presidente, quero manifestar o meu reconhecimento pela feliz iniciativa do Governo Federal, que, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Caixa Econômica Federal, leva mais esse benefício à camada mais humilde da população brasileira.

Era isso o que eu tinha para registrar, desejando a todos os brasileiros um bom fim de semana.

Obrigado pela tolerância.

Obrigado, Senador Mesquita, pela oportunidade de falar antes de V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Sadi Cassol.

Com a palavra, pela inscrição, o Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Serys, Srs. Senadores presentes, cumprimento todos com muita alegria neste retorno aos nossos trabalhos.

Normalmente, assumimos esta tribuna para falar de temas objetivos, alguns dos quais de interesse direto e imediato da população dos nossos Estados, enfim, do nosso País.

Recentemente, por ocasião do recesso, dei um giro pelo interior do meu Estado para rever amigos, cumprimentar as pessoas, saber o que está acontecendo. Enfim, o parlamentar precisa estar bem informado sobre os acontecimentos no seu Estado, no seu País.

Fiz isso com muito prazer, Senador Adelmir, e colhi algumas surpresas.

Estive em uma festa belíssima, em um novenário, no Município de Marechal Thaumaturgo, no extremo do nosso Estado, um pequeno Município com uma população carinhosa, admirável. O padroeiro do Município é São Sebastião e a população comemora a data de 20 de janeiro com um grande novenário, como eles chamam lá. Por vários dias, as pessoas saem do interior, muita gente, para uma festa maravilhosa. Fiquei extasiado. Da outra vez, o Prefeito Randinho havia me convidado e não tive a oportunidade de ir, mas, neste ano, obriguei-me a ir, prazerosamente, e gostei demais.

Estive em Cruzeiro do Sul também, com o Prefeito Vagner Sales e muitos amigos e amigas, um Município organizado, limpinho, com iluminação pública, uma coisa muito interessante.

Em Feijó, com o Prefeito Dindinho e o Vice-Prefeito Pelezinho, recentemente eleitos, porque o Prefeito de lá, do PT, havia sido cassado, também me surpreendi positivamente. Vi a cidade retomando a sua vida normal, a limpeza pública sendo operada, enfim.

Mas o que mais me surpreendeu nesse périplo foi o que eu pude colher no Município de Mâncio Lima. Senadora Serys, o Prefeito do Município de Mâncio Lima, nosso correligionário do PMDB, um educador como V. Ex^a, instalou Internet grátis no Município. Todos os habitantes do Município, hoje, podem acessar a Internet. Pode parecer uma coisa muito simples, mas não é. Eu comparo essa medida à situação hipotética de um Município completamente murado nos seus limites, em que, de repente, chega um prefeito e derruba esses muros. É essa a imagem que eu faço, porque as pessoas passam a ter, imediatamente, acesso ao conhecimento universal propiciado pela Internet. Eu diria até, sem sombra de dúvida, que o Prefeito do Município de Mâncio Lima justificou a sua eleição só com esse ato. Priorizou a educação, porque o acesso à informação é base do processo educacional. Portanto, meus parabéns pela iniciativa, que poderia passar despercebida, mas fiz questão de, aqui, me referir a ela, porque achei a medida excepcional!

Ele poderia, com recursos limitadíssimos como tem uma prefeitura dessa, adotar outras medidas – e as está adotando, inclusive, ele está limpando a cidade, arrumando tudo direitinho, com as coisas funcionando –, mas resolveu investir na instalação de Internet grátis no Município. Parabéns ao nosso Prefeito! Parabéns à população de Mâncio Lima!

O tema principal que me traz, hoje, aqui... Normalmente, falamos sobre coisas objetivas, que dizem respeito, mais proximamente, à população de nossos

Estados e Municípios, mas, hoje, eu vou-me permitir tocar num tema considerado um pouco árido, mas acho que é necessário. Por sorte, encontra-se aqui o Senador Marco Maciel, que é estudioso da questão e tem dado uma contribuição expressiva ao tema e às questões sobre as quais eu vou-me debruçar neste momento.

Eu quero dizer, Sr^a Presidente, que a Constituição de 1988 é, sem dúvida, uma obra ciclópica. Eu vou falar aqui, hoje, a respeito da necessidade de o Congresso Nacional concluir, Senador Marco Maciel, o trabalho de elaboração e aprovação das leis que regulamentam dispositivos constitucionais ainda pendentes de regulamentação.

A nossa Constituição é mesmo uma obra ciclópica. Não no sentido etimológico, segundo a mitologia grega, mas no sentido figurado, por abranger um mundo de disposições e prescrições em boa parte não materializadas, não cumpridas ou não regulamentadas. Trata-se, seguramente, de um trabalho monumental, já que é o texto mais extenso da nossa história. Os que a elaboraram estavam imbuídos de um elogiável sentido salvacionista, depois do mais longo período discricionário já vivido pelo País. Essa circunstância explica o afã de construir uma democracia estável, duradoura e imune a crises, como as que levaram ao suicídio do Presidente Vargas, em 1954, e ao movimento militar de 1964, que pôs fim à democracia liberal de 46. Não é obra perfeita, logicamente, pois pecou pela circunstância de ter acolhido dispositivos como o art. 192, que entre seus oito incisos, três parágrafos e duas alíneas, dispunha no seu o §3º que “as taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano”. E dizia mais: que “a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido em todas as suas modalidades nos termos que a lei determinar”.

Quer dizer, Senador Marco Maciel, a Constituição determinava que os juros não poderiam passar de 12% ao ano, e a agiotagem financeira de nosso País sempre praticou e continua praticando taxas mais de uma dezena de vezes maior. Assim, para a Constituição não continuar sendo desmoralizada no tocante a esse assunto, o Congresso precisou aprovar as Emendas Constitucionais n.ºs 13, de 1996, e 40, de 2003, que revogaram os onze dispositivos citados, permanecendo apenas o *caput* do art. 192, que trata do Sistema Financeiro Nacional.

Isso não impede de reconhecermos que o fundamental da obra é inovador em muitos sentidos e em sua maior parte almejado pelo País, já que sua decla-

ração de direitos é a mais completa, a mais abrangente e a mais adequada às nossas condições materiais e às nossas expectativas intelectuais. Em meu modesto julgamento, é um documento que possui inúmeras virtudes e muitos pontos críticos, o que é natural, tratando-se de obra humana, sujeita, portanto, à falibilidade a que estamos todos os mortais condenados. Temos de reconhecer, por outro lado, que aqueles que a elaboraram atuaram com espírito público, discernimento, equilíbrio e com sentido histórico de grandeza, no afã de fazerem obra duradoura, estável e progressista, como efetivamente é. Mas também não é lícito ocultar que o corporativismo cevou-se em muitas de suas disposições.

Muito já se fez no sentido de aprimorá-la. Isso se evidencia nas 62 emendas promulgadas em seus 21 anos de vigência, o que dá a média de uma a cada quatro meses, diligência que sem dúvida honra a preocupação do Congresso Nacional com o desejo de modernizar institucionalmente o País.

O que me traz a esta tribuna, porém, é constatação que transcende a todas essas considerações. A atual Constituição, como algumas das outras que a antecederam, é, como diziam os romanos, uma obra *in fieri*, isto é, em elaboração e, portanto, ainda inacabada, já que há muito o que fazer para transitarmos, relativamente a muitas de suas disposições, da condição de simples promessas, sempre fáceis de fazer, para o terreno da realidade, sempre difícil de concretizar.

Refiro-me a dois aspectos em especial: um depende do Judiciário, já que, assinala o art. 102, objeto de nada menos de quatro emendas constitucionais, que “Compete ao Supremo Tribunal, precipuamente, a guarda da Constituição...”. Mais do que isso, Sr^a Presidente, é a Corte Suprema sua legítima intérprete, já que as decisões definitivas de mérito por ela proferidas – e aqui cito – “Produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública Direta e Indireta, nas esferas federal, estadual e municipal”.

É aplicação prática de um princípio há muito vigente nos Estados Unidos em relação à constituição daquele País, por sinal, o mais antigo texto constitucional escrito vigente no mundo, segundo o qual, ela “é aquilo que os juízes dizem que é”.

Pois bem, o Supremo Tribunal Federal disponibilizou em sua página na Internet, no fim do ano passado, um texto denominado “O Supremo e a Constituição”. São 1396 páginas de decisões em matéria constitucional. A conclusão que se tira dessa iniciativa é a demonstração mais cabal de que a Corte Suprema vem cumprindo, com eficiência e dinamismo, uma de suas mais importantes missões, qual seja a de interpretar o

texto constitucional, dando-lhe a dimensão e o alcance adequados à sua efetiva e correta aplicação. Deixo aqui registrada a importância do cumprimento desse dever cívico pela instância suprema do Judiciário brasileiro. Não há o que reclamar, portanto, da eficácia da atuação e da diligência do Supremo Tribunal Federal nessa matéria, quando cumpre o texto constitucional, exercendo o dever de interpretá-la.

Entretanto, há aspectos que não podem ser esquecidos ou ignorados. Como um texto longo em extensão, complexo na aplicação e amplo na dimensão material, a Constituição ainda carece de complementação. Em outras palavras, há um sem-número de dispositivos que, passadas duas décadas, continuam reclamando regulamentação.

Ainda nesta semana, na Comissão de Assuntos Sociais, a Senadora Marisa protocolou projeto de lei que regulamenta – ou pretende regulamentar – um dos dispositivos constitucionais. Para que tenhamos ideia de quanto ainda precisamos avançar nessa questão.

Essa é, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma tarefa e um desafio que cabe a nós resolver. Pode ainda haver dúvidas, incertezas e insegurança quanto a esse aspecto de nossa incontestável responsabilidade. Nossa obrigação, contudo, se sobrepõe a todas essas dúvidas, sobreleva todas nossas incertezas e transcende a cautela que deve nos mover na superação desse desafio.

No ano seguinte à promulgação do texto constitucional, a Secretaria de Estudos e Acompanhamento Legislativo do Ministério da Justiça editou uma publicação com o título *Leis a elaborar*, em que estão compendiados 269 dispositivos carentes de legislação integrativa, expressamente requerida pelo texto constitucional, e 97 outros que, tacitamente, também exigem regulamentação. Um total, portanto, de 366 leis, número superior ao conjunto de 245 artigos que compõem o texto original da Constituição, excluídos os 70 das Disposições Transitórias. Essa é uma demonstração cabal de que a Constituição, em sua plenitude, não depende apenas de seu texto, mas de sua interpretação, tarefa do Supremo Tribunal Federal – STF –, já cumprida, e de regulamentação, já iniciada, mas não concluída.

A matéria suscita controvérsias e constitui um desafio que ainda não fomos capazes de superar. Ao examinar ponderadamente essa esfinge que nos afronta, solicitei, em outubro do ano passado, a colaboração da Consultoria Legislativa do Senado, providência proficientemente atendida poucos dias após pela Nota Informativa 3.830, de novembro, firmada pelo Consultor Legislativo Dr. Marcos Santi. Nesse expediente, o autor esclarece tratar-se de levantamento realizado pela Consultoria naquele mesmo ano, elaborado a

pedido de nosso eminente colega Senador Demóstenes Torres, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com base nesse levantamento, esclarece a nota informativa que recebi, S. Ex^a determinou a criação de um grupo de trabalho no âmbito daquele órgão técnico para examinar as proposições relativas ao assunto e, se fosse o caso, propor novas. Acompanha o texto um quadro comparativo que faz referência a cinco estudos, um dos quais elaborado pela Ministra Carmen Lúcia, do STF, que lamentavelmente não constou do documento.

São, Sr^a Presidente, nada menos de 106 diferentes dispositivos. Corretos, como acredito que estão, esses dados somam 28,96% dos dispositivos levantados pelo Ministério da Justiça em 1989. Há, porém, uma diferença em relação à apuração feita pela Consultoria da Câmara e constante de sua página na Internet, que aponta o total de 352 dispositivos, 210 dos quais já regulamentados e 142 carentes dessa providência.

Sobre o art. 192, que constitui o Capítulo IV do Título VII, a que já aludi, há nada menos de 48 proposições tramitando no Congresso. Quaisquer que sejam os dados precisos, uma conclusão é inevitável: duas décadas depois de promulgada, nosso ordenamento constitucional em vigor é uma Constituição inacabada, que ainda está para ser consumada em toda a sua extensão. Se essa qualificação for muito contundente, poderíamos pelo menos afirmar que é uma Constituição incompleta. E a questão reside, Senador Maciel, em que é nosso dever completá-la se quisermos dar eficácia jurídica às suas disposições que há 21 anos aguardam complementação, um dos muitos deveres do Congresso Nacional.

De acordo com o portal da Câmara dos Deputados, na publicação *Dispositivos Constitucionais Pendentes de Regulamentação*, dos 142 dispositivos até 2008 não regulamentados, 64 deles tinham proposições com esse objetivo em tramitação na Câmara, mas 78 deles sequer eram objeto de propostas naquela Casa do Congresso.

Minhas ponderações não constituem uma crítica e muito menos um julgamento. É apenas a constatação de uma lacuna que cabe a nós do Legislativo suprimos. Em outras palavras, um dever que ainda não cumprimos.

Sei que, em ano eleitoral, as decisões são mais difíceis de serem tomadas e os desafios mais cheios de obstáculos a serem superados. Não proponho aqui metas inatingíveis nem medidas que não estejam ao nosso alcance. Quero crer que – e aqui é o foco da minha provocação –, dando prioridade regimental à inclusão na Ordem do Dia das proposições que visem

a regulamentar dispositivos constitucionais em tramitação, tanto na Câmara como no Senado, estaríamos dando um passo decisivo, se não para sanar, ao menos para amenizar nosso débito.

Esta é a minha provocação principal nesta manhã de sexta-feira. Enfim, darmos prioridade regimental à inclusão na Ordem do Dia das proposições que visem a regulamentar dispositivos constitucionais em tramitação.

Senador Marco Maciel, com muito prazer, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do aparteante.) – Nobre Senador Geraldo Mesquita, ao apartear-lo, pretendo inicialmente cumprimentá-lo pelo belo discurso que produz hoje, na sessão matutina do Senado Federal. V. Ex^a fere uma questão que, a meu ver, é essencial ao fortalecimento institucional do País, qual seja a de regulamentar os dispositivos da Constituição de 1988 que ainda não foram regulamentados. Ou seja, como V. Ex^a expendeu com muita proficiência o assunto, eu gostaria de mencionar, para usar uma expressão de V. Ex^a, que a Constituição de 88 ainda é uma obra inacabada, posto que muitos dos seus dispositivos, alguns essenciais à boa governabilidade, estão carentes de regulamentação. Daí por que concordo com V. Ex^a que talvez o que devemos fazer neste instante é dar prioridade a dispositivos constitucionais que estão pendentes, carentes de regulamentação. Dessa forma, estaríamos dando eficácia plena ao texto constitucional. Espero, como V. Ex^a sugere e eu subscrevo o ponto de vista que V. Ex^a defende, para isso, darmos prioridade na Ordem do Dia a essas matérias que, pela sua hierarquia, por serem matéria constitucional, merecem a devida prioridade, a devida urgência. Daí por que eu quero dizer a V. Ex^a que me associo às suas palavras e, dentro das minhas limitações, procurarei ajudá-lo no desempenho dessa tarefa, que é uma tarefa sáfara, é uma tarefa difícil, mas que eu acho que vale a pena. Mesmo porque a Constituição de 88, de alguma forma, atendeu às aspirações do povo brasileiro, que estava desejoso de que nós retornássemos ao Estado Democrático de Direito. Isso aconteceu e foi muito importante, mas não quer dizer que a missão já tenha sido cumprida. Pelo contrário, ainda há muito que fazer, e o que falta a implementar, certamente, exige que nós dediquemos uma atenção mais prioritária à regulamentação desses dispositivos. Acho que, assim fazendo, o texto constitucional terá sua eficácia plena e poderemos entender melhor o futuro do nosso País. Portanto, V. Ex^a merece o nosso reconhecimento por suscitar essa questão aqui, no Senado, nesta sessão matutina. Ao mesmo tempo, devo dizer a V. Ex^a que o que V. Ex^a acaba de manifestar pelo seu discurso é, a

meu ver, um sentimento generalizado do povo brasileiro. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Marco Maciel, eu é que agradeço.

Aqui, inverto a questão posta por V. Ex^a: eu é que estaria à disposição de V. Ex^a, já que V. Ex^a lidera no Congresso Nacional, há muito tempo, essa campanha, esse processo de tentarmos complementar a obra constitucional, como V. Ex^a disse, inacabada ainda. Os constituintes tiveram o mérito de dar início a esse processo e elaborar um texto, como disse V. Ex^a, que condiz com as expectativas maiores da população brasileira. Mas precisamos concluí-lo. Nesse sentido, eu é que me coloco ao lado de V. Ex^a, do Senador Demóstenes e de tantos outros que aqui têm essa preocupação.

Como eu disse, é um assunto que não diz respeito, talvez, até às necessidades imediatas da população brasileira, mas é algo que precisa ser feito. É o papel nosso de parlamentar botar o pé nessa tarefa e concluí-la, sem dúvida.

Senador Adelmir, com muito prazer, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Geraldo, depois eu gostaria de me inscrever também para um aparte.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Com o maior prazer, Senador.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Geraldo Mesquita, eu queria me associar às colocações de V. Ex^a, que faz em boa hora. Aliás, os próprios constituintes já preceituavam um tempo para a reformulação de alguns pontos da própria Constituição. Muitos aspectos, artigos inteiros, parágrafos, sistemas, principalmente o sistema financeiro, por exemplo – V. Ex^a começou seu discurso falando sobre isto, sobre taxas de juros, sobre o sistema financeiro –, não foram totalmente regulamentados. Eu concordo com as colocações nessa mesma linha que fez o Senador Marco Maciel. Além dessas questões da própria complementação de dispositivos constitucionais, torna-se necessário que nós avancemos nas reformas. Entre elas, por exemplo – também o Senador Marco Maciel, extremamente empenhado, faz parte de um grupo de Senadores que trabalha nessa direção –, a questão da reforma política, aliás, tema que pretendo abordar nesta manhã. É uma reforma importante, que eu diria que é a mãe de todas. Então, há coisas sobre as quais precisamos voltar a discutir. Acho que é um papel importante desta Casa federativa, em qualquer momento, fazer essas discussões, como a que V. Ex^a levanta nesta manhã. Portanto, quero me associar e dizer que, em boa hora, esses pontos são levantados

e merecem de todos nós uma atenção especial, por se tratar da Carta Magna, das regras básicas que regem os destinos tanto da política como da economia, enfim, de todo o nosso País e da sociedade como um todo. Meus parabéns a V. Ex^a!

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Adelmir. V. Ex^a falando e eu lembrando aqui, quando V. Ex^a referiu-se à parte do meu pronunciamento que trata do sistema financeiro, da sua preocupação permanente com relação aos juros do cartão de crédito. Enfim, é um assunto que precisamos trazer para dentro do Congresso Nacional com muito vigor e equacioná-lo definitivamente.

Senador Mozarildo, concedo a V. Ex^a o aparte para que possamos nos encaminhar para a conclusão deste pronunciamento.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Geraldo Mesquita, quero dizer a V. Ex^a que concordo com o enfoque que V. Ex^a dá. Aliás, o Senador Marco Maciel disse muito bem: a Constituição que nós temos hoje – e tive a honra de ser constituinte – foi fruto de um momento que vivíamos, após um período longo, um período de exceção, em que toda a sociedade brasileira queria ver, na Constituição, seus direitos assegurados. Então, é verdade que nossa Constituição é ampla até demais. Por outro lado, como diz V. Ex^a e também o Senador Marco Maciel, muitas coisas faltam ser completadas. Falta uma regulamentação. Tanto é que a própria Constituição previu – e foi, pelo menos, dada a oportunidade – uma revisão constitucional na legislatura seguinte. Infelizmente, essa revisão não aconteceu na dimensão que deveria. Quero citar só um exemplo aqui, Senador Geraldo Mesquita: o art. 231 da Constituição, que trata dos direitos indígenas, nunca foi regulamentado. Aí, em uma recente decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a demarcação da Raposa Serra do Sol, no meu Estado, o tribunal colocou dezenove itens, que são verdadeiras regulamentações do art. 231. Quer dizer, como o Congresso não fez... E, aí, quero dizer: não por falta de iniciativa dos Congressistas, porque eu tenho, por exemplo, uma emenda à Constituição de 99, quando assumi no Senado pela primeira vez, que tenta apenas fazer uma condicionante na questão da demarcação de reservas indígenas, para que essas demarcações, antes da promulgação ou da homologação do Presidente, passem pelo Senado, para que nós, como representantes dos Estados, possamos analisá-las. Nem isso conseguimos. Então, na verdade, o que eu entendo – e concordo com V. Ex^a – é que a próxima legislatura, por exemplo, que será eleita este ano, deveria cuidar, desde o início, de fazer uma grande regulamentação da Constituição e até extirpar aquilo que é objeto de lei complementar ou de lei ordi-

nária e está na Constituição. Então, na verdade, essa revisão, que tinha prazo para ser feita, pode ser feita perfeitamente na próxima legislatura. Seria importante que começássemos, como o Senador Marco Maciel já vem fazendo, a elencar os pontos que deveríamos realmente pensar em regulamentar ou até retirar e botar como lei infraconstitucional. Muito obrigado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Agradeço muito, Senador Mozarildo, sua contribuição. Tenho certeza absoluta de que V. Ex^a, como muitos de nós aqui – e V. Ex^a demonstrou isso na prática, com as proposições às quais se referiu –, é daqueles que não desistem do cumprimento dessa tarefa. E tenho certeza absoluta de que, por conta disso inclusive, chegaremos a bom tento, em breve.

Sr^a Presidente, encerrando, eu queria apenas esclarecer que me utilizei, para chegar às conclusões que me trouxeram a esta tribuna, de quatro documentos básicos: a publicação *Leis a elaborar – Constituição de 1988*, do Ministério da Justiça, a que me referi; as Notas Informativas da Consultoria Legislativa do Senado, também a elas me referi, e são duas por sinal; e o documento *Dispositivos Constitucionais Pendentes de Regulamentação*, disponibilizado no portal da Câmara dos Deputados.

Lamentavelmente, não consegui um dos objetivos a que me propunha quando iniciei esta pesquisa: saber exatamente quantas e quais as leis hoje em vigor que regulamentam os dispositivos da nossa Constituição. Mas não desisto. Vou atrás dessa informação porque é parte fundamental dessa tarefa, desse processo ao qual todos nós deveremos nos filiar.

Digo, mais uma vez, Senadora Serys e caros Colegas, que este é daqueles temas que não dizem respeito, talvez, às necessidades imediatas das pessoas. Ontem, por exemplo, ouvi de colegas, funcionários da Casa, que se ressentem profundamente da existência de um restaurante aqui. O corpo funcional desta Casa talvez ultrapasse a população de alguns Municípios brasileiros, Senadora Serys. A verdade é essa. E ouvi, nos corredores, de alguns colegas servidores, que aqui não há um restaurante que permita que eles façam suas refeições. Nós temos um restaurante aqui na Casa ao qual eu nem vou, porque ali – está complicado –, além de ser caro, dificilmente se consegue um assento para fazer uma refeição. E os funcionários, em número bem maior do que o de Senadores, ressentem-se disso.

Portanto, esse é um assunto concreto. Daqui eu não tratei dele, mas é o que eu digo, Senador Adelmir: de certa forma, precisamos, ao lado dos assuntos concretos, trazer essa questão, que é fundamental para todos nós e para o País.

Senadora Serys, desculpe o alongado e muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Geraldo Mesquita.

Passo a Presidência, agora, ao Senador Mão Santa, para que eu possa fazer uso da palavra, pela ordem de inscrição.

A Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Tem a palavra a Senadora Serys Slhessarenko, que é uma Senadora do Partido dos Trabalhadores e que representa o Estado de Mato Grosso. Possui vibrante carreira política, foi Deputada por várias vezes, com presença na Assembleia, e chegou a esta Casa, representando as professoras do Brasil. E aqui chegou mostrando a bravura da mulher. S. Exª venceu um dos maiores líderes da nossa história democrática, Dante de Oliveira, que foi Prefeito e Governador, mostrando sua luta e sua bravura.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores que nos ouvem, hoje, vamos tratar, como quase sempre, da questão da produção em Mato Grosso e também de um tema que estou sempre a falar, que é a questão da mulher, especificamente a mulher na política.

Senhoras e senhores, Senadoras e Senadores, hoje, aqui, quero registrar a abertura em Mato Grosso de mais quinze frigoríficos de pescado. Lá, estamos muito acostumados a falar em frigoríficos de carne especificamente de boi e também de frango e de suínos, mas, agora, o pescado está chegando ali também com toda a vontade. Quinze frigoríficos de pescado em meu Estado de Mato Grosso, que já era reconhecido como um dos maiores produtores...

(Interrupção do som.)

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, tenho direito a vinte minutos. V. Exª está economizando meus minutos aí.

Meu Estado de Mato Grosso, que já era reconhecido como um dos maiores produtores de carne do País, agora tenta ser conhecido também pelo pescado. Estamos falando, Sr. Presidente, de R\$30 milhões de investimentos diretos no Estado. O Governo Federal deverá dar o sinal verde no próximo mês, garantindo mais e mais recursos para o setor. A bancada federal de Mato Grosso conseguiu destinar R\$21 milhões para o setor pesqueiro de Mato Grosso.

Esses quinze frigoríficos atendem a quinze consórcios intermunicipais nas regiões do Alto do Rio Paraguai, do Alto do Teles Pires, do Araguaia, do Complexo Nascentes do Pantanal, do Médio Araguaia, das Nascentes do Rio Araguaia, do Norte Araguaia, do Portal da Amazônia, da Região Sul, do Vale do Arinos, do Vale do Guaporé, do Vale do Juruena, do Vale do Rio Cuiabá e do Vale do Teles Pires, atendendo a quase todas as regiões do nosso Estado de Mato Grosso.

Acredito que o setor pesqueiro deve ser incentivado, especialmente por ser pautado basicamente pela pesca artesanal, gerando emprego e renda aos pequenos piscicultores, contribuindo para a diversificação da produção rural e gerando alternativas rentáveis para a nossa população, especialmente naquelas regiões onde o solo não permite uma grande produção agrícola.

No ano passado, o Governo do Estado criou o programa Criar N'Água, que tem exatamente a intenção de ampliar a produção em tanques, nas pequenas propriedades, garantindo que a produção seja consumida na merenda escolar, em todos os Municípios de Mato Grosso. Srªs e Srs. Senadores, devo parabenizar a Secretaria de Desenvolvimento Rural, porque esse programa traz benefícios a todos. Ganha o pequeno produtor, que tem sua produção com destino certo, gerando-se sustentabilidade e viabilidade econômica dos pequenos empreendimentos rurais; ganha o Estado de Mato Grosso, que consegue elevar o nível de renda da população rural; e ganha a educação pública, que garante alimentação de qualidade para os alunos.

Temos a ambição de que se produza mais que o necessário para abastecer a rede pública de ensino. Assim, já há a programação para se criarem mecanismos de venda do excedente, inclusive para o exterior.

Investir na pesca, Srªs e Srs. Senadores, principalmente a artesanal, é ajudar a diversificar a já pujante produção mato-grossense. Se temos como carro-chefe a produção de grãos, também temos outros produtos a serem oferecidos no mercado interno e externo. Haverá ampliação da oferta de pescados em Mato Grosso, que hoje é insuficiente.

Além desses quinze frigoríficos, Mato Grosso está atraindo a iniciativa privada, que está vendo no pescado a nova oportunidade de investimentos no Estado. O Estado, em breve, será referência na produção de pescados no Brasil. É a diversificação da produção chegando, a todo vapor, a Mato Grosso.

Até há pouco tempo, a soja era tida como praticamente a única produção de Mato Grosso. Hoje, o Estado, se não é o maior produtor, é o segundo ou o terceiro na classificação da produção de soja, de algodão, de carne de boi, de milho, de arroz, de peixe,

de frango, de suíno, de teca, de eucalipto. Enfim, é a diversificação da produção chegando, a todo o vapor, ao meu Estado de Mato Grosso.

Aproveito também para destacar outro fato que nos orgulha muito, a nós mato-grossenses, que é a questão do financiamento do projeto Minha Casa, Minha Vida. Mato Grosso é um dos três únicos Estados que conseguiu atingir 100% de aproveitamento da verba para aquisição da casa própria. A Caixa aumentou em 94,5% os créditos para financiamento da casa própria. Segundo notícia veiculada, no dia de ontem, pelo jornal *Folha do Estado*, foram R\$687 milhões para a habitação, dos quais R\$235 milhões foram para o projeto Minha Casa, Minha Vida.

Quando falo em *Folha do Estado*, quero saudar realmente todos. Saúdo você, Marisa Batalha, a senhora proprietária da *Folha do Estado*, uma mulher dinâmica, uma mulher valorosa.

(Interrupção do som.)

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, tenho direito a vinte minutos. V. Exª me deu seis minutos. Dê logo os quinze minutos que estão faltando. (Pausa.)

Obrigada. Do contrário, eu já ia dizer que era discriminação contra a mulher.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Exª tem de ler Maquiavel, que disse: na hora de destruir, acabo de uma vez. Para os amigos, a gente dá gota a gota para saborear. Então, estou dando a riqueza do tempo, mas jamais ousarei tirar a Senadora Serys da tribuna.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador.

Como eu dizia, quero saudar especialmente a Isabela, Srª Diretora Presidente da *Folha do Estado*, já que estou citando esses dados aqui, como também os outros meios de comunicação do meu Mato Grosso, o *Diário de Cuiabá*, a *Gazeta*.

A *Folha do Estado* registrou, no dia de ontem, R\$687 milhões para a habitação, dos quais R\$235 milhões foram para o Minha Casa, Minha Vida. Foram beneficiadas 6.992 famílias com renda de até três salários mínimos, sendo que, no total, foram realizados 14.753 financiamentos. Quer dizer, as famílias com renda baixa foram responsáveis por quase metade de todos os financiamentos.

O sucesso do programa do Governo Federal – um dos programas mais queridos da nossa Ministra Dilma Rousseff –, em nosso Estado, deve-se em parte pela experiência do Estado de Mato Grosso no financiamento habitacional para famílias de baixa renda. Além disso,

não temos problema de espaço para construção nem supervalorização das propriedades.

O programa Minha Casa, Minha Vida destinou treze mil unidades habitacionais para o Estado, sendo que seis mil deveriam ser para famílias com renda de até três salários mínimos, e financiamento de R\$39 mil. Como esse número já foi alcançado, o restante deverá ser remanejado para financiamento a famílias com renda de três a dez salários mínimos. Graças a esse grande êxito, há previsão de que o Governo Federal destine mais R\$1 bilhão para o financiamento habitacional mato-grossense neste ano de 2010. É o Governo do Estado, Governo Blairo Maggi, junto com o Governo Federal, do nosso Presidente Lula, fazendo com que a habitação popular chegue ao nosso Estado de Mato Grosso.

Aqui, eu queria ainda, Srªs e Srs. Senadores, falar de um tema que será tratado daqui até o mês de março – aliás, ele deve ser tratado nos 365 dias do ano. Está se aproximando o Dia Internacional da Mulher. Inclusive, quero registrar que fui convidada a ir a Washington no lançamento do Ano Internacional da Mulher das Américas, feito pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Esse lançamento vai ser feito agora, nos últimos dias do mês de fevereiro. Sou a requerente junto à OEA, em Washington, de que o ano de 2010 se torne o Ano Internacional da Mulher das Américas. Nosso requerimento, protocolado na OEA, em Washington, foi aprovado pelo Conselho da OEA em 2008 – se não me engano, isso se deu no final de 2007, no início de 2008 –, e, agora, a OEA já está ultimando que esse evento se inicie. Como é o Ano Internacional da Mulher das Américas, hoje vou falar um pouquinho também da questão da mulher.

Eu diria que a questão da mulher no poder é cultural. Há pouco tempo, há menos de cem anos, há setenta anos, nós, mulheres, não tínhamos, Sr. Presidente, direito a votar. No início do século passado, não tínhamos direito à instrução, não tínhamos direito a trabalhar fora. Quer dizer, a mulher era considerada um ser de segunda categoria, que não tinha direito a se instruir, a trabalhar fora, a votar. Era aquela que deveria ficar dentro de casa, submetida às lidas domésticas. Temos muita consciência de que somos mães e de que temos competência. Sou mãe de quatro filhos, que já estão hoje todos adultos. Cada nascimento de um filho fazia com que eu tivesse mais energia e mais força para trabalhar, para estudar. Fiz o curso de Direito, o de Pedagogia, o meu mestrado na área de Educação, trabalhando, dando aula na Universidade Federal de Mato Grosso e criando meus filhos com dignidade e com competência.

Realmente, tenho o maior orgulho desses meninos: hoje, a Natacha é médica, o Alexandre é advogado, a Larissa é psicóloga e o Leonardo Filho engenheiro civil, todos com mestrado, dois já a caminho do doutorado, todos profissionais absolutamente independentes.

Então, isso é possível, sim. Nós, mulheres, temos condições de cuidar das nossas famílias, de trabalhar e de fazer política com competência e com compromisso, compromisso claramente determinado, porque eu digo sempre que há grande importância da participação da mulher na política. Mas, não basta ser mulher, tem que ser mulher que realmente defenda causas sociais, causas importantes para o nosso Brasil e, especialmente, para a população brasileira.

O compromisso de homens e de mulheres, em igualdade de condições, nem mais nem menos para um gênero ou outro, nem mais nem menos para os homens ou para as mulheres, igualdade de direitos e igualdade de condições se fazem necessárias, em todos os sentidos: o respeito dentro da família, a consideração, nada de maus-tratos, nada de humilhação; é igualdade de direitos e respeito dentro da família, respeito no trabalho, igualdade de condições no trabalho.

Nós, mulheres, hoje, estamos nos preparando, estamos fazendo curso superior, estamos chegando aos cargos de topo de carreira, num número muito pequeno ainda, mas com competência, realmente em igualdade absoluta com os companheiros homens, nossos filhos, nossos companheiros, nossos esposos, nossos irmãos, nosso pai.

Enfim, a igualdade de direitos se faz necessária em nossa sociedade. Mas, infelizmente, desde o salário, 30% de nós mulheres no Brasil, fazendo o mesmo trabalho que os companheiros homens, recebemos até 25% ou pouco mais do que isso menor do que os companheiros homens. Esta igualdade de direitos se faz necessária no trabalho, na política, e é disso que vou falar um pouco agora.

Fazendo, senhores e senhoras, uma pesquisa simples na Internet sobre a relação mulher e eleições, deparei-me com manchetes no mínimo questionáveis. E aqui peço a atenção de todos que nos vêem, de todos que nos ouvem, dos Srs. Senadores, fazendo uma saudação especial ao Senador Marco Maciel que preside o nosso Conselho da Mulher-Cidadã Bertha Lutz no Senado. Eu presidi, o Senador Marco Maciel sabe disso, por sete anos este Conselho. E agora sou 2ª Vice-Presidente do Senado, uma sobrecarga muito grande; houve uma certa resistência, mas nós passamos com muita honra a Presidência deste Conselho para o Senador Marco Maciel. Alguns dizem: “Mas, Senadora, a presidência de um conselho da mulher para

um homem?”. Eu falei: mais um motivo. É um homem equilibrado, é um homem abalizado, é um homem que tem realmente consciência da importância dos direitos da mulher e, portanto, eu diria que ter um homem na presidência deste Conselho da Mulher-Cidadã Bertha Lutz é tão importante quanto ter uma mulher a presidi-lo. Eu não tinha tido oportunidade ainda, Senador Marco Maciel, de lhe dizer isto: honra-me muito e fico muito satisfeita de vê-lo na Presidência deste Conselho, juntamente com a composição do Conselho como um todo, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores – somos nove membros neste Conselho.

Um aparte ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do aparteante.) –Nobre Senadora Serys Slhessarenko, eu gostaria de aproveitar o ensejo para ressaltar um fato, já que V. Ex^a não o fez. Nesse prêmio V. Ex^a teve um papel muito importante. Aliás, foi V. Ex^a talvez a Parlamentar que mais se interessou pela questão de gênero no Congresso Nacional, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado da República, e tem feito um trabalho que tem recebido um reconhecimento mais do que nacional, internacional, haja vista inclusive o fato de V. Ex^a já estar, junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), trabalhando para o reconhecimento dos direitos da mulher e no tratamento adequado das questões de gênero. Por isso, quero cumprimentá-la pelo trabalho que realiza, não somente como Vice-Presidente do Senado Federal, mas também na questão de gênero que é um ponto que ainda precisamos avançar. O Brasil foi um País que até se antecipou em conferir o voto à mulher, no Código Eleitoral de 1932. Mas, infelizmente, em 1934, veio a Constituinte e, posteriormente, em 1937, o Congresso Nacional foi fechado, Câmara e Senado, e a mulher só veio poder votar um pouco mais adiante. Mas, de toda maneira, no Brasil, nós demos o voto à mulher bem antes de muitos outros países importantes, inclusive países importantes da Europa.

Então, não podemos dizer que não avançamos, mas é necessário avançar mais, pois ainda há muito a fazer nesse campo. Por isso, os nossos cumprimentos ao trabalho determinado, perseverante de V. Ex^a, mesmo porque sem determinação, sem perseverança, não se conseguem grandes vitórias.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Marco Maciel, nosso Presidente do Conselho da Mulher-Cidadã Bertha Lutz no Senado.

Como eu dizia aqui, Sr. Presidente, fazendo uma pesquisa simples na Internet sobre a relação mulher e eleições, deparei-me com manchetes, no mínimo, questionáveis, tais como: “Fulana é a única candidata

mulher a concorrer às eleições”; “Representatividade pequena de mulheres nas eleições da cidade tal”; “Cota de mulheres não é preenchida”. E muitas outras manchetes. É lastimável, senhores e senhoras, ler esse tipo de notícia em tempo em que as mulheres conquistam espaço na área profissional e familiar. E por que não conquistar também espaço no meio político?

Estamos às vésperas das eleições de 2010 e os partidos começam suas convenções e escolhas de candidatos e candidatas. Quero conclamar mulheres e homens para se conscientizarem que este é o ano feminino na política. Possivelmente, teremos, pela primeira vez, uma candidata mulher ao cargo de Presidente da República. Isso aumenta as chances de vitória do segmento feminino. No entanto, temos que levar esse mesmo quadro para Estados e Municípios. Soa paradoxal que sejamos maioria na hora de votar e minoria na hora de representar e sermos representadas nas diferentes esferas do Poder.

Aliás, eu quero fazer aqui uma modificação. Quando eu disse: teremos, pela primeira vez, uma candidata mulher ao cargo de Presidente da República, não! Já tivemos candidatas à Presidência da República, inclusive, nas últimas eleições, a ex-Senadora Heloísa Helena. Então, já tivemos. Mas é que eu, ao colocar agora, coloquei no momento de hoje.

Algumas pesquisas revelam que as mulheres nem sempre votam em mulheres. O motivo, muitas vezes, senhoras e senhores, é cultural. Não estamos acostumadas a ver mulheres candidatas e, muito menos, no poder. Pode soar até preconceituoso, mas nossa cultura paternalista nos impede de enxergar que a mulher pode comandar, gerir e executar políticas em igualdade, absolutamente, de condições aos companheiros homens. Este é um desafio que costuma mover o segmento feminino, mostrando sua capacidade de superação de limites. Com base nos meus quase quinze anos de vida pública e outros tantos de vida universitária, convivendo com tantas pessoas, posso garantir que a mulher se supera a cada dia.

Nada melhor que uma mulher no poder para entender as necessidades humanas. Afinal, somos mães, mães de todas as mulheres e de todos os homens existentes, sem preconceitos. Conscientizar-se de que somos pouco representadas na vida pública é um começo. Projetos de lei para garantir nossa permanência no poder político do País estão em andamento, mas é preciso que a cultura seja modificada.

Segundo levantamento da ONU, Sr. Presidente, de cada cinco assentos nos parlamentos do mundo, apenas um pertence à mulher. O ideal é que se atinja o equilíbrio: que não menos de 40% e não mais do que

60% das vagas pertençam a um mesmo sexo, seja aos homens ou seja às mulheres.

Mais dois minutos, Sr. Presidente, por favor.

Em outros países, isso já acontece, como em países nórdicos e europeus. Na Suécia e na Noruega, por exemplo, as mulheres participam com 40% das cadeiras do Legislativo e 50% do Executivo. Na Espanha também, ou seja, metade dos ministros é do sexo feminino.

No Brasil, ainda é diferente. Dos 513 Parlamentares da Câmara dos Deputados, 45, só, são mulheres – 8,77%. Nenhuma delas, mesmo em mandatos anteriores, jamais ocupou cargo de titular na Mesa Diretora da Câmara Federal. Isso realmente deixa muito a desejar. Nós, mulheres, queremos espaço, sim, em todas as instâncias de poder.

No Senado não é muito diferente. Somos 81 cadeiras e apenas 11 mulheres – 13,5%. No entanto, conseguimos avanços. Na Mesa Diretora atual, dos 11 cargos disponíveis, o segmento feminino ocupa dois deles. Inclusive, eu ocupo a 2ª Vice-Presidência do Senado da República. Já fui suplente e, agora, eu sou titular na Mesa Diretora do Senado da República. É avanço? É avanço sim, mas nós precisamos mais.

Pequenos avanços diante de um caminho tortuoso e longo, mas que é preciso fazê-lo. Em pleno século XXI, o sexo feminino tem que sair de sua condição secularmente oprimida e marginalizada para entrar na história dos direitos humanos.

Vamos, senhores e senhoras, redesenhar o nosso papel na sociedade. Será a consolidação da democracia.

Quando eu conclamo senhoras e senhores, eu conclamo homens e mulheres a que nós, realmente, de uma vez por todas, reconheçamos que temos de ter direitos absolutamente iguais. Quando conclamamos os homens é porque temos consciência de que nós, mulheres, sozinhas, não vamos conquistar a igualdade de direitos. Nossos filhos, absolutamente todos os homens, nossos filhos, nós precisamos que os senhores nos ajudem nessa conquista, nessa busca, nessa transformação de fisionomia de uma sociedade que, em quase todos os tempos, oprimiu, marginalizou, discriminou a mulher brasileira e a do planeta Terra. Eu costumo dizer que a única coisa que é democrática no planeta Terra é a discriminação e a violência contra a mulher. E o remédio para a violência contra a mulher é a denúncia. Felizmente está sendo superada, mas contra a discriminação é realmente a organização, a mobilização. E, para isso, a gente precisa contar com o apoio determinado de todos,...

(Interrupção do som.)

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – ...absolutamente todos os companheiros homens. Não queremos ser mais do que os homens, de jeito nenhum! Queremos apenas a igualdade, nem mais, nem menos, apenas igual, direitos iguais em nossa sociedade. Só assim a gente vai poder dizer, em alto e bom som, para os senhores e senhoras que nos veem e nos ouvem, às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores, que a gente está buscando construir a sociedade do bem, a sociedade da igualdade, a sociedade de todos e para todos.

No Brasil, falei do Parlamento. No Executivo, temos duas grandes mulheres, no Executivo maior brasileiro: a nossa Ministra Dilma Rousseff, Ministra-Chefe da Casa Civil, mulher forte, mulher determinada, mulher que realmente mostra a competência de nós, mulheres. Às vezes é até criticada por ser forte, dura. Agora, ela é firme, é determinada, toma atitudes, tem decisões, e isso mostra às mulheres do Brasil, tanto Dilma Rousseff quanto Nilcéia Freire, nossa Ministra de Políticas Públicas para as Mulheres, que nós, mulheres, temos competência, técnica e compromisso político com as causas maiores do nosso Brasil, em igualdade de condições com os companheiros homens que estão no Poder Executivo do nosso País.

Muito obrigada, um abraço a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos, agora, para usar da palavra o Senador Adelmir Santana, que representa o Distrito Federal pelo DEM. Recentemente, fez um dos mais belos pronunciamentos, convidando todos os brasileiros a uma reflexão sobre a política do Distrito Federal. S. Exª mostrou muita competência na análise dessa crise que enfrentamos. S. Exª é acostumado a enfrentar crises. Veio do Maranhão ou do Piauí – ninguém sabe ao certo, e ainda disputam sua identidade, seu nascimento, se é piauiense ou maranhense. O Piauí, mais sabido, deu logo a S. Exª o título municipal, pela Câmara de Uruçuí, passou à frente. Mas S. Exª veio para esta cidade, como os candangos – é um símbolo –, acreditando em Brasília, e aqui constituiu família. É um vitorioso empresário, é um dos melhores dirigentes do Sistema S do Brasil, composto por entidades como o Sesc e o Senac. No Piauí, está seu companheiro Valdeci Cavalcante, que também é um empreendedor nota 10, como S. Exª. Daí foi para a política e representa, com grandeza, não só os piauienses, os maranhenses, os nordestinos, mas também todos os brasileiros e brasileiras de Brasília.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu já fico lisonjeado com tantos elogios, mas confesso que tenho a minha naturalidade na cida-

de de Nova Iorque, no Maranhão, e um apreço muito especial pelo Piauí, onde eu estudei e morei muitos anos, e ligações familiares com aquele Estado; tenho o título de cidadão piauiense e cidadão municipal de Uruçuí. Então, me honro muito com isso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Mas o avô de V. Exª soltou foguete no Piauí....

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Eu sou primeiro neto...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Foi questão de cartório. Mandou lá, porque essa cidade do Maranhão era mais velha e tinha um cartório, mas a história, e é uma lenda, que o seu avô... E o seu avô tem uma respeitabilidade, mais do que qualquer cartório. É difícil tirar isso.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Muito obrigado.

Meu avô tinha um rifle...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O Piauí abdicar da naturalidade de V. Exª.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Meu avô tinha um rifle 44, papo amarelo, e realmente ele deu três tiros, que era o símbolo do sexo masculino. Aí tinha um outro colega dele, que disse: “É verdade. Se prestasse era homem; se não prestar...”.

Então, tem essas coisas, que são apenas registros folclóricos, mas a minha naturalidade é a cidade de Nova Iorque, no Maranhão,

O meu coração é da cidade de Uruçuí, Piauí. Há muita coisa interessante entre essas colocações que V. Exª faz aqui.

Srªs e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna fazer algumas considerações para reflexão desta Casa neste início de ano. Sabemos que o Brasil tem desperdiçado muitas oportunidades para avançar e conquistar a estabilidade institucional, tão necessária para assegurar a governabilidade.

Agora surge novamente mais uma janela de oportunidade. Devemos, pois, aproveitá-la.

Todo ano em que há eleições gerais no País, têm-se um instante propício à reflexão sobre os nossos principais problemas, aflições e possibilidades, porque geralmente abre-se um espaço amplo para o diálogo democrático.

A sociedade fica receptiva ao debate político, e isso cria o momento ideal para auscultar a população sobre qual projeto de nação ela anseia. Ademais, enseja que a classe política apresente suas propostas em busca de novos caminhos que permitam aperfeiçoar e assegurar o bom funcionamento das instituições.

De fato, torna-se cada vez mais imperativo ao processo de desenvolvimento que almejamos, com melhoria do bem-estar da sociedade, justiça e paz,

que se promova o aperfeiçoamento do ordenamento institucional, de sorte a reduzir os desequilíbrios entre os entes federativos, a aperfeiçoar todo sistema de governo e a melhorar a necessária harmonia entre os poderes.

Eleições também colocam na ordem do dia questões importantes, como a ética e o relacionamento que deve haver entre o eleitor e o candidato. O voto faz a sociedade refletir sobre o futuro e compromete o cidadão com as suas escolhas.

Em pronunciamento recente que fiz desta tribuna – bem lembrado pelo nosso Presidente, Senador Mão Santa –, alertei para o clamor que há no País em torno da ética e dos princípios morais que devem reger a convivência. O povo nas ruas – eu dizia – demonstra toda sua perplexidade, indignação e descrença diante do quadro de impunidade e de falência de algumas instituições.

Alertei que o Senado não pode, de forma alguma, eximir-se de suas responsabilidades e deve enfrentar a questão, fortalecer o debate em torno de ideias que ajudem a aperfeiçoar e a consolidar as instituições democráticas comprometidas com a ética e o bem-estar da população. E assinalei que não podemos ser omissos e, assim, pavimentar o caminho que leva à banalização da falta de ética, ensejando o descrédito do povo nas instituições e na política.

A propósito, ainda dentro do tema, gostaria de alertar meus pares para a necessidade urgente de se eliminar ou reduzir o elenco de aberrações que maculam a verdade eleitoral. A propaganda política chega hoje a um patamar no qual as técnicas de *marketing*, Sr. Presidente, só estão acessíveis a quem tem muito dinheiro. E os candidatos são assim transformados em “produtos ofertados ao eleitor-consumidor”.

E ao fim e ao cabo, o que se vê depois da eleição é a frustração do eleitor. E dos eleitos também, porque em geral não puderam aprofundar os debates em torno das questões mais cruciais para o desenvolvimento do País.

Sr^{as} e Srs. Senadores, aqueles que nos ouvem, este preâmbulo serve para chamar a atenção para a oportunidade de um debate profícuo que deve iniciar-se agora em torno das principais reformas de que necessitamos para fazer com que o Brasil avance.

Friso, desde já, que não me incluo entre os que veem as reformas como panaceia, pois reformar, para mim, é uma atividade permanente, que deve acompanhar a marcha e a evolução da sociedade.

Mas há alguns aspectos de certos temas que cumpre reformar e, entre eles, destaco as reformas política e tributária.

Com relação à primeira, o eminente Senador Marco Maciel já nos advertiu que a proximidade de eleição afeta bastante a reforma política. Com sua notória experiência de legislador, ele assinala que o melhor momento para fazê-la é quando se instala uma legislatura.

Não obstante, diante da oportunidade a que me referi anteriormente, arrisco-me em afirmar que nada impede que iniciemos ainda nesta legislatura o debate dessas duas reformas, visando envolver a sociedade no processo e comprometer os futuros governantes com propostas claras que materializem a sua realização logo no início da legislatura vindoura.

Concedo um aparte ao eminente Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do aparteante.) – Nobre Senador Adelmir Santana, eu desejo, antes de mais nada, cumprimentá-lo pelo discurso que hoje profere e acrescentar que V.Ex^a trata de um assunto que é, a meu ver e penso que de muitos, uma grande prioridade, talvez a prioridades das prioridades, que é justamente concluir a obra não acabada da Constituição de 88.

A Constituição de 88 se caracterizou por ser, diferentemente do que aconteceu com Constituição de 1891, que foi a primeira constituição republicana, uma constituição analítica, e não sintética.

Veja que a Constituição de 1891, que foi a primeira constituição da República, tinha pouco mais de noventa dispositivos. A de 1988, por ser uma constituição analítica, portanto abrigando detalhes e até matérias não constitucionais, fez com que a tarefa de regulamentá-la, de dar-lhe eficácia plena, ainda não se tenha completado. Os constitucionalistas dizem sempre que as constituições podem ser divididas entre sintéticas e analíticas. A Constituição de 1891, como disse, foi uma constituição sintética. A Constituição de 1946 não foi uma constituição sintética, mas não chegou a ser uma constituição analítica, que descesse a muitos detalhes e incorporasse ao texto matérias que não eram constitucionais. Mas a de 1988 foi uma constituição analítica até por brotar de um grande sentimento nacional, que era o retorno ao chamado Estado Democrático de Direito. Daí por que – não quero me alongar em considerações e tirar o tempo destinado a V. Ex^a – eu gostaria de dizer que está na hora de atentarmos para a questão constitucional brasileira, ou seja, para melhorar, como V. Ex^a mencionou, as questões de governabilidade. O Brasil tem tudo para ser um grande país, e já o é; certamente, vai ter um papel muito destacado neste terceiro milênio da era cristã que estamos iniciando. Eu espero que, para que isso ocorra como

nós desejamos, concluamos essa tarefa da Constituição, que é a prioridade das prioridades.

Eu sou otimista com relação ao Brasil e ao seu futuro e sempre me recordo de uma frase de Juscelino Kubitschek, proferida nos idos de 1956, numa entrevista ao jornal *O Globo*, quando disse que, com relação ao Brasil, o otimista pode errar, mas o pessimista começa errando. Nós não temos razões para sermos pessimistas no país que temos; um país que conseguiu, inclusive, realizar uma notável integração étnica, *melting pot* reconhecido internacionalmente. Então eu diria que temos todas as razões para acreditar que o País terá um papel destacado, eu não diria um protagonismo, mas um papel extremamente destacado, na comunidade internacional. Por isso, eu cumprimento V. Ex^a e quero dizer que concordo com a proposta que V. Ex^a acaba de formular e espero que o Congresso Nacional coloque a questão no rol de suas prioridades, assim como fez ainda há pouco o Senador Geraldo Mesquita Júnior, quando também advogou a necessidade de dar um tratamento privilegiado, se assim posso dizer, à regulamentação da Constituição de 88. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Eu é que agradeço a V. Ex^a o aparte, que enriquece meu pronunciamento. Concordo com V. Ex^a quando diz que neste País não podemos ser pessimistas. Se nós fizermos uma avaliação dos últimos trinta anos, teremos clareza de que o País passa por evolução acentuada. Isso nos dá muito orgulho e nos permite acreditar no nosso futuro. Agradeço a V. Ex^a o aparte.

Sr. Presidente, falava eu sobre a reforma política. Darei continuidade à minha fala.

A importante reforma política, ponto que defendo, não deve ser objeto apenas do reduzido debate no Parlamento e tampouco no seio dos partidos políticos. Acreditam esses estudiosos que a sociedade...

– através de suas entidades organizadas – deve participar ativamente dessa discussão, provendo limites ao legislador a partir de suas aspirações por mudanças.

É necessário, portanto, que se repare, que se prepare o terreno desde já para que, logo adiante, um assunto tão estratégico como é o caso da Reforma Política não permaneça novamente perdido nas gavetas e nos escaninhos do Congresso Nacional.

Esse é um espaço, a meu ver, Sr. Presidente, que pode ser apoiado por esta Casa, à qual compete estimular esse debate com a sociedade. Sem me ater a pontos específicos da Reforma Política – alguns dos quais podem ser votados, aprovados ainda este ano –, que aparecem nas mais diferentes listas de estudiosos da questão, entendo que instituições como a

Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação dos Magistrados Brasileiros e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, entidades que há muito discutem o tema, podem apresentar suas contribuições de forma sistematizada, para que elas sejam examinadas pelos políticos e incorporadas aos programas dos candidatos à Presidência.

Esta pode ser uma fórmula capaz de encurtar a distância que nos separa de sua aprovação. E, ademais, a participação dos movimentos sociais no processo recoloca o tema da democracia direta na ordem do dia, o que certamente trará ganhos para o País.

Concordo e faço minhas as palavras do saudoso Ministro Roberto Campos, que admitia que a Reforma Política não é uma panacéia, pois não há regime político algum capaz de satisfazer a todos igualmente. Aqui e mesmo nas democracias mais consolidadas do que a nossa há sempre alguém querendo mudar o sistema, campo imperfeito e em constante mutação. Em seus comentários, o Ministro Campos afirmava que o Brasil conseguiu fazer o oposto do presidencialismo federativo que nos serviu de modelo, e que foi implantado nos Estados Unidos. Dizia o Ministro Roberto Campos: *“Lá, Estados e Municípios que se dividem têm que se virar sozinhos – aqui, a conta sempre vai para a viúva”*.

Aqui mesmo nesta Casa, muitos sugerem uma profunda revisão no seu funcionamento, deixando de lado as funções de Casa revisora das matérias gerais que tramitam no Parlamento, para exercer com mais propriedade a sua competência concentrada nas questões federativas. São, portanto, muitas as propostas e sugestões já existentes para enriquecer a votação de uma reforma institucional.

Todavia, é no mínimo curioso examinar a batalha que há anos se trava em torno da Reforma Política. Todo mundo é a favor dela, mas a concretização desse projeto nunca ocorre. É de remendo em remendo o assunto que, diga-se, é estratégico para o País vai sendo empurrado para debaixo do tapete. E a Nação é quem paga o preço da falta de vontade política.

Meus caros Senadores, o mesmo se pode dizer também da Reforma Tributária. Ela é urgente, pois hoje esse é um ponto que impede o País de avançar para um nível de crescimento compatível com os anseios e a necessidade da população.

Esta é, indiscutivelmente, uma das mudanças mais esperadas pelo contribuinte brasileiro, especialmente o setor produtivo, sobretaxado em todas as etapas do processo, desde a unidade fabril até a comercialização dos produtos.

O crescimento da carga tributária vem acontecendo a uma velocidade espantosa a cada ano. Atualmente

está em mais de 37% do Produto Interno Bruto brasileiro, segundo estudos da própria Receita Federal, e não há sinais de que deverá abaixar em um curto prazo. Ao contrário, o Governo Federal vem aumentando os gastos públicos, a despeito de uma redução da arrecadação por conta da crise, que é internacional.

Esse aumento de gastos públicos não significa que o contribuinte terá um melhor serviço por parte das instituições federais. O Governo tem mostrado que não sabe usar corretamente o dinheiro arrecadado

dos cidadãos: gasta muito com o custeio da máquina e menos com investimentos. Aumenta salários sem critérios dos mais diversos e incha a máquina pública, mas esquece-se de aplicar em itens básicos para o bem-estar da população, como rede de água e esgoto, investimento em saúde, educação, transporte, segurança, entre outros que são funções precípuas do Estado.

Concedo a palavra ao eminente Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Adelmir Santana. Ouvindo atentamente V. Ex^a, fico feliz que traga esse tema à Casa. Senador Adelmir, andando na rua, sabe qual é o sentimento das pessoas em relação à tão falada reforma política? Já ouvi muita gente dizer o seguinte: esse pessoal – e esse pessoal ao qual eles se referem somos nós, os políticos e parlamentares – esse pessoal dá “pitaco” em tudo que é assunto. Agora, quando se trata de corrigir suas próprias imperfeições, ou seja, o próprio sistema político, cada um sai por uma porta e esse assunto jamais é tratado com a seriedade que ele merece, Senador Adelmir Santana. É verdade. V. Ex^a, provocando mais uma vez essa questão é como se tivesse chamando atenção de todos nós para a nossa grave responsabilidade. A população brasileira, tenho certeza, só vai compreender na sua totalidade o que estamos fazendo aqui, a nossa missão, quando, além de darmos “pitaco” em tudo quanto é assunto da população, a gente se volte para, talvez, até cortar na própria carne. Talvez o aperfeiçoamento do sistema político-partidário brasileiro signifique, por vezes, cortar na própria carne, e nós não podemos fugir mais a essa responsabilidade. Para estarmos à altura da expectativa da população brasileira, dos eleitores brasileiros, precisamos, como eu disse – desculpe a repetição, mas ela é importante –, além de dar “pitaco” nos assuntos, às vezes até domésticos, da população brasileira, precisamos resolver o mais breve possível questões relativas ao sistema político-partidário brasileiro no sentido de aperfeiçoá-lo e colocá-lo à altura das expectativas da população brasileira. Meus parabéns pelo pronunciamento!

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Agradeço ao Senador Mesquita pela sua intervenção e que bem já fez referência, por isso disse que traria uma complementação desse mesmo assunto no seu pronunciamento desta manhã. Muito obrigado, Mesquita, pela sua participação.

Eu peço vênia, Sr. Presidente, para ler duas páginas apenas, uma página e meia, para concluir o meu pronunciamento.

Muitos especialistas, Sr. Presidente, argumentam que mais urgente do que a realização da Reforma Tributária – falei da Reforma Política e falo agora da Reforma Tributária –, o Brasil precisa de qualidade nos gastos públicos. Como eu disse, arrecada-se muito e tem péssimos serviços. Eu acho que as duas coisas são urgentes e devem caminhar juntas.

Se analisarmos a qualidade do ensino público e o atendimento nos hospitais e postos de saúde mantidos pelo Governo,

podemos concluir que a carga tributária brasileira é realmente alta comparando-se a outros países em desenvolvimento e desenvolvidos.

Dos países emergentes, o Brasil é o que tem maior carga tributária. Dos chamados BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), é o que cobra mais impostos de seus cidadãos. Para se ter uma idéia, na China e na Índia, dois emergentes que têm atuação destacada no cenário mundial, a carga tributária é semelhante: fica em 18%, enquanto na Rússia, apesar de ser também considerada elevada, mesmo assim fica abaixo da cobrada no Brasil. Lá, a carga tributária está em 36%, mas os serviços públicos são considerados de melhor qualidade.

Por isso, volto a insistir que é importante analisarmos o peso da carga tributária em comparação com os serviços públicos prestados pelo Estado aos seus cidadãos. É importante gastar melhor e com qualidade.

É sabido que a pesada carga tributária é um dos principais entraves ao investimento. Devido ao sistema pesado e burocrático, o Brasil tem sido menos competitivo do que os seus semelhantes emergentes. Daí que a racionalização do sistema tributário passa pela redução da burocracia, para tornar o sistema mais aberto e competitivo.

Foi com o propósito de tornar o nosso sistema mais competitivo e menos oneroso para os cidadãos, que apresentei, em abril de 2008, a Proposta de Emenda à Constituição n^o 12, de 2008, que outorga ao Senado Federal competência para estabelecer limites à carga tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Atualmente, a referida emenda está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Parece-nos essencial que o Senado acompanhe a evolução da carga tributária e conceba mecanismos adequados, técnica e juridicamente, para reduzi-la. Esses estudos e diagnósticos devem servir como diretriz para a elaboração dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no espírito cooperativo que marca o nosso federalismo.

E também neste caso as eleições deste ano abrem a oportunidade para que se estabeleça o debate sério e equilibrado sobre os pontos principais dessa importante reforma. As entidades organizadas da sociedade civil, como as grandes confederações, as federações estaduais, as federações nacionais e sindicatos patronais e trabalhistas, que representam a iniciativa privada, possuem primorosos estudos sobre esse tema, e que devem ser aproveitados.

É necessário reuni-los e também sistematizá-los, de sorte a que se possa iniciar no ano de 2011 imprimindo a velocidade necessária para realizar as grandes mudanças que o País exige para crescer, gerar empregos, redistribuir melhor a renda e ser mais justos com todos os cidadãos.

Sr. Presidente, advirto e chamo a atenção de que este é o momento para essa discussão, pois é ano eleitoral e teremos a oportunidade de debater questões como essa, para tanto os candidatos quanto os eleitores ficarem afinados com essas discussões.

Estou certo – e volto aqui a repetir as palavras sábias do grande legislador Marco Maciel – de que uma reforma política deve ser feita sempre no início de uma legislatura, mas não é por isso que nós deveremos deixar de discuti-la no momento em que estamos passando, no ano eleitoral. Assim é possível o envolvimento do eleitorado, dos candidatos para firmarem os compromissos e essa matéria entrar em discussão nos primeiros dias da próxima legislatura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Adelmir Santana, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço a V. Ex^a. Acho que realmente nós temos que chamar a atenção para esses problemas, principalmente da eleição daqui a 239 dias e das outras reformas que são necessárias.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, do PSC do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mozarildo Cavalcanti, Parlamentares, brasileiras e brasileiros que estão aqui no plenário do Senado da

República e que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Marco Maciel, com muito orgulho, sou do Piauí.

O poeta Da Costa e Silva:

*“Piauí, terra querida,
Filha do sol do equador.
Pertencem-te a nossa vida,
Nosso sonho, nosso amor!”*

Na luta, teu filho é o primeiro que chega. Geraldo Mesquita viu o palco da luta lá em Campo Maior, Genipapo. Fomos nós os primeiros brasileiros capazes de fazer uma batalha sangrenta para expulsar os portugueses. Este País grandão deve-se à bravura dos piauienses que aqui represento.

“Filho, coloque esta coroa antes que algum aventureiro a ponha na cabeça”. O aventureiro era Simon Bolívar. Andava derrubando os reis, e o filho ficou com o sul, e o norte ia ficar com Portugal. Era, Marco Maciel, o País Maranhão. E acabamos essa história. Nós fomos os primeiros... Depois, teve outra batalha na Bahia em julho. A nossa foi em 13 de março – março é antes de julho.

Mas, então, gente grande mesmo é do Piauí. Se tivesse um pódio da melhor gente brasileira, seríamos medalha de ouro. Sei que o seu Acre tem muita bravura, Geraldo Mesquita, já foi até República, já foi país, não é? É uma história bonita também.

Pernambuco. E, Marco Maciel, você diz: Mas o Piauí... O Piauí foi dependente de Pernambuco muitos anos, quase 300. Quando nos livramos de Pernambuco, fomos dependentes do Maranhão. É por isso. Somos novos, nossa capital tem 158 anos.

Mas foi a primeira planejada deste País! Davi Caldas é o profeta da República. Ô Marco Maciel, V. Ex^a, que gosta de história, se curve. No Piauí, temos Teresina, primeira capital planejada deste País. A coragem dos piauienses de planejar uma capital no meio do Estado, diferente de todas. Ela que inspirou Belo Horizonte, Goiânia, Brasília e Palmas. Essa é nossa gente.

Mas, Marco Maciel, há um episódio bonito. V. Ex^a, que é bíblico, tem o profeta da República. Dezessete anos, antes de 15 de novembro de 88, havia um jornal cujo nome, Geraldo Mesquita, era *A Ordem*. Um jornalista colocou o nome de *Oitenta e Nove*. Ô Augusto Botelho, *Oitenta e Nove*, nome de jornal. Parece nome de cachaça, não é? *Oitenta e Nove*. Era não! Foi para despertar no Brasil a necessidade da República, que nascera na França em 1789, com o lema Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Um século depois, 15 de novembro de 1889, nosso retardatário. Mas foi no Piauí que o cara, Davi Caldas, 17 anos, nomeou um jornal

de *Oitenta e Nove* para instigar os brasileiros a terem coragem de fazer a República. Então, somos nós.

E, hoje, venho aqui – quis Deus estar presente Marco Maciel – para lembrar a este País que não é só da história do passado, muito recente.

O mais brilhante de todos os brasileiros, no renascimento da democracia, foi o piauiense Petrônio Portella, e, amanhã, o Brasil completa 30 anos sem Petrônio Portella. Nós estamos aqui, nós somos continuadores dele. No meu gabinete, tem um retrato dele comigo. Vá lá ver: eu, cabeludo, novinho! Petrônio morreu cedo, persuadindo-nos a ingressar na política. Eu, bem novinho, cabeludo, e não querendo; ele, pinçando, e nós, entusiasmados pela Medicina, relutamos em entrar na política, mas fomos pinçados, estimulados e motivados por Petrônio Portella.

Mozarildo, eu me lembro do meu último encontro com Petrônio Portella. Último. Eu, bem novo, lá no Palácio da Alvorada, como Deputado Estadual. Alguns amigos da Parnaíba fizeram o Hospital Santa Edwiges. Um já morreu, o Mário Lage, e o outro foi meu Secretário de Saúde. Eram bem novos. Eles fizeram muitos empréstimos e não conseguiram se credenciar pelo INPS. Eu, então, fui com aqueles jovens buscar esse credenciamento. Aí, Mozarildo, fui até Petrônio às 9 horas da manhã.

Eu entrava com minha Adalgisa e com os dois novos médicos: Dr. Mário Lage, que Deus levou, e Dr. Paulo Lage Gonçalves, que foi meu secretário de saúde. Nove horas da manhã! Ô Mozarildo, aprenda aqui, olha o Petrônio, 9 horas da manhã... Aliás, no elevador, o ascensorista pensava que a gente era da Polícia Federal, porque éramos novos, e tinha acabado o encontro do Petrônio com a Polícia Federal. Aí, ele olhou e disse assim: “Mão Santa, eu faltaria com o João e não faltaria com você.” Eu digo: “Que João?” Era o João Figueiredo. Ele disse: “Eu tomei café – está ouvindo, Marco Maciel? – com o João Batista Figueiredo e deixei para vir atendê-lo. Você é uma das minhas bases.”

Era o dia posterior à votação da anistia, essa anistia na qual os tresloucados querem mexer e fazer uma guerra civil no Brasil, negociata, inspirada, nascida da inteligência de Petrônio Portella. Foi no dia seguinte, Geraldo Mesquita. Ele faltava com João, mas não faltava comigo.

Deixei lá o café e dei a notícia. Ô Marco Maciel, a votação foi por uns sete votos, não foi?

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Exatamente.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Olha aí, ainda me lembro. Mas estou aqui para recebê-lo.

Aí, brincando, eu disse: “Petrônio, esses meninos aqui, esses médicos fizeram um grande empréstimo

– jovens, idealistas – e não têm esse tal de credenciamento para o INPS. Eu, como mais velho,

estou tentando ajudá-los.” Esse era o motivo da visita. Aí, ele disse: “Mão Santa, como vai você?” “Aí, eu disse: “É difícil! O Prefeito lá, o Alberto Silva”... Ele era contra o Petrônio, na minha cidade. E ele disse: “Eu não quero saber dessa gente, eu quero saber de você.” Dedo em riste! Aí, eu digo: “Não, Petrônio, quero agora fazer um pedido para esses jovens, porque eles estavam pensando até em se suicidar. O banco está atrás deles. Eles tiraram um empréstimo e não podem pagar. E eu disse: ‘Vamos ao Petrônio.’” Aí, ele se virou; estava o Antônio Araújo, e eu disse: “Vim aqui, trouxe até a Adalgisa, porque, você sabe, Deputado Estadual fica... Meu futuro é só ali: Piracuru, Piri-piri, Buriti, Teresina, e não vou. Eu vim a Brasília e, então, aproveitei e trouxe a Adalgisa.” “Antônio Araújo, pega a D. Adalgisa e vá mostrar o Palácio.”

Antônio Araújo... Esse Marco Maciel é sabido! É um piauiense ilustre, honrado. Era o Secretário principal de Petrônio. E, Marco Maciel, sabido, herdou. Esta é a verdade: um homem público de bem. Essa é a raça nossa, do Piauí. Quero dar o testemunho.

Mas quero dizer que Petrônio morreu logo depois. Foi o último encontro. Aí, eu digo: “Só vou ficar até Piracuruca.” E ele, dedo em riste, disse assim: “Não, você vai ser tudo o que quiser no Piauí.” Atentai bem, Marco Maciel, ele falava com o dedo em riste: “Você vai ser tudo no Piauí.”

Foi o último encontro. Dedo em riste. Morreu o médico Mário Lage, o Paulo Lage está aí, a minha mulher Adalgisa, o Antônio Araújo, e o Petrônio, no céu. Esse é o Petrônio da nossa intimidade.

O Marco Maciel (DEM – PE) – Nobre Senador Mão Santa...

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Então, trinta anos, amanhã, de ausência, mas nós representamos o Piauí no lugar dele, nós somos um dos seus herdeiros.

Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do aparteante.) – Nobre Senador Mão Santa, V. Ex^a traz, hoje, à lembrança da Casa, nesta sessão matutina, os trinta anos de falecimento de Petrônio Portella. Ele foi, realmente, um dos grandes políticos do País e uma figura de excepcional valor, que mereceu reconhecimento nacional. Pena que tenha falecido tão cedo; faleceu com 54 anos de idade, quando já exercera a condição de Presidente do Senado Federal, Governador do Piauí, Ministro de Estado da Justiça. Petrônio Portella foi um modelar homem público entre muitos que o Piauí nos revelou. E sinto muito seu falecimento

precoce, mas ele deixou um legado muito significativo de ações políticas e de ações administrativas. Sem querer me alongar, vou recorrer a um livro, chamado *Tempo do Congresso*, que reúne discursos de autoria do Senador Petrônio Portella. No volume 2 desse livro – tenho uma xérox aqui –, há um prefácio do Ministro Golbery do Couto e Silva, que foi, um grande estrategista e exerceu a chefia da Casa Civil da Presidência da República, além de todas as funções que ocupou, de forma digna e correta.

(Interrupção do som.)

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Vou ler o texto do livro de Petrônio Portella, a parte que diz respeito justamente à apresentação do Ministro Golbery do Couto e Silva. Diz o Ministro Golbery na apresentação: *“A Petrônio Portella não lhe foi dado alcançar tais culminâncias. Tinha tudo para isto e sentimento bem generalizado no País é o de que a morte lhe ceifou, inexorável, a plena marcha ascensional à suprema magistratura da Nação.”* O que é que queria dizer Golbery com essa frase curta? Que, não fora seu falecimento, Petrônio Portella, teria sido o candidato a Presidente da abertura, posto que ele já estivesse engajado nesse processo quando tratou de aprovar a Emenda Constitucional nº 11, de cujo trabalho também tomei parte, porque foi fundamental para que nós concluíssemos um processo de abertura política. Mas, além disso, Petrônio Portella percorreu todo o País, explicando, na OAB, CNBB, órgãos de classe, ABI, etc, o sentido da abertura política. Então, ele estava predestinado – se assim posso dizer – a ser o Presidente da República. E diz Golbery:

“No final de sua não tão longa ascensão, mas brilhante carreira, Petrônio Portella foi consultor acatado de dois Presidentes da República nas mais importantes e difíceis decisões, mesmo que desbordantes largamente do campo propriamente político. Mas uma coisa é aconselhar, assessorar; outra, bem diferente a tomada de decisões de Governo. Esta, ato solitário quase sempre dramático, podendo até mesmo ser trágico, e implicando a consciente aceitação de graves e indivisíveis responsabilidades, é sobretudo um ato de vontade, da virtú maquiaveliana, manifestação de caráter e ímpar testemunho de coragem moral, muitas vezes. Enquanto a primeira, faz-se apelo apenas a qualidades de inteligência, bom senso, discrição, confiabilidade e capacidade de persuasão...”

No caso de Petrônio Portella, há o reconhecimento de sua ação no plano não somente do Executivo, como Ministro da Justiça, mas também no campo do Parlamento, quando presidiu o Congresso Nacional, como Presidente do Senado, e quando enriqueceu esta

Casa, trazendo notável contributo ao aperfeiçoamento das nossas instituições. Por isso, quero cumprimentar V. Ex^a por lembrar o passamento de Petrônio Portella e seu legado, num momento extremamente rico da vida política brasileira. Estou certo de que a história vai-lhe fazer justiça, se já não o fez, porque sua enorme argúcia política, posto ser excelente negociador e, em função da experiência de que era dotado, ele conseguia dilucidar os magnos problemas do País, como diz Golbery do Couto e Silva neste livro *Tempo de Congresso*, de autoria do Senador Petrônio Portella. Portanto, quero concluir minhas palavras, felicitando-o pela iniciativa de homenagear a memória de Petrônio Portella por ocasião dos 30 anos de sua morte.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Nós agradecemos. Deus escreve certo por linhas tortas. Quis Deus estar aqui o Marco Maciel, que enriquece e simboliza, hoje, as virtudes do político brasileiro. Então, nós, em nome do Piauí, agradecemos a palavra de V. Ex^a.

V. Ex^a, com sua participação, torna grandioso este pronunciamento que faço pela inspiração que tenho de reviver um nome importante da política brasileira, que foi Petrônio Portella.

Estão, aqui, os dois livros citados por V. Ex^a, mas quero deixar às brasileiras e aos brasileiros aquilo que aprendi mais na intimidade com ele.

Primeiro, a família era ilustre. Seu pai era Eustáquio Portella, político que o motivou a também sê-lo, assim como fez seu pai, Geraldo Mesquita. Todos eram ilustres: Petrônio Portella; Lucídio Portella, que foi Governador, íntimo amigo meu, amigo de antes, porque era médico; Eustáquio Portella, que é um psiquiatra dos mais brilhantes da história do Brasil, no Rio de Janeiro; Nathan Portella, cardiologista que foi reitor da Universidade; e Elói Portella, que também foi Senador. Uma família ilustre, mas eu queria deixar alguns ensinamentos dessa convivência.

Primeiro, Marco Maciel, a frase que mais ouvi Petrônio dizer: “Não agredir os fatos”. Eu não entendia, Geraldo. Era, falando, o profeta, o sábio, o filósofo diante do ignorante discípulo. Ele balbuciava: “Não agredir os fatos”. E, hoje, eu aprendi os fatos.

Ele era Governador quando veio a revolução, ficou do lado da legalidade e depois, aqui, reconhecido pelos militares, o dia mais bonito foi o do corajoso do passado do PMDB, que está afogado no fundo do mar, Ulysses Guimarães, que teve a coragem de se candidatar em 1974. Então, Ulysses fez o seu pronunciamento. Em nome do Governo, defendendo a candidatura de Ernesto Geisel, o seu líder Petrônio Portella. Que duelo! Que beleza para a História! Não agredir os fatos. Ele, que era da democracia, conviveu, e eu entendo hoje.

Outra que eu ouvi ele repetir, daí me inspirar e ter coragem de mudar de Partido... Ele disse, ô Marco Maciel: “Só não muda quem se demite do direito de pensar”. “Só não muda quem se demite do direito de pensar.”

Outra que ouvi e aprendi: “O caminho mais curto do voto é o trabalho”. Que beleza, Geraldo Mesquita! E outra muito para autoridades.

Quis Deus... Deus prepara os homens. Eu estou aqui porque Deus me botou em convivência com Petrônio, com Lucídio, com Chagas Rodrigues, com Wall Ferraz.

Hoje, a avenida maior de Teresina tem dois bustos. Heráclito, quando Prefeito, colocou o de Petrônio e eu, quando Governador, o de Wall Ferraz, o maior líder. Homens exemplares. Esta é a minha inspiração política: homens de vergonha que aqui represento.

Mas o que eu tenho a aprender, Marco Maciel, nunca me esqueço: ele, Ministro, foi a Parnaíba...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Ô Augusto, cinco minutos.

Marco Maciel, Parnaíba toda, a minha cidade, foi esperar o piauiense Ministro. Eu me lembro que tinha um carro, ditador da moda, o carro melhor, eu pedi para ir, eu com o ditador, na minha simplicidade, Petrônio atrás, com Lauro Correia, Presidente da Federação, e meu irmão Antônio José, Secretário da Federação. Aí – olha aí, Paulo Duque, o que é um homem –, eu vi, de repente, natural, chegar o piauiense Ministro, com perspectiva de ser Presidente da República. Ele disse: “Mão Santa, para, para, para! Mão Santa, mande tirar aqueles batedores ali. A autoridade é moral”. Aí, eu fui e disse: “Olhem, rapazes, o Ministro está mandando vocês irem embora”. “Eu não ando, a autoridade é moral.”

Geraldo Mesquita, eu andei com o Ministro Petrônio Portella, sozinho, na praia de sua Copacabana – Ministro da Justiça. A autoridade é moral.

Eu me lembro, Marco Maciel, que Deus me brindou com o maior ensinamento da política.

O Marco Maciel deve ter vivido a época. Este Congresso de bravos Parlamentares fez aprovar uma reforma do Judiciário. Ela contrariou os militares do Governo e Petrônio mandou e fez votar.

Eles mandaram fechar o Congresso, Geraldo Mesquita. Isto foi em 1971. Eu estava no gabinete dele e vi. Aí chegaram os repórteres: “Diga alguma coisa!” “Fecharam o Congresso?” Os militares o cercaram. Vi que a autoridade é moral, e que se tem de respeitar o Senado da República. Geraldo Mesquita, ouvi só uma frase. E os jornalistas: “E aí, o Congresso, veio a or-

dem para fechar”. Paulo Duque, ele só disse uma frase, Geraldo Mesquita: “Este é o dia mais triste da minha vida”. Marco Maciel: “Este é o dia mais triste da minha vida”, e eu estava ao lado dele. Está aí, um discurso simples, mas de um homem de moral. Fez os militares refletirem e reabriram o Congresso.

Esta é a nossa história, a história do Petrônio.

Agradeço a todos. Apenas lembro ao piauiense que amanhã todo o Piauí deve orar, deve meditar, deve inspirar-se naquele nosso filho ilustre que ia ser Presidente da República. O plano: eu, da confiança dele, já era Deputado Estadual. Aí, o seguinte, simples – não era o colégio eleitoral, Geraldo Mesquita? –: ele seria candidato do PDS.

Juntava-se com o PP de Tancredo Neves. Tancredo seria o seu Vice. Já estava acordado, Marco Maciel. Ele me contou na Prefeitura...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – ... de José de Freitas, que é a origem da família de sua esposa Iracema. Juntavam PDS com o PP de Tancredo, ganhariam o colégio eleitoral, e ele seria o primeiro Presidente civil pós regime militar. Deus, Deus, Deus o chamou. Deus gosta dos bons, o chamou precocemente. Mas temos de comemorar os trinta anos, porque o nosso desejo de acertar, as bênçãos de Deus e o exemplo de Petrônio Portella hão de fazer respeitarmos a democracia.

Então essas são nossas palavras....

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Um minuto, um minuto!

Então que nossas palavras cheguem aos céus e a Deus, e sem dúvida nenhuma, como uma forma de súplica, de prece e de oração: Ó Deus fazei com que nunca falte no Brasil a inspiração do exemplo de amor à democracia do piauiense Petrônio Portella!

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Senador Mão Santa, peço a V. Ex^a que assuma a Presidência por sou o próximo inscrito, conforme a ordem de inscrição. Aliás, desculpe-me. O próximo orador inscrito é o Senador Marco Maciel, depois serei eu.

Senador Marco Maciel, V. Ex^a é próximo e tem todo o tempo do mundo. Faço questão que seja V. Ex^a. Eu até cederia a minha vez, mas o fato é que V. Ex^a está inscrito antes de mim. Por favor, não vou viajar, fique tranquilo.

O SR. MARCO MACIEL (Dem – PE) – De minha parte, nobre Senador Augusto Botelho, gostaria que V. Ex^a usasse da palavra. E, se for necessário, assumo a Presidência, ou o Senador Paulo Duque, ou o Senador Borges assumirá a Presidência para que V. Ex^a possa fazer o seu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Senador Marco Maciel, apenas vi o nome do Senador Valdir Raupp e omiti o nome de V. Ex^a. Sei que V. Ex^a está na frente, porque, na hora de eu me inscrever, vi seu nome na frente do meu. Portanto, não vou passar na frente de V. Ex^a, tenha a certeza disso. V. Ex^a foi colega do meu pai na Casa. Tenho muito respeito pela sua conduta como Senador, assim como todo o povo de Pernambuco tem.

O Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Marco Maciel, senhor virtude da democracia do nosso Brasil, orgulho não do Pernambuco, mas do Nordeste e do Brasil.

Este é o Senado da República que, em seu quadro, tem a riqueza de ter um homem como Marco Maciel. Quase uma centena de vezes assumiu a Presidência da República, todas elas abençoadas por Deus.

Marco Maciel, use da palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Mão Santa, quero agradecer inicialmente as palavras incoerências que V. Ex^a produziu a meu respeito.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho falar hoje sobre questões ligadas à diversidade étnica e à importância da educação para que possamos avançar nesse território.

Um grande economista e filósofo inglês, Francis Bacon, disse, certa feita, que *saber é poder*. Com isso ele queria explicitar que educação é fundamental para que uma nação se afirme, porque sem investimentos em educação plena, o país não se afirma e, portanto, não consegue ter um papel mais destacado na sociedade internacional.

Vou aproveitar a oportunidade para mencionar um artigo publicado no *El País*, principal jornal da Espanha, que insere um texto de Jorge Sampaio, ex-presidente de Portugal e ex-altorepresentante das Nações Unidas para Aliança das Civilizações – tive oportunidade de conviver durante quase oito anos com o presidente Jorge Sampaio –, e ele produz lúcidas observações

sobre a educação para a diversidade. Ou seja, a grande questão é – pergunta-se –:

Como conviver quando a diversidade étnica, linguística, religiosa ou cultural incrementa e desassossega, divide as comunidades e submete a crescente pressão as democracias?

Este é um dilema que hoje pervage muitos países do mundo. Daí se falar, inclusive, no choque de civilizações a que se reportou certa feita Huntington, numa obra que se tornou clássica. Mas é bom lembrar que podemos evitar esse conflito de civilizações desde que nos preparemos, através da educação, como pólo indutor, para uma diversidade étnica que seja compatível com as aspirações da vida em sociedade.

Para tanto [chama a atenção Jorge Sampaio], é essencial ativar o diálogo para estender pontes, superar conflitos e promover melhor entendimento entre os povos. Há que buscar a raiz das tensões que dividem as sociedades e culturas, as tensões que inflamam, quando indivíduos ou grupos percebem que estão sendo ameaçados em seus valores, na sua identidade.

E recomenda Jorge Sampaio:

É indispensável promover uma educação para a diversidade, para desenvolver conhecimentos, atitudes interculturais na juventude e aprendizagem durante a vida para fortalecer as bases comuns da convivência.

E conclui Jorge Sampaio – lógico que não vou ler todo o seu artigo *Educación para la diversidad* –:

“Façamos uma frente comum para superar as dificuldades presentes e aproveitemos isso para abrir novas vias até um melhor entendimento e uma cooperação reforçada, ou seja, dar uma oportunidade a um diálogo que vá mais além de meras palavras e que, sobretudo, obtenha resultados”.

Faço essas considerações, e em sequência ao que diz Jorge Sampaio, chamar a atenção para a importância da educação nesse processo de educação para a diversidade étnica.

Vou me valer de uma manifestação de James Heckman, que foi Premio Nobel de Economia do ano 2000. Ele, em recente visita ao Rio de Janeiro, a convite da Fundação Getúlio Vargas, disse que a baixa qualidade do ensino pode limitar o crescimento, destacando:

“Um programa de primeira infância de qualidade para a população carente é uma condição necessária para avançarmos em direção a uma sociedade mais educada, igualitária e, sobretudo, menos violenta.

Dar prioridade à educação básica, secundária e terciária é garantir boa educação desde o início. Assim, haverá menos demandas futuras.

Se as crianças que estão chegando à escola já estão preparadas e com maior motivação, a performance do sistema de ensino no geral será muito mais efetiva.

Do jeito que as coisas estão, se cria uma situação que tornará muito difícil que a próxima geração de brasileiros alcance o sucesso. A política do Brasil e de outros países focaliza demais nos adultos e em colocar crianças na escola, e não reconhece a importância da base que começa antes da escola.

Cuidar das crianças não é suficiente. É preciso desenvolver um programa que cuide das crianças e dos pais. Também tem que ter um currículo focado no desenvolvimento de todas as habilidades. É preciso olhar a questão da saúde, as capacidades cognitivas, os problemas sociais e outras questões. É um portfólio de intervenções que são requeridas conjuntamente.”

Nesse sentido, eu gostaria de lembrar o Presidente Fernando Henrique Cardoso ao criar o Fundef, que permitiu robustecer, inclusive financeiramente, os entes federativos, isto é, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal. Hoje cumpre ao Fundeb, sucessor do Fundef como se sabe, um esforço de continuidade administrativa, pois a educação deve ser a questão prioritária do país, da qual emana a criatividade científica e tecnológica, o que significa dizer que não podemos pensar em grande salto neste campo se não investirmos cada vez mais e continuamente em educação a partir do ensino básico.

Por oportuno, Sr. Presidente, eu gostaria, antes de terminar, de chamar a atenção mais uma vez para a importância da educação em todos os níveis. Vou citar um livro de Monteiro Lobato muito conhecido, intitulado *América*. Leio apenas um pequeno parágrafo. Diz o Monteiro Lobato, e é uma frase já muito conhecida: “um país se faz com homens e livros.” E diz mais adiante Monteiro Lobato:

“Minha visita aos monumentos de George Washington e Lincoln provou-me que a América tinha homens.

Ter homens, para um país, é ter Washingtons e Lincolns, forças tão marcantes que sobre sua obra não pode a morte. Viva quanto viver a América, seus dois heróis viverão com ela, dia a dia mais sublimados.

(...)Com homens e livros. (com homens e livros é que se faz um país.) Nos livros está fixada a experiência humana. É por meio deles que os avanços do espírito se perpetuam.

Mais ou menos na mesma direção, Miguel Reale, em artigo publicado em *O Estado de S.Paulo*, em 1998, diz:

“(...) é a idéia da educação como condição imprescindível para que a história, tal como foi postulado pelo filósofo Benedetto Croce, seja efetivamente a façanha da liberdade, fruto da educação, outrora momento inicial da formação do homem e, já agora, exigência perene que acompanha o homem ao longo de toda a sua existência”.

Por fim, eu citaria, no seu trabalho *Ensinar e Exercício de Liberdade*, Antônio Jacinto Caleiro Palma. Ele diz:

“A educação é a arte de ensinar o exercício da liberdade, pois só é livre quem é capaz de optar entre as diferentes alternativas. O professor é o agente da liberdade. Daí dizer-se que educar é a forma mais nobre de viver, pois transmite o valor da liberdade ensinando o direito de ter direito e de optar.”

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois não, com prazer, ouço o Senador Mozarildo Cavalcanti, que, aliás, é professor universitário e uma pessoa também muito preocupada com a causa da educação.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Primeiramente, quero cumprimentá-lo pelo enfoque na educação, V. Ex^a que já foi Ministro da Educação e que, na ocasião, deu, digamos assim, o parecer favorável a um projeto de minha autoria que autorizava a criação da Universidade Federal de Roraima...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – ...e da então Escola Técnica Federal de Roraima. Foram ambos sancionados pelo Presidente Sarney e hoje fazem um diferencial no Estado de Roraima. Quero, portanto, concordando com tudo o que V. Ex^a colocou, dizer que só lamento que o Brasil, embora tenha avançado na questão da universalização, isto é, da oportunidade de as pessoas entrarem na escola, tenha saído, agora, no *ranking* internacional da educação ocupando o 88º lugar, quer dizer, o número 88 na avaliação internacional, e perdendo para países nossos vizinhos, como Paraguai, o Chile, o Uruguai. Então, é preciso realmente que haja um investimento, mas sem preocupação elei-

toral, sem preocupação com quem vai ser o próximo Presidente ou o seguinte, mas um investimento para o futuro. E só com educação vamos mudar esta realidade no Brasil. Não no patamar em que estamos agora, como V. Ex^a colocou, com professor mal qualificado, mal assistido, mal pago, com escolas precariamente equipadas e, obviamente, formando alunos despreparados para enfrentar a competição do mundo atual. Então, a qualidade do ensino deve ser a grande meta desta nova década do século XXI.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Muito obrigado, nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, inclusive por lembrar o fato de haver criado, quando Ministro da Educação, a escola em seu nascente Estado de Roraima. E também desejo agora agradecer as referências que V. Ex^a fez à importância da educação na solução dos grandes problemas nacionais.

Ao finalizar, eu gostaria de citar, mais uma vez, Miguel Reale. Diz ele: “A vida não é senão um momento de educação, que não se recebe apenas na escola, mas se recebe em todos os momentos em que entramos em contato com o próximo.”

Daí por que, Sr. Presidente, concluo lembrando Juscelino Kubitschek, que foi o grande apóstolo do otimismo. Juscelino era um otimista por formação, metabolicamente um otimista. Daí a frase clássica dele, nos idos de 1956, com relação ao Brasil: “O otimista pode errar; mas o pessimista começa errando”.

Juscelino Kubitschek, em fevereiro de 1960, quando já se preparava para a inauguração de Brasília, disse uma frase que tem um pouco de profético:

“Nada pretendo, a nada aspiro, senão a que sobre um novo espírito e uma nova esperança por sobre a terra brasileira; e que haja uma nova alma, uma só vontade, um único empenho, o de desenvolver o Brasil e de lhe dar uma posição de relevo no mundo.”

“Não aceitamos, não podemos aceitar uma posição secundária na sociedade das nações. Não aceitamos, não podemos e não devemos aceitar uma posição na retaguarda incomparável. Estamos naturalmente fadados à grandeza. Num país com estas dimensões, ridícula é a pequena ambição, a conformidade com o que é medíocre.”

Portanto, Sr. Presidente, encerro as minhas palavras chamando a atenção para a necessidade de se investir em educação, e aproveito a ocasião para solicitar à Mesa que busque incluir na Ordem do Dia projeto de minha autoria que estabelece a residência educacional, a exemplo do que existe para a residência médica. Esse projeto está sendo apreciado na Comis-

são de Educação do Senado Federal e acredito que, com a sua aprovação, vamos criar mais um novo mecanismo para melhorar a qualidade da educação, porque vai produzir resultados muito positivos para o magistério, assim como a residência médica muito contribuiu para melhor formar nossos médicos e profissionais em áreas ligadas ao campo da medicina.

Portanto, agradeço ao nobre Senador que preside a sessão neste momento...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – ...e encerro minhas palavras.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geovani Borges.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Convido a assumir a tribuna o Senador Augusto Botelho, que disporá de vinte minutos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aproveitar esta sessão de sexta-feira para fazer um elogio à Prefeitura de Boa Vista, capital do meu Estado, ao Prefeito Iradilson Sampaio e aos trabalhadores da saúde no Município de Boa Vista.

De acordo com matéria publicada na *Folha de Boa Vista*, principal jornal do meu Estado, Roraima alcançou um ótimo índice de acompanhamento de mulheres gestantes em 2009, superando a média nacional estabelecida pelo Ministério da Saúde. Roraima atingiu 87% das mulheres gestantes, quando o Ministério preconizava apenas 80% das grávidas para serem acompanhadas pelo Ministério da Saúde. O ideal, realmente, é que 100% das mulheres façam o pré-natal, mas nós estamos falando aqui de uma atividade que, no meu Estado, é bem desenvolvida pelos trabalhadores da saúde.

Como médico, posso afirmar que, em Roraima, procuramos promover variadas ações para proporcionar uma boa gestação às mães. Em média, elas chegam a consultar até dez vezes durante uma gestação, com o médico, a enfermeira, o técnico da saúde, a pessoa que trabalha na equipe de saúde, que presta assistência às gestantes.

Somente em 2009, foram feitas 13.899 consultas de pré-natal com enfermeiros e técnicos de enfermagem. Com os médicos, 10.073 consultas. O serviço lá de Boa Vista é oferecido em 30 unidades espalhadas pelo Município. Temos 53 equipes de médicos de Saúde da Família lá em Roraima, na Prefeitura de Boa Vista.

Sr. Presidente, o que vou recomendar agora vale para todas as mulheres grávidas não só de Roraima, mas de todo o Brasil: é fundamental que, assim que descobrir que está grávida, a mãe procure um serviço médico, seja da prefeitura ou particular. Não precisa esperar que a gravidez tenha quatro ou cinco meses para tomar essa providência. Tem que procurar o médico ou o serviço logo no início, porque algumas doenças são mais agressivas ao feto, à criancinha que está sendo gerada, no início da gravidez. Aliás, a maioria das doenças é muito mais agressiva nesse período. A cada semana de gravidez, a mãe e o bebê sofrem transformações importantes e algumas podem gerar complicações e desencadear doenças que podem ser facilmente prevenidas pelo pré-natal.

Na primeira consulta, a equipe médica faz um levantamento da vida da pessoa para ver se ela teve alguma doença, como foram os partos anteriores, se houve partos anteriores, pergunta também sobre doenças na família e solicita alguns exames. A cada consulta, o médico – ou o técnico ou a enfermeira – toma determinadas medidas, como a da pressão, do peso, do aspecto da anemia ou de alguma inchação, e vai anotando numa folha. Essas coisas permitem que se faça um trabalho para ter um bom parto.

Lá em Roraima, os agentes comunitários de saúde também acompanham.

Eu cedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que é médico, obstetra, inclusive meus dois primeiros filhos nasceram nas suas mãos.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Obrigado, Senador Augusto. E foi uma honra cuidar da gravidez e do parto dos seus dois primeiros filhos. Mas quero fazer este aparte, primeiro, para também me alinhar e ressaltar a importância do pré-natal. Dizem que um pré-natal é mais de meio parto garantido. Um pré-natal bem feito, lógico. E quero também aproveitar para ressaltar o trabalho que o Prefeito Iradilson vem fazendo. Aliás, em todos os campos tem feito um trabalho sério. Embora ele não faça estardalhaço de tudo que faz, não esteja toda hora na mídia fazendo propaganda, é um homem que trabalha com seriedade, um homem simples, trabalhador e que, nessa área da saúde, como V. Ex^a vem destacando aí, mostra a eficiência da saúde municipal. Aliás, a saúde está municipalizada, essas ações básicas de saúde são municipalizadas. É dever mesmo das prefeituras fazer um bom trabalho, e o Prefeito Iradilson tem feito esse trabalho, digo até que de maneira silenciosa, porque, ao contrário dos que o antecederam, ele não faz o *marketing* exagerado que foi feito. Ele faz tudo muito bem feito, com seriedade, aplicando bem os recursos, e, por isso mesmo, eu tive a felicidade de que

duas emendas minhas fossem liberadas para o Município de Boa Vista: uma para reforma da Praça da Bandeira, que é uma praça tradicional, histórica para a nossa cidade e, vamos dizer, onde eu sei que eu e V. Ex^a, quando crianças, brincamos;

e também a outra, mais importante até, que é a execução de uma estrada vicinal que vai ligar as comunidades indígenas da Serra da Moça, do Truarú e do Morcego à estrada que vai de Boa Vista ao Passarão, que já é asfaltada, portanto, facilitando a vida daquelas comunidades, que são altamente produtoras de hortifrutigranjeiros e que abastecem muito a feira do produtor em Boa Vista, portanto, abastecem a cidade. Tenho certeza de que o Prefeito Iradilson não só vai executar duas boas obras, como vai aplicar direito o dinheiro. Ao final, quero ressaltar, de novo, e não poderia deixar de fazê-lo como médico – eu, assim como V. Ex^a –, o importante trabalho na área de saúde, porque o que vale é o ser humano em primeiro lugar.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador Mozarildo. Realmente, nós estamos aqui todos pelo ser humano, para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Para nós, não existe função mais importante que essa.

Concedo um aparte, com muita honra também, ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Nobre Senador Augusto Botelho, eu não pretendia interromper o diálogo entre dois roraimenses e dois médicos, um terreno em que não consigo penetrar porque essa não é minha área. Mas eu não gostaria de deixar de cumprimentar V. Ex^a, nobre Senador Augusto Botelho, pelo desempenho com que V. Ex^a exerce o mandato que o povo de Roraima lhe concedeu no Senado Federal e dizer da seriedade, discernimento e espírito público com que V. Ex^a exerce as funções de Senador e de representante do povo de Roraima, um dos mais jovens Estados da nossa Federação, mas um Estado que, embora tendo grandes potencialidades, ainda se debate com limitações de recursos para realizar seu projeto de desenvolvimento.

Espero que isso rapidamente seja corrigido, para que tenhamos uma Federação menos assimétrica, menos desigual, em que todos os Estados tenham o mesmo tratamento e para que, assim, possa haver um desenvolvimento mais homogêneo e mais equilibrado do País. Também gostaria de dizer a V. Ex^a que a tribuna do Senado é muito importante e que V. Ex^a exerce o cargo com seriedade e espírito público. Talvez, por esse caminho, V. Ex^a tenha alcançado algumas conquistas importantes – assim como o fez também o Senador Mozarildo Cavalcanti – em favor do seu Estado, enfim, do seu povo. Então, eu os cumprimento

pelo desempenho de ambos e aproveito a ocasião, para dizer também ao nobre Presidente, o Senador que representa o Estado do Amapá...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Geovani Borges.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – ... o Senador Geovani Borges e formular votos de êxito nas atividades que ele exerce aqui no Senado Federal. Concluo minha manifestação, felicitando-os pelo espírito público e pela dedicação ao País.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador. V. Ex^a não opina diretamente em assuntos de saúde, mas faz um trabalho muito importante para a saúde aqui.

O discurso que V. Ex^a acabou de proferir em defesa da educação é muito importante, porque a saúde não cresce, se não houver educação. Qualquer ação de saúde depende de o povo estar educado. Se melhorarmos as nossas escolas, com certeza, vamos melhorar a qualidade da saúde dos nossos brasileiros.

Para garantir a qualidade do atendimento oferecido às mulheres de Boa Vista, a Prefeitura capacitou, no ano passado, 292 profissionais da rede básica, fez treinamentos na área de pré-natal, que é o período anterior ao parto, e na área de puerpério, que é o período posterior ao parto.

Então, Sr. Presidente Geovani Borges, esse trabalho desenvolvido no meu Estado está de parabéns. Quero aproveitar a oportunidade para fazer um apelo ao Governo Federal: libere logo os recursos disponibilizados para a construção do Hospital Maternidade, Hospital das Clínicas, que atenderá à área mais pobre da cidade de Boa Vista. Que seja liberado, o quanto antes, esses recursos.

Esse hospital é fruto de duas emendas parlamentares minhas. Vai ser um hospital na zona oeste, perto dos bairros mais populosos da cidade de Boa Vista e mais distantes do Hospital Materno-Infantil e do Hospital Geral de Roraima, que são os dois hospitais públicos do Estado que acolhem as pessoas adultas.

Para começar a construção do hospital, já estão disponíveis R\$16 milhões, há 22 meses, no Orçamento da União. O projeto foi concluído no final do ano passado. Só está faltando a liberação do dinheiro, para começar o projeto.

O Governo do Estado vai fazer o hospital neste ano. Ainda coloquei outra emenda de R\$15 milhões, porque no início íamos fazer só uma maternidade pequena, mas, como a população pediu que fosse um hospital, mudamos o projeto. Por isso, demorou esse tempo todo, Senador Duque, para fazer esse projeto.

Tenho tido dificuldades com isso, mas não desisto. Nós vamos conseguir fazer esse hospital bem no meio das pessoas mais necessitadas da minha cidade.

Ele oferecerá 60 leitos para partos, para a área de obstetrícia, e 60 leitos para clínica médica. Terá também seis unidades de terapia intensiva, seis leitos de UTI, e oito leitos para UTI neonatal, para as crianças que nascerem com problemas de imaturidade serem atendidas.

Haverá um banco de leite nesse hospital e possibilidade de realizar os partos humanizados. Nesses 60 leitos, com grande parte das pacientes, com a maior parte, será usada a técnica de parto junto com uma pessoa da família, designada pela mãe, pela gestante. Poderá ser o marido, uma tia, uma prima, uma amiga, para acompanhar o parto – que será feito no próprio local onde a paciente estiver dando continuidade a seu trabalho de parto.

Também haverá serviço de apoio diagnóstico no hospital, para se fazerem exames, radiografia, tudo isso. De acordo com as últimas informações do Ministério da Saúde, que também está em contato com o Governo de Roraima, que é responsável pela execução da obra, o hospital deverá começar a ser construído em breve. Assim, conseguiremos levar o hospital para a zona oeste de Boa Vista, mais próxima dos mais necessitados e onde existe o maior número de pessoas.

Precisamos dar início a essa obra, que vai atender a muitas gestantes e a muitas pessoas que precisam de um serviço médico de qualidade em Roraima.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS NºS 2, 3, 6, 36, 37 E 38, DE 2010

- **Nº 2, de 12 de janeiro último**, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.143, de 2009, do Senador Gilberto Goellner;
- **Nº 3, de 12 de janeiro último**, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.140, de 2009, do Senador Jefferson Praia;
- **Nº 6, de 12 de janeiro último**, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.206, de 2009, de iniciativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária;
- **Nº 36, de 21 de janeiro último**, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.388, de 2009, do Senador Heráclito Fortes
- **Nº 37, de 21 de janeiro último**, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº

1.212, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais; e

- **Nº 38, de 21 de janeiro último**, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.144, de 2009, do Senador Gilberto Goellner.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS NºS 4, 5 E 6, DE 2010

- **Nº 4, de 20 de janeiro último**, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.468, de 2009, de iniciativa da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas;
- **Nº 5, de 20 de janeiro último**, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.342, de 2009, do Senador Gilberto Goellner; e
- **Nº 6, de 20 de janeiro último**, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.341, de 2009, do Senador Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 3, de 2010** (nº 7/2010, na origem), de 27 de janeiro último, do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referentes ao quarto trimestre de 2009, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 6, de 2010** (nº 35/2010, na origem), de 28 de janeiro último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de dezembro de 2009, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O Sr. Ministro esclarece, ainda, que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos entes da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

O expediente vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – A Presidência recebeu, do Tribunal de Contas do União, o **Aviso nº 25, de 2010**, na origem, de 27 de janeiro último, encaminhando cópia do Acórdão nº 66/2010, proferido nos autos do TC 008.532/2009-1, bem como do Relatório e do voto que o fundamentam, em resposta ao Requerimento nº 144, de 2009, do Senador Alvaro Dias.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº S/2, de 2010** (s/nº/2009, na origem), da Empresa Jornalística Rede Vale de Comunicação Ltda., comunicando, em cumprimento o art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 10.610, de 2002, a alteração de controle societário ocorrida na referida empresa jornalística.

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 487, de 2009**, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando que foi dado conhecimento aos membros daquele Órgão técnico do inteiro teor do Aviso nº 80, de 2009, e recomendando seu arquivamento.

A matéria vai ao Arquivo.

É o seguinte o Ofício:

OF.487/2009/CAE

Brasília, 15 de dezembro de 2009

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na ocasião da 62ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, realizada em 15 de dezembro, foi dado conhecimento à Comissão e encaminhado aos seus Membros, por meio do Of. CAE nº 55/2009-Circular, o Aviso nº 80 de 2009 (nº 1.851-Seses-TCU-Plenário, na origem), de 2 de dezembro de 2009, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-023.990/2008-3, na Sessão Ordinária de 2-12-2009. O processo em questão alude à operação de crédito autorizada por meio da Resolução nº 28 de 2008, desta Casa.

Comunico ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – A Presidência lembra às Senhoras e aos Senhores Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se na próxima segunda-feira, dia 8, às 11 horas, destinada a comemorar o Dia Nacional do Aposentado.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que ao término da 3ª sessão legislativa ordinária da 53ª Legislatura, foram encaminhados ao Arquivo os **Requerimentos nºs 193 e 488 de 2008**, nos termos do art. 76, incisos II e III, do Regimento Interno, referentes, respectivamente:

- Comissão Temporária Externa destinada a verificar, *in loco*, o risco ambiental em que vivem os 31 municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE em seu “mapa do desmatamento”; e

- Comissão Temporária destinada a promover o debate e propor adoção de novo pacto federativo no Brasil, ou para aperfeiçoamento do vigente.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 7, de 2010** (nº 36/2010, na origem), de 28 de janeiro último, do Ministro da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 4º da Resolução nº 20, de 2004, do Senado Fe-

deral, relatório sobre as emissões externas de títulos da República, no período de 1º de outubro a 31 de dezembro de 2009.

O expediente, juntado ao processado da referida Resolução, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Relatório Final nº 1, de 2010**, da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 569, de 2009, destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), concluindo pela apresentação de dois Projetos de Lei e recomendações que serão encaminhadas aos órgãos competentes.

O Relatório vai à publicação em suplemento ao Diário do Senado Federal desta data.

Tendo em vista que os Projetos apresentados tratam de matérias de competência das Comissões temáticas, o Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2010, vai à Comissão de Assuntos Econômicos; e o Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2010, vai às Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania.

São as seguintes as proposições apresentadas:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, DE 2010

Altera o § 2º do art. 30 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, para estabelecer que, em relação à variação cambial, a opção pelo regime de apuração da base de cálculo do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para o PIS/PASEP e COFINS e da determinação do lucro da exploração, quando da liquidação da correspondente operação, poderá ser feita a qualquer tempo, dentro do exercício financeiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 30 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.**30.**

.....
.....
.....

§ 2º A adoção do regime de caixa ou de competência poderá ser exercida em qualquer mês do ano, sendo que os seus efeitos aplicar-se-ão a todo o ano calendário em que for feita, mediante ajuste de todos os resultados e bases de cálculo relativamente aos meses anteriores, devendo ser manifestada definitivamente na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica.

.....
...." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória (MPV) nº 2.158-35, de 2001, dispõe no seu art. 30 o seguinte:

Art. 30. A partir de 1º de janeiro de 2000, as variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função da taxa de câmbio, serão consideradas, para efeito de determinação da base de cálculo do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para o PIS/PASEP e COFINS, bem assim da determinação do lucro da exploração, quando da liquidação da correspondente operação.

§ 1º À opção da pessoa jurídica, as variações monetárias poderão ser consideradas na determinação da base de cálculo de todos os tributos e contribuições referidos no caput deste artigo, segundo o regime de competência.

§ 2º A opção prevista no § 1º aplicar-se-á a todo o ano-calendário.

§ 3º No caso de alteração do critério de reconhecimento das variações monetárias, em anos-calendário subseqüentes, para efeito de determinação da base de cálculo dos tributos e das contribuições, serão observadas as normas expedidas pela Secretaria da Receita Federal.

Ao estabelecer o direito de o contribuinte optar entre o regime de caixa e o regime de competência, para efeito de apuração dos tributos devidos em decorrência da variação cambial, a MPV evidencia sua intenção de atenuar os efeitos fiscais provocados pela oscilação da taxa de câmbio. Trata-se, sem dúvida, de regra que beneficia o contribuinte, devendo ser interpretada, sempre, nesse sentido. Ou seja, o art. 30 da MPV deve ser interpretado sempre em favor do contribuinte, nunca o contrário.

Entretanto, como a MPV não dispõe sobre o momento de exercício dessa opção, muitas unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil vêm entendendo que ela deve de ser feita no início do exercício fiscal, o que deixaria o contribuinte vulnerável, suscetível aos efeitos imprevisíveis da variação cambial, justamente a situação que a MP se propõe a evitar.

Para que não reste dúvida quanto à intenção do legislador, vale transcrever o seguinte trecho da exposição de motivos da mencionada Medida Provisória:

Justifica-se tal proposição tendo em vista que o reconhecimento, para fins tributários, pelo regime de competência, de receita decorrente de variações cambiais nem sempre representa um resultado definitivo para o beneficiário, vez que a taxa de câmbio pode oscilar em função de diversos fatores econômicos. Assim uma receita produzida por um determinado ativo ou passivo em um primeiro momento pode ser absorvida, total ou parcialmente, em um momento posterior, pelo mesmo ativo ou passivo, em razão da oscilação da taxa de câmbio. Na verdade, em um sistema de taxas flutuantes como o atualmente vigente, o resultado decorrente da variação cambial só será efetivo quando do encerramento da operação que lhe deu origem.

Portanto, resta claro que a intenção do legislador foi neutralizar os impactos da variação cambial na tributação sobre as empresas.

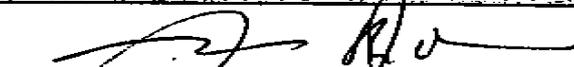
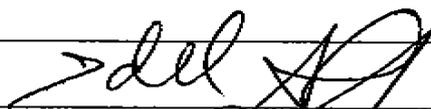
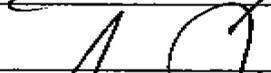
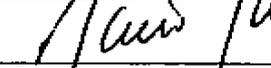
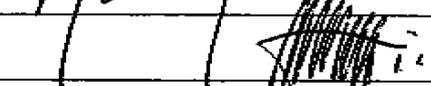
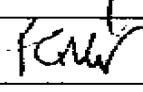
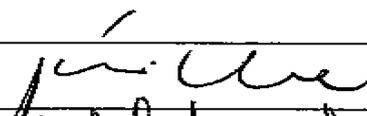
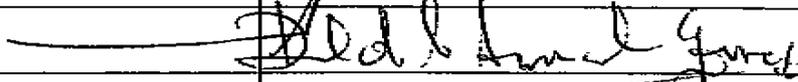
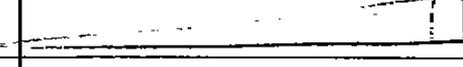
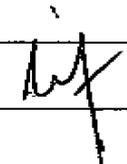
De outra forma, obrigar o contribuinte a fazer a opção pelo regime de competência ou de caixa ainda no início do exercício, deixando-o refém da oscilação da taxa de câmbio, implica mitigar a faculdade conferida pela MPV nº 2158-35, de 2001, tornando-a mero exercício de futurologia.

Importante também descrever o cenário que motivou o legislador a produzir a mencionada medida provisória. Em janeiro de 1999, o Banco Central do Brasil alterou sua política cambial, passando a adotar o regime câmbio flutuante, em lugar do câmbio fixo, após o que houve violenta valorização do dólar frente ao real. Em outubro daquele ano, foi editada a Medida Provisória nº 1.858-10, que, após várias reedições, convolou-se na MPV nº 2.158-35, de 2001, atualmente em vigor.

Esta proposição, portanto, tem o objetivo único de suprimir qualquer dúvida futura em relação à possibilidade de se exercer, a qualquer tempo, dentro do exercício financeiro, a opção de que trata o art. 30 da MPV 2.158-35, de 2001.

Certos de que a proposição contribui para o aperfeiçoamento da legislação penal, pedimos aos ilustres pares que votem pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2009.

SENADORES TITULARES	ASSINATURA
João Pedro, Presidente	
Romero Jucá, Relator	
Antonio Carlos Junior	
Alvaro Dias	
Sérgio Guerra	
Ideli Salvatti	
Marcelo Crivella	
Paulo Duque	
Valdir Raupp	
Fernando Collor	
Jefferson Praia	
SENADORES SUPLENTE	ASSINATURA
Heráclito Fortes	
Tasso Jereissati	
Inácio Arruda	
Delcídio Amaral	
Leomar Quintanilha	
Almeida Lima	
Gim Argello	

Legislação citada anexada pela Secretaria-Geral da Mesa

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.858-10, DE 26 DE OUTUBRO DE 1999.

Reeditada pela MPv nº 1.858-11, de 1999

~~Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social - COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências.~~

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.158-35, DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social - COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências.

.....

Art. 30. A partir de 1º de janeiro de 2000, as variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função da taxa de câmbio, serão consideradas, para efeito de determinação da base de cálculo do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para o PIS/PASEP e COFINS, bem assim da determinação do lucro da exploração, quando da liquidação da correspondente operação.

§ 1º À opção da pessoa jurídica, as variações monetárias poderão ser consideradas na determinação da base de cálculo de todos os tributos e contribuições referidos no caput deste artigo, segundo o regime de competência.

§ 2º A opção prevista no § 1º aplicar-se-á a todo o ano-calendário.

§ 3º No caso de alteração do critério de reconhecimento das variações monetárias, em anos-calendário subsequentes, para efeito de determinação da base de cálculo dos tributos e das contribuições, serão observadas as normas expedidas pela Secretaria da Receita Federal.

.....

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, DE 2010

Regulamenta o procedimento licitatório simplificado para contratação de obras, serviços, aquisições e alienações, no âmbito da Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobras, nos termos do inciso III, § 1º, do art. 173 da Constituição Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei regulamenta o procedimento licitatório simplificado para contratação de obras, serviços, aquisições e alienações, no âmbito da Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobras e de suas Subsidiárias no território nacional, nos termos do inciso III, § 1º, do art. 173 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Esta Lei se aplica à Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobras e suas subsidiárias sediadas no território nacional, sendo todas essas empresas doravante referenciadas simplesmente como Petrobras.

Art. 2º A licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de obras, serviços, aquisições e alienações, pretendida pela Petrobras e será processada e julgada com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e igualdade, bem como os da economicidade, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Parágrafo único. Esta Lei não se aplica às seguintes contratações, que deverão seguir as práticas adotadas na iniciativa privada:

I – as que caracterizam o exercício de suas atividades operacionais e negociais específicas, conforme definido no Estatuto Social das empresas submetidas à presente lei;

II – para a formação de parcerias, consórcios e outras formas associativas, objetivando o desempenho de atividades compreendidas no Estatuto Social das empresas submetidas à presente lei;

Art. 3º Nenhuma obra ou serviço será licitado ou contratado sem a aprovação do projeto básico respectivo, quando exigível, com a definição das características, referências e demais elementos necessários ao perfeito entendimento, pelos interessados, dos trabalhos a realizar, ou sem a previsão dos recursos financeiros suficientes para sua execução e conclusão integral.

Art. 4º Nenhuma contratação será feita sem a adequada especificação do seu objeto e indicação dos recursos financeiros necessários ao pagamento.

Parágrafo único. As contratações realizadas pela Petrobras deverão ter como balizadores:

I – o princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnica e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e de garantia oferecidas;

II – condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

III – definição das unidades e quantidades em função do consumo e utilização prováveis.

Art. 5º Estará impedida de participar de licitações a empresa:

I – cujos administradores ou sócios detentores de mais de dez por cento do Capital Social sejam diretor ou empregado da Petrobras;

II – suspensa pela Petrobras, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

III – declarada inidônea pela União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

Art. 6º Ressalvada a hipótese de contratação integrada, entendida esta, para fins de interpretação deste artigo, aquela que envolva, desde o início, a elaboração do projeto básico ou executivo, não poderá concorrer à licitação para execução de obra ou serviço de engenharia pessoa física ou empresa que haja participado da elaboração do projeto básico ou executivo.

Art. 7º É assegurado à Petrobras o direito de, antes da assinatura do contrato correspondente, cancelar a licitação, ou, ainda, justificadamente, recusar a formalização do contrato com empresa que, em contratação anterior, tenha revelado incapacidade técnica, administrativa ou financeira, a critério exclusivo da Petrobras, sem que disso decorra, para os participantes, direito a reclamação ou indenização de qualquer espécie.

Art. 8º A Petrobras poderá contratar mais de uma empresa ou instituição para executar o mesmo objeto, justificadamente, quando o objeto da contratação puder ser executado de forma concorrente e simultânea por mais de um contratado, sendo a múltipla execução necessária ou conveniente para atender a Petrobras.

Art. 9º Na definição das especificações dos bens, serviços e obras adquiridos pela Petrobras poderão ser adotadas exigências de sustentabilidade ambiental.

Art. 10. No processamento das licitações é vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos instrumentos convocatórios, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo ou estabeleçam preferências ou distinções, sem prévia motivação técnica, econômica ou previsão legal.

Art. 11. A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis a todos os interessados os atos de seu procedimento, salvo em relação às informações que contenham sigilo negocial ou operacional.

Art. 12. A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, salvo nas hipóteses em que, fundamentadamente, os prejuízos daí decorrentes não se justifiquem, por serem mais gravosos à Petrobras do que a manutenção do contrato.

Art. 13. A Petrobras poderá, desde que técnica ou economicamente justificado, utilizar-se da contratação integrada, compreendendo realização de projeto básico e/ou seu detalhamento, do projeto executivo, do fornecimento de bens e da realização de obras e serviços, montagem, execução de testes, pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, com a solidez e a segurança especificadas.

Art. 14. Sempre que reconhecida na prática comercial, e sua não utilização importar perda de competitividade empresarial, a Petrobras poderá valer-se de mecanismos seguros de transmissão de dados à distância, inclusive para a realização de licitação e contratos, devendo manter registros dos entendimentos e tratativas realizados e arquivar as propostas recebidas, para fins de sua análise pelos órgãos internos e externos de controle.

Art. 15. Com o objetivo de compor suas propostas para participar de licitações que precedam as concessões de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Petrobras poderá assinar pré-contratos,

assegurando preços e compromissos de fornecimento de bens ou serviços.

Parágrafo único. Os pré-contratos conterão cláusula resolutiva de pleno direito, sem penalidade ou indenização, a ser exercida pela Petrobras no caso de outro licitante ser declarado vencedor, e serão submetidos à apreciação posterior dos órgãos de controle externo e de fiscalização.

CAPÍTULO II

DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DA LICITAÇÃO

Art. 16. A licitação poderá ser dispensada nas seguintes hipóteses:

I – Nas contratações de serviços, obras e compras de pequeno valor, assim definidos periodicamente pela Diretoria Executiva da Petrobras ou órgão equivalente nas subsidiárias;

II – nos casos de guerra, grave perturbação da ordem ou calamidade pública;

III – nos casos de emergência, quando caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ao meio ambiente ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens;

IV – quando não atenderem interessados à licitação anterior, ou quando os licitantes tiverem as propostas desclassificadas e a licitação, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Petrobras, caso em que deverão ser mantidas todas as condições preestabelecidas, ressalvadas as hipóteses em que, justificadamente, não for possível celebrar a contratação nos termos originais;

V – quando a operação envolver concessionário de serviço público e o objeto do contrato for pertinente à concessão;

VI – quando as propostas de licitação anterior tiverem consignado preços manifestamente excessivos ou superiores aos praticados no mercado;

VII – quando a operação envolver exclusivamente a Petrobras, suas subsidiárias, controladas ou coligadas, para, entre si, adquirirem bens ou serviços a preços compatíveis com os praticados no mercado;

VIII – quando a operação envolver pessoas jurídicas de direito público interno, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações ou ainda aquelas sujeitas ao seu controle majoritário, exceto se houver empresas privadas que possam prestar ou fornecer os mesmos bens e serviços, hipótese em que todos ficarão sujeitos a licitação; ok

IX – para a compra de materiais, equipamentos ou gêneros padronizados por órgão oficial, quando não for possível estabelecer critério objetivo para o julgamento das propostas;

X – para a aquisição de peças e sobressalentes com o fabricante do equipamento a que se destinam, necessários à manutenção da garantia técnica, bem como a garantia de performance ou de segurança;

XI – na contratação de remanescentes de obra, serviço ou fornecimento, desde que aceitas as mesmas condições do licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;

XII – na contratação de instituições brasileiras, sem fins lucrativos, incumbidas regimental ou estatutariamente da pesquisa, ensino, desenvolvimento institucional, da integração de portadores de deficiência física, ou programas baseados no Estatuto da Criança e do Adolescente, desde que detenham inquestionável reputação ético-profissional, e que o objeto da contratação esteja incluído nas finalidades institucionais da contratada;

XIII – para aquisição de hortifrutigranjeiros e gêneros perecíveis, bem como de bens e serviços a serem prestados aos navios petroleiros e embarcações, quando em estada eventual de curta duração em portos ou localidades diferentes de suas sedes, por motivo ou movimentação operacional, e para equipes sísmicas terrestres.

XIV – nos casos de competitividade mercadológica, em que a contratação deva ser iminente, por motivo de alteração de programação, desde que comprovadamente não haja tempo hábil para a realização do procedimento licitatório, justificados o preço da contratação e as razões técnicas da alteração de programação;

XV – para contratação de obra, serviço e fornecimento, em que a reprodução de unidade industrial, de grande vulto e complexidade, justificadamente, se apresente como diferencial competitivo, considerando, neste contexto, as condições econômicas, técnicas, estratégicas e de mercado existentes à época da contratação, sob prévia comprovação de maior vantagem e eficiência desse procedimento;

XVI – na aquisição de insumos necessários à produção dos bens que comercializam ou à prestação dos serviços que oferecem, que deverá observar as condições de mercado.

§ 1º Na hipótese do inciso XV, a unidade industrial a ser reproduzida deverá ter sido objeto de procedimento licitatório, e a nova contratação celebrada com o mesmo contratado.

§ 2º Para os efeitos do inciso XVI, a definição de insumos não inclui máquinas, equipamentos e instalações.

Art. 17. É inexigível a licitação, quando houver inviabilidade fática ou jurídica de competição, em especial:

I – para a prestação de serviços, compra de materiais, equipamentos ou gêneros com produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a indicação de marca, salvo nos casos de padronização ou quando tecnicamente justificável;

II – para a contratação de serviços técnicos a seguir enumerados exemplificadamente, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização:

a) estudos técnicos, planejamento e projetos básicos ou executivos;

b) pareceres, perícias e avaliações em geral;

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias;

d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

III – para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

IV – para a obtenção de licenciamento de uso de software com o detentor de sua titularidade autoral, sem distribuidores, representantes comerciais, ou com um destes na hipótese de exclusividade, comprovada esta por documento hábil;

V – para a compra ou locação de imóvel destinado às atividades da Petrobras, cujas características de instalação ou localização condicionem a sua escolha;

VI – para a celebração de “contratos de aliança”, assim considerados aqueles que objetivem a soma de esforços entre empresas, para gerenciamento conjunto de empreendimentos, compreendendo o planejamento, a administração, fornecimento ou aquisição de bens e serviços, construção civil, montagem, pré-operação, comissionamento e partida de unidades, mediante o estabelecimento de preços “meta” e “teto”, para efeito de bônus e penalidades, em função desses preços, dos prazos e do desempenho verificado;

VII – para a proteção de privilégios industriais e para operações bancárias e creditícias necessárias à manutenção de participação da Petrobras no mercado;

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que seu trabalho é o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2º Considera-se como produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, aquele que seja o único a explorar, legalmente, a atividade no território nacional.

Art. 18. Os casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação, referidos nos artigos anteriores, com exceção do inciso I do artigo 16, deverão ser comunicados à autoridade superior, via ato de gestão, devendo constar da comunicação:

I – a caracterização da situação justificadora da contratação direta;

II – o dispositivo desta Lei aplicável à hipótese;

III – a razão da escolha do fornecedor ou prestador de serviço;

IV – a justificativa do preço e a sua adequação ao mercado e à estimativa de custo da Petrobras.

CAPÍTULO III DA LICITAÇÃO

Art. 19. A licitação poderá ser realizada por meio eletrônico ou presencial.

Parágrafo único. Os atos realizados por meio eletrônico deverão observar o disposto no artigo 14, podendo ser exigida a forma digital em qualquer dos atos previstos nesta Lei, para a sua validade e eficácia.

Art. 20. Para a contratação de obras, serviços, aquisições e alienações de bens, a Petrobras realizará procedimento licitatório entre pessoas naturais ou jurídicas, do ramo pertinente ao objeto, em número mínimo de três, inscritas ou não no Cadastro da Petrobras e que tenham sido convocadas com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa.

§ 1º A Petrobras adotará qualquer um dos tipos de julgamento previstos nesta Lei, que deverá constar do instrumento convocatório.

§ 2º Para a escolha dos destinatários do ato convocatório serão analisados, dentre outros, os seguintes fatores:

I – avaliação e outros critérios de classificação das empresas no Cadastro da Petrobras;

II – necessidade de atingir o segmento industrial, comercial ou de negócios correspondente à obra, serviço ou fornecimento a ser contratado;

III – participação ampla dos detentores da capacitação, especialidade ou conhecimento pretendidos;

IV – satisfação dos prazos ou características especiais da contratação;

V – garantia e segurança dos bens e serviços a serem oferecidos;

VI – velocidade de decisão, eficiência e presteza da operação industrial, comercial ou de negócios pretendida;

VII – peculiaridades da atividade e do respectivo mercado;

VIII – busca de padrões de qualidade e produtividade e aumento da eficiência;

IX – desempenho, qualidade e confiabilidade exigidos para os materiais e equipamentos;

X – conhecimento do mercado fornecedor de materiais e equipamentos específicos, permanentemente qualificados por mecanismos que verifiquem e certifiquem suas instalações, procedimentos e sistemas de qualidade, quando exigíveis.

§ 3º O critério de escolha dos destinatários deverá ficar registrado na documentação relativa ao procedimento licitatório.

§ 4º A convocação poderá ser feita na forma de correspondência privada, inclusive por meio eletrônico.

§ 5º Qualquer interessado poderá participar de licitação que tenha como objeto a escolha de trabalho.

técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios aos vencedores.

Art. 21. A Petrobras poderá adotar os seguintes modos de disputa:

I – Aberto – com a oferta pelos licitantes de propostas sucessivas de preços;

II – Fechado – com a oferta pelos licitantes de proposta única de preços.

Parágrafo único. Os modos previstos neste artigo poderão ser combinados, conforme definido no instrumento convocatório.

Art. 22. As licitações adotarão os seguintes tipos de julgamento:

I – Melhor preço ou desconto;

II – Maior retorno econômico;

III – Técnica e preço;

IV – Melhor técnica ou conteúdo artístico.

Art. 23. O julgamento tipo melhor preço ou desconto é aquela que adota como critério de julgamento o menor dispêndio, dentro do atendimento de parâmetros de qualidade e expectativas definidos no instrumento convocatório.

§ 1º. O tipo de julgamento melhor preço ou desconto não impede a adoção de uma fase de avaliação técnica, de natureza eliminatória, com base nos critérios definidos no instrumento convocatório.

§ 2º. A Petrobras poderá realizar a avaliação técnica apenas em relação ao licitante que ofertou o melhor

preço, desde que expressamente previsto no instrumento convocatório.

Art. 24. O julgamento por maior retorno econômico adota como critério a melhor oferta ou benefício econômico para a Petrobras, sendo adequado para a venda de bens móveis e imóveis.

Parágrafo único. O tipo de julgamento por maior retorno econômico não impede a adoção de uma fase de qualificação técnica, de natureza eliminatória, com base nos critérios definidos no instrumento convocatório.

Art. 25. O julgamento tipo técnica e preço é aquela cujo critério de julgamento avalia e faz a ponderação entre a proposta técnica e a de preço dos licitantes.

Parágrafo único. Os critérios de avaliação da técnica e do preço das propostas devem ser objetivos e estar previamente estabelecidos no instrumento convocatório.

Art. 26. O julgamento tipo melhor técnica ou conteúdo artístico é aquela que avalia exclusivamente a proposta técnica ou artística dos licitantes com base em critérios previamente estabelecidos no instrumento convocatório, quando houver a necessidade de contratação de bem ou serviço com a melhor técnica ou conteúdo artístico disponível no mercado, podendo ser utilizada para:

I – contratação de serviços técnicos profissionais especializados, científicos ou artísticos; ou

II – serviço de pesquisa ou desenvolvimento que envolva risco tecnológico.

§ 1º A Petrobras poderá fixar no instrumento convocatório o valor máximo da remuneração da contratada podendo negociar condições mais vantajosas de preço.

§ 2º Havendo empate na pontuação técnica, será vencedora a proponente que apresentar melhor preço ou desconto.

Art. 27. Nos casos de licitação tipo Técnica e Preço e Melhor Técnica ou conteúdo artístico, a Petrobras indicará os requisitos de ordem técnica a serem atendidos pelos licitantes.

CAPÍTULO IV

REGISTRO CADASTRAL, PRÉ-QUALIFICAÇÃO e CONSÓRCIO

Art. 28. A Petrobras manterá registro cadastral de empresas interessadas na realização de obras, serviços ou fornecimentos.

§ 1º Para efeito da organização e manutenção do Cadastro, a Petrobras divulgará os critérios e requisitos necessários ao cadastramento de fornecedores de bens e serviços, indicando a documentação a ser apresentada, que deverá comprovar:

- I – habilitação jurídica;
- II – capacidade técnica;
- III – qualificação econômico-financeira;
- IV – regularidade fiscal.

§ 2º A Petrobras poderá exigir o atendimento a outros requisitos, tais como: segurança, meio ambiente e saúde.

Art. 29. As empresas cadastradas serão classificadas segundo a sua especialidade.

Art. 30. As empresas deverão manter seus dados cadastrais atualizados.

Art. 31. Sendo indeferido o pedido de cadastramento, o interessado poderá solicitar a reanálise do seu pedido de cadastramento, desde que apresente novos elementos, atestados ou outras informações que possibilitem o cadastramento pretendido.

Art. 32. Atendidos os requisitos para o Cadastramento, será emitido o Certificado de Registro e Classificação Cadastral – CRCC.

Art. 33. A inscrição no registro cadastral da Petrobras poderá ser suspensa quando o cadastrado:

I – sofrer a penalidade correspondente, na forma desta lei;

II – tiver títulos protestados ou executados;

III – tiver requerida a sua falência ou recuperação extrajudicial ou judicial, ou ainda, deferida esta última;

IV – deixar de renovar documentos com prazo de validade vencido;

V – estiver em mora ou em débito com a Petrobras, FGTS ou Previdência Social Pública.

Art. 34. A inscrição será cancelada:

I – por decretação de falência, dissolução, liquidação ou insolvência do cadastrado;

II – quando ocorrer declaração de inidoneidade do cadastrado;

III – pela prática de qualquer ato ilícito;

IV – a requerimento do cadastrado.

Art. 35. O cadastrado que tiver suspensa ou cancelada a inscrição cadastral não poderá participar de licitações ou celebrar contratos com a Petrobras.

Parágrafo único. Para manutenção de contrato em execução, a Petrobras poderá exigir que o contratado ofereça garantia satisfatória.

Art. 36. A suspensão motivada pelo disposto nos incisos II, III, IV e V do artigo 33 poderá ser cancelada, desde que o interessado comprove a cessação dos motivos que a determinaram.

Art. 37. A Petrobras poderá promover a pré-qualificação de empresas, com vista à participação destas em certames com objetos específicos.

Parágrafo único. O instrumento convocatório indicará, além da(s) obra(s), serviço(s) ou fornecimento(s) a ser(em) contratado(s), os requisitos para a pré-qualificação e o seu prazo de validade.

Art. 38. O instrumento convocatório pode prever a participação de interessados em consórcio, os quais devem cumprir individualmente as exigências ali estabelecidas, sendo vedado a um consorciado, na mesma licitação, concorrer isoladamente ou por intermédio de outro consórcio.

§ 1º As empresas consorciadas deverão apresentar, na licitação, Termo de compromisso de constituição do consórcio, do qual deverão constar, em cláusulas próprias:

I – a designação do representante legal e líder do consórcio;

II – composição do consórcio;

III – objetivo da consorciação;

IV – compromissos e obrigações dos consorciados, dentre os quais o de que cada consorciado responderá, individual e solidariamente, pelas exigências de ordem fiscal, administrativa, trabalhista, previdenciária e ambiental pertinentes ao objeto da licitação, até a conclusão do objeto contratual;

V – declaração expressa de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados sob o consórcio, em relação à licitação e, posteriormente, à eventual contratação;

VI – compromisso de que o consórcio não terá sua composição ou constituição alteradas ou, sob qualquer forma, modificadas, sem prévia e expressa anuência, escrita, da Petrobras, até a conclusão integral dos trabalhos que vierem a ser contratados;

VII – compromissos e obrigações de cada um dos consorciados, individualmente, em relação ao objeto de licitação.

§ 2º A capacidade técnica e financeira do consórcio, para atender às exigências da licitação, será definida pelo somatório da capacidade dos consorciados.

CAPÍTULO V

PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

Art. 39. As licitações serão processadas por Comissões Permanentes ou Especiais, constituída por empregados da Petrobras, em quantitativo mínimo de 3 (três).

Art. 40. A fase interna de licitação deverá conter, no mínimo:

I – a justificativa da necessidade de contratação;

II – a definição do objeto e a especificação das condições de sua execução, que deverão ser precisas, suficientes e claras;

III – a estimativa de custos dos bens, serviços ou obras a serem licitados, que deverá ser sigilosa;

IV – a definição da forma de realização, dos modos de disputa e dos tipos de julgamento;

V – os critérios de aceitação das propostas;

VI – o instrumento convocatório, pelo qual a Petrobras estabelece as regras licitatórias específicas contendo o disposto nos incisos II, IV e V, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como demais informações necessárias;

VII – a minuta do instrumento contratual.

§ 1º Na elaboração do instrumento convocatório deverão ser levados em conta os seguintes princípios básicos de licitação:

I – igualdade de oportunidade e de tratamento a todos os licitantes;

II – publicidade dos atos do procedimento licitatório;

III – fixação de critérios objetivos para o julgamento, classificação das propostas e, quando for o caso, de admissibilidade dos licitantes;

IV – instrumentalidade, como aproveitamento de todos os atos e procedimentos, capazes de atingir aos fins

a que foram propostos, desde que a forma não seja imprescindível à sua eficácia.

§ 2º Na fase interna da licitação poderá ser estabelecido o valor máximo ou o valor de referência, a ser considerado no critério de julgamento e que poderá ser sigiloso a critério da Petrobras;

§ 3º Para a contratação de obras, a fase interna da licitação deverá ser complementada com:

I – o projeto básico, assim compreendido o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou complexo de obras, e que deverá ser elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, de maneira a assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, a possibilidade de avaliação dos custos, a definição dos métodos e o prazo de execução;

II – projeto executivo, contendo o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas técnicas pertinentes;

§ 4º O disposto no parágrafo anterior poderá ser realizado na forma de diretrizes, no caso de contratação integrada, desde que estabelecidos os critérios objetivos para avaliação dos projetos apresentados.

Art. 41. Na aquisição de bens, a Petrobras poderá:

I – dividir a quantidade total a ser adquirida em parcelas menores, tantas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado e ampliar a competitividade;

II – com justificativa técnica, excluir ou ~~indicar~~ marcas ou modelos, quando:

- a) decorrentes de padronização do objeto;
- b) comprovado que tais marcas ou modelos não atenderam a Petrobras em experiência anterior;
- c) comprovado que as marcas ou modelos indicados são os únicos capazes de atender às necessidades da Petrobras; ou
- d) a indicação de marca vier acompanhada da expressão "ou similar".

III – exigir amostra do bem ou produto;

IV – solicitar a certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação, por instituição oficial competente ou entidade credenciada;

V – solicitar certificação do produto ou do processo de fabricação, em relação às normas ambientais, emitida por instituição oficial competente ou entidade credenciada.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se, no que couber, à prestação de serviços e obras.

Art. 42. As licitações serão convocadas mediante instrumento convocatório expedido pela Comissão de Licitação.

Parágrafo único. O instrumento convocatório será disponibilizado na página da Internet da empresa com antecedência mínima de três dias úteis contados da data fixada para a apresentação das propostas, devendo o regulamento de licitações da empresa prever uma escala de prazos superiores, calculados de acordo com o valor estimado da contratação e a complexidade do objeto.

CAPÍTULO VI

JULGAMENTO DAS LICITAÇÕES

Art. 43. As licitações de melhor preço ou desconto e maior retorno econômico serão processadas e julgadas com a observância do seguinte procedimento:

I – recebimento da documentação atendendo aos requisitos de admissibilidade e sua apreciação, quando houver;

II – devolução dos envelopes de preços fechados aos licitantes que não atenderem aos requisitos de admissibilidade;

III – abertura dos envelopes contendo as propostas dos licitantes admitidos;

IV – verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do instrumento convocatório;

V – julgamento das propostas, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis ou com preços inexeqüíveis ou excessivos, bem como a classificação das propostas aceitas;

VI – divulgação do resultado do julgamento, abrindo-se prazo recursal;

VII – desde que não tenha havido recurso ou esgotada a fase recursal, a Petrobras poderá realizar a negociação prevista no artigo 58;

VIII – declaração do vencedor;

IX – aprovação pela autoridade competente.

Art. 44. O recebimento dos documentos referentes aos requisitos de admissibilidade e as propostas, será realizado sempre em ato público, previamente

designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão de Licitação.

Art. 45. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do procedimento licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Art. 46. Não cabe desistência de proposta, sob pena de aplicação das sanções previstas nesta Lei, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

Art. 47. É assegurado a todos os participantes do procedimento licitatório o direito de recurso, na forma estabelecida nesta Lei.

Art. 48. O critério de julgamento das propostas constará, obrigatoriamente, do instrumento convocatório e na sua fixação levar-se-ão em conta critérios objetivos.

Art. 49. Na análise das propostas não serão levadas em conta vantagens não previstas no instrumento convocatório, nem ofertas de redução vinculando desconto relativo a proposta contendo melhor preço.

Art. 50. As propostas serão classificadas por ordem crescente dos valores ofertados, a partir da mais vantajosa.

Art. 51. Verificando-se absoluta igualdade entre duas ou mais propostas, a Comissão designará dia e hora para que os licitantes empatados apresentem novas ofertas de preços. Se não houver apresentação de novas propostas, ou caso se verifique novo empate, a licitação será decidida por sorteio entre os igualados.

Art. 52. Em igualdade de condições, as propostas de licitantes nacionais terão preferência sobre as dos estrangeiros.

Art. 53. Nas licitações de melhor preço ou desconto e maior retorno econômico será declarada vencedora a licitante que, havendo atendido as condições estabelecidas no instrumento convocatório, ofertar melhor valor para a realização da obra, serviço ou fornecimento, assim considerado aquele que implicar o menor dispêndio para a Petrobras, ou o maior pagamento, no caso de alienação.

Art. 54. Nas licitações de técnica e preço o julgamento das propostas será feito em duas etapas.

§ 1º Na primeira, a Comissão fará a análise das propostas técnicas com base nos fatores de avaliação técnica previamente fixados no instrumento convocatório.

§ 2º Concluída a avaliação das propostas técnicas, a Comissão divulgará o resultado da 1ª etapa do julgamento.

§ 3º O resultado da avaliação das propostas técnicas constará de Relatório Técnico, no qual deverão ser detalhadamente indicados:

I – as propostas consideradas adequadas às exigências de ordem técnica da licitação;

II – as razões justificadoras de eventuais desclassificações.

§ 4º. Ultrapassada a fase recursal, proceder-se-á à abertura dos envelopes das propostas de preço dos licitantes classificados, em dia, hora e local previamente designados, devolvendo-se, fechados, os envelopes de preços dos licitantes cujas propostas técnicas tenham sido, desclassificadas.

§ 5º Na segunda etapa do julgamento, a Comissão avaliará os preços ofertados e procederá à ponderação entre os critérios técnicos e os de preço, de acordo com os pesos preestabelecidos no instrumento convocatório.

§ 6º. Avaliadas as propostas, será divulgada a classificação resultante da ponderação dos critérios técnicos e de preço.

Art. 55. Nas licitações de melhor técnica ou conteúdo artístico o julgamento das propostas será feito em duas etapas.

§ 1º Na primeira, a Comissão fará a análise das propostas técnicas com base nos fatores de avaliação previamente fixados no instrumento convocatório.

§ 2º Concluída a avaliação das propostas técnicas, a Comissão divulgará o resultado da 1ª etapa do julgamento.

§ 3º O resultado da avaliação das propostas técnicas constará de Relatório Técnico, no qual deverão ser detalhadamente indicados:

I – as propostas consideradas adequadas às exigências de ordem técnica da licitação;

II – as razões justificadoras de eventuais desclassificações.

§ 4º Ultrapassada a fase recursal, proceder-se-á à abertura dos envelopes de preço dos licitantes classificados, devolvendo-se, fechados, os envelopes de preços dos licitantes cujas propostas técnicas tenham sido desclassificadas.

§ 5º Será proclamada vencedora a licitante que obtiver a melhor classificação técnica e que tenha a sua proposta comercial aceita pela Petrobras.

Art. 56. O instrumento convocatório conterà a ressalva de que a Petrobras poderá deixar de celebrar o contrato, quando o preço do licitante que teve a sua proposta tecnicamente melhor classificada for incompatível com a estimativa de custo da contratação.

Art. 57. Qualquer que seja o tipo de julgamento, quando todas as propostas forem desclassificadas, poderá ser fixado aos licitantes o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que resultaram na inabilitação ou desclassificação.

Art. 58. Qualquer que seja o tipo de julgamento, uma vez realizada a classificação, poderá a Comissão negociar com a licitante melhor classificada melhores e mais vantajosas condições para a Petrobras.

§ 1º Exceto na licitação do tipo melhor técnica ou conteúdo artístico, a Petrobras poderá prosseguir a negociação com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação, até a obtenção da proposta que melhor atenda aos interesses da Petrobras.

§ 2º A negociação será feita, sempre, por escrito e as novas condições dela resultantes passarão a integrar a proposta e o contrato subsequente

Art. 59. Qualquer que seja o tipo de julgamento, deverá ser elaborado Relatório circunstanciado, assinado pelos membros da Comissão, indicando, detalhadamente, as razões da classificação ou desclassificação das propostas, segundo os fatores considerados no critério pré-estabelecido.

Art. 60. O Relatório será encaminhado à autoridade competente para aprovação.

§ 1º A autoridade competente poderá determinar diligências, para que a Comissão supra omissões ou esclareça aspectos do resultado apresentado.

§ 2º Mediante decisão fundamentada, a autoridade competente anulará, total ou parcialmente, a licitação, quando ficar comprovada irregularidade ou ilegalidade no seu processamento.

Art. 61. Concluído o procedimento licitatório, a Petrobras comunicará, por escrito, às licitantes, a vencedora da licitação.

Parágrafo único. Dessa comunicação não caberá qualquer recurso.

Art. 62. A Petrobras, mediante decisão fundamentada da autoridade competente, e sem que disso resulte para os licitantes direito a reclamação ou indenização, poderá:

I – cancelar a licitação, a qualquer tempo, antes da formalização do respectivo contrato, para atender a razões de conveniência e oportunidade;

II – anular o procedimento, se constatada irregularidade ou ilegalidade.

Art. 63. As licitações vinculadas a financiamentos contratados pela Petrobras com organismos internacionais serão processadas com observância do disposto nas recomendações contidas nos respectivos contratos de empréstimos, e nas instruções específicas dos órgãos federais competentes, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições desta Lei.

Parágrafo único. Os instrumentos convocatórios para essas licitações indicarão os requisitos a serem atendidos pelas empresas estrangeiras eventualmente interessadas na participação.

CAPÍTULO VII

CONTRATAÇÃO

Art. 64. A execução de obras e serviços e a aquisição ou alienação de bens serão contratados com a licitante vencedora da licitação correspondente, ressalvados os casos de dispensa e inexigibilidade estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único. Os contratos da Petrobras reger-se-ão, além do contido nesta Lei, pelas normas de direito privado e pelo princípio da autonomia da vontade.

Art. 65. É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado, exceto quando permitido em lei específica, bem como, em qualquer caso, proceder a alterações do objeto contratual.

Art. 66. É assegurado à Petrobras o direito de, mediante retenção de pagamentos, ressarcir-se de quantias que lhes sejam devidas pela contratada, quaisquer que sejam a natureza e origem desses débitos.

Art. 67. Os contratos regidos por esta Lei, no curso de sua vigência, poderão ser alterados, mediante acordo entre as partes, em razão de fatos supervenientes ou oportunidades que imponham a revisão das estipulações iniciais, principalmente nos seguintes casos:

I – quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

II – quando necessária a alteração do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu escopo;

III – quando conveniente a substituição de garantia de cumprimento das obrigações contratuais;

IV – quando necessária a modificação do regime ou modo de realização do contrato, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.

Art. 68. Constituem motivo, dentre outros, para rescisão do contrato:

I – a inexecução total ou parcial do contrato pela contratada;

I – o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II – o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

III – a lentidão no seu cumprimento, levando a Petrobras a presumir a não conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV – o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V – a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Petrobras;

VI – a cessão, subcontratação total ou parcial do seu objeto ou associação da contratada com outrem, sem prévia e expressa autorização da Petrobras;

VII – fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução do contrato;

VIII – o desatendimento das determinações regulares do preposto da Petrobras designado para

acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

IX – o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;

X – a liquidação judicial ou extrajudicial, a decretação da falência, a homologação do plano de recuperação judicial ou deferida a recuperação judicial ou a instauração de insolvência civil da pessoa física;

XI – a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

XII – a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da Petrobras, prejudique a execução da obra ou serviço;

XIII – o protesto de título ou a emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos, que caracterizem insolvência do contratado;

XIV – a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Petrobras por prazo superior a cento e vinte dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

XV – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XVI – deixar de oferecer garantia satisfatória para manutenção do contrato na hipótese do parágrafo único do artigo 35.

Parágrafo único. A rescisão acarretará as seguintes conseqüências imediatas:

I – execução da garantia contratual, para ressarcimento, à Petrobras, dos valores das multas

aplicadas e de quaisquer outras quantias ou indenizações a ela devidas;

II – retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à Petrobras;

III – compensação dos créditos que o contratado fizer jus, com os créditos que a Petrobras fizer jus, em razão das multas por ela aplicadas e de quaisquer outras quantias ou indenizações devidas, em razão de ação ou omissão do contratado na execução do objeto contratual que lhe foi confiado.

IV – a aplicação das sanções previstas nesta Lei.

Art. 69. Não será permitida cessão ou subcontratação com empresa nas condições descritas no art. 5º.

Art. 70. Nas contratações, poderá ser utilizada a arbitragem como forma de solução da controvérsia, na forma e segundo o disposto na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1.996, desde que prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

Parágrafo único. Nas contratações internacionais, redigidas ou não no vernáculo, mas obrigatoriamente traduzidas para o português, admitir-se-á a adoção da arbitragem conforme as regras de Direito Internacional.

CAPÍTULO VIII

DAS SANÇÕES

Art. 71. A Petrobras poderá aplicar as sanções previstas nesta Lei, quando a pessoa natural ou jurídica praticar atos ilícitos ou prejudiciais à Petrobras, tais como:

I – praticar qualquer ato que frustre, impeça ou conturbe o procedimento licitatório;

II – deixar de assinar o contrato ao ser convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

III – apresentar declaração ou documentação falsa;

IV – não mantiver os termos da proposta;

V – fraudar a execução do contrato;

VI – causar danos à imagem da Petrobras.

Parágrafo único. A sanção será proporcional ao ato praticado e sua aplicação observará os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Art. 72. De acordo com a gravidade do ato praticado caberá a aplicação das seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III – suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a Petrobras, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;

§ 1º A suspensão, quando aplicada por prazo igual ou superior a dois (02) anos, poderá ser estendida a todas as subsidiárias, cabendo esta decisão à Diretoria Executiva da Petrobras.

§ 2º O prazo da suspensão poderá extrapolar o limite previsto no inciso III, caso perdurem os motivos determinantes da punição, até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a sanção.

§ 3º Excepcionalmente, com a anuência da empresa sancionada, a Petrobras poderá converter a pena de suspensão em multa, desde que constatada a exclusividade do fornecedor ou o prejuízo à competitividade, mantendo-se o registro da suspensão para fins de reincidência.

§ 4º A multa do parágrafo acima deverá ser proporcional à gravidade do ato que deu causa à suspensão e deverá considerar ainda o tempo de suspensão já cumprido.

Art. 73. Os efeitos da sanção aplicada no âmbito de qualquer subsidiária poderão ser estendidos à Petrobras e demais subsidiárias, por decisão da Diretoria Executiva da Petróleo Brasileiro S.A.

Art. 74. A Petrobras poderá solicitar ao Ministro de Estado a que se encontra vinculada, que a suspensão temporária converta-se em declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

Parágrafo único. A declaração de inidoneidade será eficaz enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ou contratado ressarcir a Petrobras pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da suspensão.

Art. 75. O licitante ou contratado que praticar ato passível de sanção poderá ser cautelarmente suspenso da participação em licitações e contratações com a Petrobras, quando houver consideráveis indícios de autoria e culpabilidade e risco de que a demora da aplicação da sanção possa causar prejuízo à Petrobras.

Parágrafo único. No caso da aplicação de suspensão, o período de cautelar será computado para o cumprimento da sanção.

Art. 76. Ocorrendo qualquer conduta passível de aplicação de sanção, a Petrobras enviará notificação à empresa para apresentação de defesa no prazo de, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis.

Art. 77. Encerrado o prazo para a apresentação de defesa, a Petrobras decidirá sobre a aplicação da sanção.

§ 1º Concluído o processo de aplicação de sanção, a empresa será notificada do resultado.

§ 2º Quando a sanção de suspensão for convertida em multa, esta deverá ser paga em prazo a ser determinado pela Petrobras.

§ 3º Não sendo recolhido o valor da multa, no prazo assinado pela Petrobras, esta poderá deduzi-lo dos pagamentos devidos à empresa, decorrentes de qualquer contrato, ou executar garantia, a seu critério.

Art. 78. Os atos de notificação da empresa no processo de aplicação de sanção poderão ser realizados por qualquer meio idôneo, inclusive na forma eletrônica, presumindo-se a ciência do notificado a partir dos endereços declarados ou cadastrados.

CAPÍTULO IX

ALIENAÇÃO DE BENS

Art. 79. A alienação será efetuada mediante licitação, segundo as condições indicadas no respectivo instrumento convocatório, previamente divulgado.

Art. 80. Observado o disposto no Estatuto da Petrobras, a alienação de bens, devidamente justificada,

será sempre precedida de avaliação e licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

I – dação em pagamento, quando o credor consentir em receber bens móveis ou imóveis em substituição à prestação que lhe é devida;

II – doação, exclusivamente para bens inservíveis ou na hipótese de calamidade pública;

III – permuta;

IV – venda de ações, títulos e mercadorias, observada a legislação específica;

V – nos casos em que for demonstrado que a realização do procedimento licitatório é técnica ou economicamente inviável.

Art. 81. Os bens alienados serão pagos à vista ou parceladamente, em moeda corrente.

CAPÍTULO X

RECURSOS

Art. 82. Qualquer licitante, prejudicado por ato de julgamento praticado em procedimento licitatório, poderá interpor recurso perante a Comissão de Licitação.

§ 1º O Recurso será formulado em requerimento escrito, assinado pelo interessado e deverá conter:

I – a identificação do recorrente;

II – a indicação do processo licitatório em que o ato tenha sido praticado;

III – as razões que fundamentam o recurso.

§ 2º O recurso será apresentado à Comissão de Licitação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da ciência do ato, instruído com os documentos de prova de que dispuser o recorrente e, quando assinado por procurador, deverá estar acompanhado do correspondente instrumento do mandato, salvo quando este já constar do procedimento licitatório.

§ 3º Quando se tratar de ato divulgado em sessão pública do procedimento licitatório, o prazo para recorrer contar-se-á da data da realização da sessão.

§ 4º Na contagem do prazo de recurso, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento, observando-se as seguintes regras:

I – Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair final de semana, feriado ou em dia em que não haja expediente administrativo na Petrobras;

II – Os prazos somente começam a correr do primeiro dia útil após ciência pelo interessado.

§ 5º Mediante o pagamento do custo correspondente, o interessado poderá requerer cópias das peças do procedimento licitatório.

§ 6º Interposto o recurso, a Comissão de Licitação comunicará aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo comum de cinco dias úteis.

§ 7º A Comissão de Licitação decidirá sobre o Recurso, podendo retratar-se ou não.

§ 8º Se houver pedido expresso no Recurso e não sendo reformada a decisão pela Comissão de Licitação, o Recurso será encaminhado à autoridade superior que decidirá, em segunda e última instância.

Art. 83. O recurso terá efeito meramente devolutivo, podendo, entretanto, ser-lhe atribuído efeito suspensivo pela Comissão de licitação ou pela autoridade superior.

§ 1º O recorrente poderá, a qualquer tempo, desistir do recurso interposto.

§ 2º A Petrobras poderá aplicar as sanções previstas nesta lei, no caso de interposição de recurso meramente protelatório.

CAPÍTULO XI

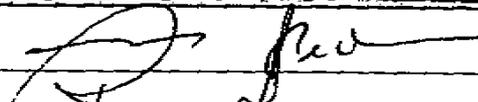
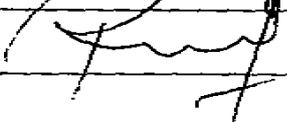
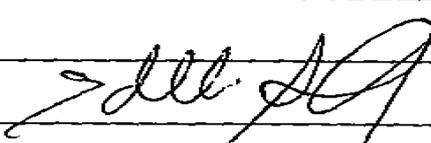
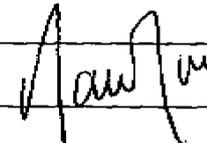
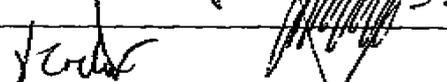
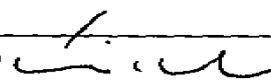
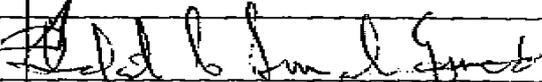
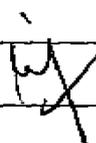
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 84. A Petrobras estabelecerá em manual próprio, os procedimentos a serem observados, de acordo com as disposições desta lei, os quais, após aprovação da Diretoria Executiva da Petróleo Brasileiro S.A., deverão ser publicados na Imprensa Oficial.

Art. 85. Esta lei entra em vigor no prazo de 180 dias contados da data de sua publicação.

Art. 86. As disposições desta lei não se aplicam aos procedimentos licitatórios instaurados e aos contratos celebrados anteriormente à sua vigência.

Sala das Comissões em 17 de dezembro de 2009.

SENADORES TITULARES	ASSINATURA
João Pedro, Presidente	
Romero Jucá, Relator	
Antonio Carlos Junior	
Alvaro Dias	
Sérgio Guerra	
Ideli Salvatti	
Marcelo Crivella	
Paulo Duque	
Valdir Raupp	
Fernando Collor	
Jefferson Praia	
SENADORES SUPLENTE	ASSINATURA
Heráclito Fortes	
Tasso Jereissati	
Inácio Arruda	
Delcídio Amaral	
Leomar Quintanilha	
Almeida Lima	
Gim Argello	

Legislação citada anexada pela Secretaria-Geral da Mesa

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

~~§ 1º A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias.~~

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

III - licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997.

Mensagem de veto

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996.

Dispõe sobre a arbitragem.

Legislação citada anexada pela Secretaria-Geral da Mesa

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

~~§ 1º A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias.~~

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

III - licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997.

Mensagem de veto

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996.

Dispõe sobre a arbitragem.

(À Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – A Presidência recebeu do Tribunal de Contas da União os seguintes Avisos:

- **Nº 4, de 2010** (nº 20/2010, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 62, de 2010, bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam, referente a acompanhamento da aplicação dos recursos provenientes da operação de crédito externo autorizada por meio da Resolução nº 42, de 2008 (TC 033.330/2008-6); e
- **Nº 5, de 2010** (nº 34/2010, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do

Acórdão nº 75, de 2010, bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam, referente a acompanhamento da aplicação dos recursos provenientes da operação de crédito externo autorizada por meio da Resolução nº 26, de 2009 (TC 022.708/2009-7)

Os expedientes, juntados aos processados das respectivas Resoluções, vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECERES NºS 7 E 8, de 2010

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2008, (nº 795/99, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que estabelece normas formais para o envio ao Congresso Nacional de atos internacionais sujeitos ao seu referendo.

PARECER Nº 7, DE 2010 (Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

RELATOR “AD HOC”: Senador Renato Casagrande

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame desta Comissão, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 141, de 2008, de autoria do Deputado Alberto Fraga.

A proposição contém apenas dois dispositivos. O art. 1º determina que “os tratados, convenções e atos internacionais sujeitos ao referendo do Congresso Nacional, nos termos do inciso VIII do *caput* do art. 84 da Constituição Federal, enviados à Câmara dos Deputados por mensagem presidencial, deverão conter, quando realizados em língua diversa do vernáculo pátrio, além do texto traduzido para a língua portuguesa, a cópia do original na língua predominante para as negociações ou em que se dará o registro no organismo internacional, devendo, como condição de segurança jurídica e validade processual, constar dos autos de tramitação legislativa da matéria cópia do texto internacional devidamente autenticada pelo Ministério das Relações Exteriores”. O art. 2º, por sua vez, trata da cláusula de vigência.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi examinada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Nesta Casa, também será ouvida além desta Comissão, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

II – ANÁLISE

Não há reparos no que tange à constitucionalidade e juridicidade da proposição.

No mérito, a proposição contribui para o aperfeiçoamento da participação do Congresso Nacional no processo de incorporação de tratados ao ordenamento jurídico brasileiro.

O conhecimento, pelos parlamentares, do texto adotado como autêntico pelas partes que negociaram o tratado poderá tornar a participação congressual mais ativa. Vale dizer que não são raros os casos em que o Ministério das Relações Exteriores, ao proceder à tradução, comete equívocos que podem dificultar a interpretação e, por conseqüência, retardar o trâmite para a aprovação legislativa, bem como para a ratificação, por parte do Poder Executivo, do ato internacional. Em muitos desses casos, a consulta direta à versão autêntica do tratado é suficiente para dirimir quaisquer dúvidas de interpretação geradas por imprecisões a que os tradutores são passíveis de cometer.

Entendemos, contudo, que o texto do PLC merece ajustes. Para tanto, fazem-se necessárias algumas considerações sobre o processo de negociação dos tratados, mais especificamente, no que diz respeito aos idiomas adotados pelas partes.

Findadas as negociações, as partes do tratado elegem em quais idiomas serão lavradas as versões autênticas do texto. Segundo a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969) – que, embora não ratificada pelo Brasil, possui inegável caráter de norma costumeira internacional – *quando um tratado foi autenticado em duas ou mais línguas, seu texto faz igualmente fé em cada uma delas, a não ser que o tratado disponha ou as partes concordem que, em caso de divergência, prevaleça um texto determinado* (art. 33, parágrafo 1).

A partir da versão autêntica, cada Estado contratante produzirá versão oficial para seu idioma. Portanto, as versões autênticas não se confundem com as versões oficiais.

Sendo assim, parece-nos importante que a mensagem presidencial remetida ao Congresso Nacional, que hoje já vem acompanhada da versão oficial do tratado em português, contenha, também, as versões autênticas, em vez de “cópia do original na língua predominante para as negociações”, como mencionado na proposição. Isso porque pode ocorrer, por exemplo, que a negociação seja inteiramente conduzida em inglês e, ao final, o tratado venha a ser lavrado em inglês

e francês que, em princípio, constituem versões igualmente autênticas e de mesmo valor.

Além disso, convém substituir a palavra “referendo” por “aprovação”, uma vez que esta última reflete de forma mais fidedigna o papel a ser desempenhado pelo Congresso Nacional, cujo assentimento prévio é imprescindível para o posterior consentimento definitivo pelo Estado brasileiro por meio da ratificação.

Com vistas a contemplar tais ajustes, sugerimos nova redação ao art. 1º do PLC, nos moldes da emenda proposta.

III – VOTO

Pelo exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação PLC nº 141, de 2008.

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se ao art. 1º do PLC nº 141, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 1º As mensagens presidenciais enviadas à Câmara dos Deputados, para cumprimento do disposto no inciso VIII do *caput* do art. 84 da Constituição Federal, deverão conter, no caso de tratados, convenções e atos internacionais que não possuam versão autêntica em língua portuguesa, a versão oficial no vernáculo e as versões autênticas, mediante cópias autenticadas pelo Ministério das Relações Exteriores.”

Sala da Comissão, 14 de maio de 2009.

Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente em
substituição

João Paulo de Lencastre, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 141 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/05/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>in exercício: Senador Wellington Salgado de Oliveira</i>	
RELATOR: <i>Senador Renato Casagrande</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
EXPEDITO JÚNIOR	6. SERYS SLHESARENKO
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

PARECER Nº 8, DE 2010
(Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

RELATOR “AD HOC”: Senador Cristovam Buarque.

I-RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 141, de 2008, de autoria do Deputado Alberto Fraga.

A proposição contém apenas dois dispositivos. O art. 1º determina que "os tratados, convenções e atos internacionais sujeitos ao referendo do Congresso Nacional, nos termos do inciso VIII do *caput* do art. 84 da Constituição Federal, enviados à Câmara dos Deputados por mensagem presidencial, deverão conter, quando realizados em língua diversa do vernáculo pátrio, além do texto traduzido para a língua portuguesa, a cópia do original na língua predominante para as negociações ou em que se dará o registro no organismo internacional, devendo, como condição de segurança jurídica e validade processual, constar, dos autos de tramitação legislativa da matéria, cópia do texto internacional devidamente autenticada pelo Ministério das Relações Exteriores". O art. 2º, por sua vez, trata apenas da cláusula de vigência.

Na Casa de origem, a matéria foi examinada pela Comissão de Relações Exteriores

e de Defesa Nacional e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Nesta Casa, já houve o pronunciamento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que aprovou Relatório “ad hoc” do Senador Renato Casagrande, com Emenda ao artigo 1º do projeto.

II – ANÁLISE

Não há reparos no que tange à constitucionalidade e juridicidade da proposição.

No mérito, a proposição contribui para o aperfeiçoamento da participação do Congresso Nacional no processo de incorporação de tratados ao ordenamento jurídico brasileiro. O conhecimento, pelos parlamentares, do texto adotado como autêntico pelas Partes que negociaram o tratado poderá tomar a participação congressual mais ativa e, acima de tudo, precisa. Assinale-se que não são raros os casos em que o Ministério das Relações Exteriores, ao proceder à tradução, comete equívocos que podem dificultar a interpretação e, por consequência, retardar o trâmite para a aprovação legislativa, bem como para a ratificação, por parte do Poder Executivo, do ato internacional.

Foi o caso, por exemplo, da “Convenção Interamericana contra a Corrupção”, negociada no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA) e concluída originalmente em Caracas, em 29 de março de 1996. Em 28 de novembro de 1996, o texto original da referida convenção foi enviado ao Congresso Nacional, através da Mensagem nº 1249/96, para a devida apreciação.

Análise mais acurada revelou que o texto original continha impropriedades de redação e de tradução que não podiam ser escamoteadas. Assim, procedeu-se à

revisão do texto da convenção, de forma a se eliminar qualquer ambigüidade ou impropriedade.

Concluído este importante trabalho de revisão, foram enviados para todos os Estados Partes o texto devidamente retificado da convenção e a "Ata de Retificação do Texto da Convenção Interamericana Contra a Corrupção" (em português, espanhol, francês e inglês).

O pior, entretanto, é quando erros de tradução são descobertos após aprovação congressional, o que dificulta a própria ratificação do acordo, convenção ou tratado.

Em muitos desses casos, como aconteceu com a referida "Convenção Interamericana contra a Corrupção", uma consulta direta à versão (ou versões) autêntica (s) do ato internacional é suficiente para dirimir quaisquer dúvidas de interpretação geradas por imprecisões a que os tradutores são passíveis de cometer.

Assim sendo, parece-nos meritório e oportuno que a mensagem presidencial remetida ao Congresso Nacional, que hoje já vem acompanhada, normalmente, apenas da versão oficial do tratado em português, contenha, também, a versão ou versões autênticas no idioma ou idiomas utilizados nas negociações.

Entretanto, na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, foram corrigidas algumas imperfeições técnicas do texto original do projeto. Com efeito, o artigo 1º do projeto menciona que deva ser enviada ao Congresso Nacional "cópia do original na língua predominante para as negociações". Ora, essa expressão não é correta. Na realidade, os atos internacionais são redigidos em "versão autêntica" ou

“versões autênticas”. Este último caso ocorre quando, ao final das negociações, se redigem versões em idiomas diferentes, igualmente válidas, mesmo que a língua predominante nas negociações tenha sido apenas uma.

Dessa forma, foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, a seguinte emenda ao artigo 1º do projeto:

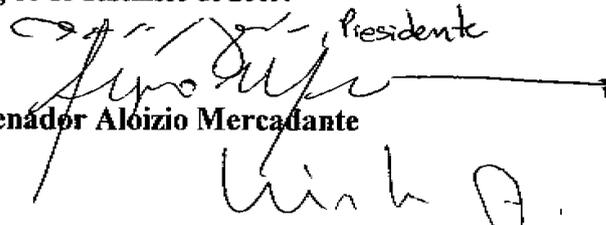
"Art. 1º As mensagens presidenciais enviadas à Câmara dos Deputados, para cumprimento do disposto no inciso VIII do caput do art. 84 da Constituição Federal, deverão conter, no caso de tratados, convenções e atos internacionais que não possuam versão autêntica em língua portuguesa, a versão oficial no vernáculo e as versões autênticas, mediante cópias autenticadas pelo Ministério das Relações Exteriores."

Consideramos que tal emenda aprovada na CCJ corrige as imperfeições do texto original do projeto, tornando-o mais preciso técnica e formalmente, ao mesmo tempo em que mantém o mérito e a oportunidade da matéria em apreço.

III - VOTO

Ante o exposto, votamos pela aprovação do PLC nº 141, de 2008, com a emenda adotada pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania.

Sala da Comissão, 10 de dezembro de 2009.


Presidente
Senador Aloizio Mercadante
Linha A.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 141, DE 2008**IV – DECISÃO DA COMISSÃO**

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório apresentado pelo Senador Cristovam Buarque, Relator "Ad Hoc", que passa a constituir Parecer da CRE favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2008, do Deputado Alberto Fraga, com a emenda nº 1-CCJ.

Emenda nº 1-CCJ:

Dê-se ao art. 1º do PLC nº 141, de 2008, a seguinte redação:

"Art. 1º As mensagens presidenciais enviadas à Câmara dos Deputados, para cumprimento do disposto no inciso VIII do caput do art. 84 da Constituição Federal, deverão conter, no caso de tratados, convenções e atos internacionais que não possuam versão autêntica em língua portuguesa, a versão oficial no vernáculo e as versões autênticas, mediante cópias autenticadas pelo Ministério das Relações Exteriores."

Assinam o Parecer os Senhores Senadores:

Eduardo Azeredo (Presidente), Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Heráclito Fortes, Augusto Botelho, Rosalba Ciarlini, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 2009.



Senador EDUARDO AZEREDO

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 141, DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/12/2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
RELATOR "AD HOC": SENADOR CRISTOVAM BUARQUE	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 - MARINA SILVA (PV)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	5 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 - INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 - GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) PRESIDENTE	6 - ARTHUR VIRGLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
PATRÍCIA SABOYA	1 - CRISTOVAM BUARQUE RELATOR

RELATOR**RELATOR: Senador *FLÁVIO ARNS******I – RELATÓRIO***

Esta Comissão é chamada a se pronunciar sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 141, de 2008, que estabelece normas formais para o envio ao Congresso Nacional de atos internacionais sujeitos a seu referendo. O projeto resulta de proposta apresentada na Casa de origem, em 1999, pelo Deputado Alberto Fraga.

O projeto é composto de dois artigos. O primeiro estabelece que os tratados submetidos à apreciação do Parlamento, nos termos do inciso VIII do art. 84 da Constituição, deverão conter, quando realizados em outro idioma, além do texto traduzido para a língua portuguesa, cópia do original no idioma predominante nas negociações ou “em que se dará o registro no organismo internacional, devendo, como condição de segurança jurídica e validade processual, constar dos autos de tramitação legislativa da matéria cópia do texto internacional devidamente autenticada pelo Ministério das Relações Exteriores”. O segundo cuida da cláusula de vigência.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apreciado pelas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e de Cidadania antes de sua aprovação plenária. No Senado, o PLC passou preliminarmente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que o aprovou mediante adoção de nova redação ao art. 1º, nos moldes de emenda oferecida pelo relator, Senador Aloizio Mercadante.

II – ANÁLISE

Não há óbices quanto à regimentalidade. A matéria foi despachada pelo presidente da Casa primeiramente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que, segundo o art. 101, inciso I, do Regimento Interno, é competente para opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, para, em seguida, ser analisada por esta Comissão, que tem atribuição para opinar sobre proposições referentes aos atos internacionais, a teor do disposto no art. 103, inciso I do Regimento Interno. Tampouco existe reparo no tocante à constitucionalidade e juridicidade da proposição.

Em relação ao mérito, o projeto objetiva melhorar a participação do Congresso na etapa de aprovação de tratados. Nesse sentido, conhecimento preciso do texto adotado ao final das negociações é de grande relevância para a análise congressional. Assim, considerando que as traduções para idioma português podem conter imprecisões, leitura direta da versão autêntica pode elidir eventuais erros cometidos na versão oficial produzida pelas autoridades competentes.

Ocorre, no entanto, que o texto do projeto, tal como aprovado na Câmara, apresenta equívocos. Dessa maneira, por exemplo, referência a “cópia do original na língua predominante para as negociações”. Há aí evidente confusão técnica entre a denominada versão autêntica, produzida no curso da negociação, e a versão oficial, elaborada pelo Estado que possua idioma distinto daquele lavrado na autêntica. O projeto original menciona, ainda, o registro do documento em “Organismo Internacional”. Confunde-se, de um lado, “organismo internacional” com organização internacional; de outro, a menção é desnecessária.

Os equívocos apontados foram resolvidos com o texto aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na forma da emenda proposta pelo relator, que tem a seguinte redação: “*Art. 1º* As mensagens presidenciais enviadas à Câmara dos Deputados, para cumprimento do disposto no inciso VIII do *caput* do art. 84 da Constituição Federal, deverão conter, no caso de tratados, convenções e atos internacionais que não possuam versão autêntica em língua portuguesa, a versão oficial no vernáculo e as versões autênticas, mediante cópias autenticadas pelo Ministério das Relações Exteriores”.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do PLC nº 141, de 2008, nos termos da emenda proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala da Comissão,

, Presidente

 , Relator

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 7 e 8, de 2010**, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2010** (nº 795/99, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que estabelece normas formais para o envio ao Congresso Nacional de atos internacionais sujeitos ao seu referendo.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Gostaria de convidar para presidir a sessão o Senador Mozarildo Cavalcanti, porque, pela ordem de inscrição, sou o próximo orador inscrito.

O Sr. Geovani Borges, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Valdir Raupp, esse importante Líder do PMDB de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Líder de Rondônia, porque do Brasil é o Senador Renan, que vai falar daqui a pouco.

Sr. Presidente, Senador Mozarildo, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 2 de fevereiro deste ano, o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, anunciou a redução do desmatamento na Amazônia em 49%, entre os meses de agosto e novembro de 2009, quando comparados ao mesmo período de 2008.

Em 2008, foram 2.239 quilômetros quadrados desmatados. Em 2009, foram 1.144. Isso significou uma redução de 48,9% na quantidade de floresta destruída. Além disso, Sr. Presidente, há uma aceleração no controle do desmatamento. Outubro e novembro registraram uma queda de 72,4% no ritmo de destruição da Floresta Amazônica.

É preciso frisar, também, que as medições em 2009 foram mais precisas do que aquelas realizadas em 2008.

Em 2008, 31% da área monitorada por satélites estava encoberta por nuvens, e, em 2009, o percentual se reduziu para 17%. Isso significa que os dados do ano passado, em que há menos desmatamento, são mais confiáveis do que aqueles de 2008. Além disso, precisamos observar que o ano de 2009 representou uma retomada da atividade econômica mundial, ou seja,

a recuperação da economia brasileira não se traduziu em maior desmatamento. Na verdade, podemos inferir o contrário: a economia melhorou e a preservação da floresta se fortaleceu.

Eu venho falando, já há algum tempo, há uns dois, três anos, que a população da Amazônia está adquirindo uma consciência ambiental. Isso está muito claro. Meu Estado, o Estado de Rondônia, nos últimos anos, tem desmatado muito pouco. Por quê? Porque essa consciência ambiental vem ganhando corpo cada vez mais.

Mantida essa perspectiva, é possível imaginar que, neste ano, já atingiremos as metas de desmatamento acertadas com as Nações Unidas para 2020, isto é, dez anos antes do prazo, conseguiremos atingir o nosso objetivo de manter as nossas florestas em pé.

Isso é factível, porque 2009 foi o ano com a menor quantidade de área desmatada desde 1988. Assim, não é exagero, quando o Ministro Carlos Minc afirma que, pela primeira vez, podemos dizer que o desmatamento na Amazônia está sob controle.

O Governo Federal, felizmente, não se mostra satisfeito com essas conquistas. Quer seguir adiante na defesa da preservação do meio ambiente.

Isso é atestado pela entrada em operação do satélite japonês, Alô, um satélite de observação de nosso planeta capaz de examinar a floresta Amazônica, ou qualquer floresta do mundo, mesmo com a existência de nuvens. Daqui para frente, mesmo com o tempo encoberto, será possível dizer, com precisão, qual é a área desmatada. O que havia até então era uma dúvida muito grande, era acreditar nos dados que eram apresentados sobre desmatamento.

A notícia sobre a redução do desmatamento é, pois, uma ótima maneira de darmos início ao ano de 2010. Significa que as medidas tomadas pelo Governo Lula, ao longo dos últimos sete anos, tem produzido resultados concretos, palpáveis e significativos, tendo como consequência uma mudança profunda na maneira como nós brasileiros lidamos com o meio ambiente.

E é sempre bom lembrar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Brasil é o segundo País do mundo em preservação ambiental. Nós temos a segunda maior floresta nativa do planeta, estamos só atrás da Rússia. Os três países: Rússia, Brasil e Canadá lideram o *ranking* mundial com a maior preservação de floresta nativa do mundo. Então nós temos autoridade para chegar a qualquer fórum, a qualquer discussão mundial de cabeça erguida, de peito aberto para falar sobre meio ambiente. Não podemos admitir que os ambientalistas de plantão, aqueles que muitas vezes vivem a custa das organizações, do dinheiro arrecadado, que não conhecem – Senador Mozarildo, que é

da Amazônia, conhece, os Senadores Augusto Botelho e Geovani Borges, que estão aqui presentes, também conhecem –, esses não têm moral para ficar falando sobre meio ambiente no Brasil, sobre meio ambiente na Amazônia.

Tenho cansado de falar nesta tribuna que o Brasil preserva, na Amazônia, 83% das suas florestas. Apenas 17% das nossas florestas foram derrubadas, foram desmatadas. E essa consciência está ganhando corpo, como já falei, e a tendência é chegar a zero. Aliás, eu tenho uma proposta, aqui no Senado, do desmatamento zero, mas nós queremos as compensações. Por que as compensações? Já que nós estamos preservando 83% da Amazônia, já que em todo o Brasil, quando se joga para o contexto geral, nós chegamos a 46% de preservação, quase 50%, por que não liberar, Senador Geovani, por que não liberar as áreas consolidadas, onde os nossos produtores estão produzindo? Tudo bem que eles derrubaram um pouquinho a mais...

O Sr. Geovani Borges (PMDB – AP) – Se o Senador me permitir, eu gostaria de apartear-lo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Com muito prazer, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Geovani Borges (PMDB – AP) – Primeiro, parabenizá-lo pelo tema que V. Ex^a aborda nesta tribuna neste momento, porque, no caso específico, nós, como amazônidas, no Estado do Amapá, temos praticamente 96% de área preservada. No Amapá, as nossas florestas estão praticamente intocadas, mas a que custo? Fica por isso mesmo? E V. Ex^a tem que reivindicar e, com muita propriedade, com muita segurança, uma compensação. A nossa Amazônia não é toda essa coisa que se pinta no mundo inteiro. Não é lá na 5^a Avenida de Nova York que se vai ditar norma de comportamento para a Amazônia. Nós, amazônidas, sabemos o que nós temos, sabemos o que queremos e para onde queremos ir. Precisamos conversar, preservar com responsabilidade e compensar, porque isso não pode ficar a bel-prazer de normas que não atendem à nossa realidade, dos amazônidas. Parabéns pelo discurso. Congratulo-me com V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento que nos proporciona nesta manhã.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigada, Senador Geovani, pela contribuição. Quero que o aparte de V. Ex^a seja incorporado ao nosso pronunciamento.

E essas compensações têm que acontecer como aconteceu no Estado do Amazonas. O Estado de V. Ex^a preserva 96% das florestas, o Estado do Amazonas preserva 98% das florestas. Por quê? Porque tem o polo industrial de Manaus. Isso é uma compensação. Quatrocentas indústrias, inclusive a maioria multinacionais, gerando lá mais de quinhentos mil empregos.

Quem sabe uma Zona de Processamento de Exportação é colocada em Macapá para também criar um polo industrial, já que tem que porto, como no Estado de Roraima também – está ali o Senador Augusto Botelho pedindo um aparte; já concedo um aparte a V. Ex^a. Esse modelo de desenvolvimento do Estado do Amazonas deu certo. Tirou a pressão do campo para o polo industrial de Manaus. O que queremos em nossos Estados? Que liberem as áreas consolidadas, onde nossos produtores estão produzindo para sustentar as suas famílias e também liberem algum modelo de desenvolvimento sustentado, como esse do Estado do Amazonas, que é o polo industrial.

Tenho aprovado em quatro cidades de Rondônia ZPEs – Zonas de Processamento de Exportação: Vilhena, Ji-Paraná, Porto Velho e Guajaramirim. E quem sabe se cria uma Zona de Processamento em Porto Velho e se criam três sub-zonas como modelo da China, nessas cidade do interior, para também diminuir a pressão por desmatamento.

Concedo um aparte ao Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Raupp, nós que somos da Amazônia, realmente, é que temos que falar por ela. Concordo com o discurso de V. Ex^a, mas gosto de fazer aquela observação sempre que V. Ex^a fala em desmatamento zero. Desmatamento zero só pode ser feito quando se der uma alternativa para as pessoas que vivem na beira dos rios, no meio das matas, na ponta dos assentamentos, nas picadas, que eles falam, de sobreviver.

São pessoas que há 500 anos, os seus ascendentes, derrubam, queimam e plantam. Pegam aquele pedacinho e passa três ou quatro anos e muda para outro. Daqui há 10 anos, aquele pedaço que ele queimou já cresceu e os desmatadores que prejudicaram a Amazônia foram os grandes proprietários que desmataram 200 hectares, 500 mil, 2 mil, 3 mil. Hoje, quem desmata três linhas, três linhas e meia, quatro linhas, um hectare, é só para comer. Então, zero tem que ser assim: zero com dimensão, senão os agricultores familiares, que vivem dentro das florestas e que não têm nenhuma assistência técnica, nem luz elétrica – apesar de o Presidente estar querendo colocar luz até fim do mandato dele – não tem luz elétrica, não tem estrada e não tem nada, como é que vão sobreviver? E também desmatar zero com esse negócio de compensação tem que ser compensação clara; não é esmola. O amazônida não precisa de esmola para sobreviver. Ele tem dignidade e disposição para trabalhar, só precisa de meios para poder trabalhar, para se sustentar e para proteger. Quem protege a floresta é o homem que vive lá dentro, não é o ongueiro que vive na beira da praia ou dentro do ar condicionado aqui em Brasília

e por outros lugares, não. Quem protege é quem está lá, quem vive lá. Por isso que aquela MP que definiu a propriedade de até 10 módulos, podendo titular a terra de até 1500 hectares sem licitação, foi um grande passo, porque aí quem cuida bem da terra é quem é dono da terra. Quem vive na terra gosta da terra, ao contrário do que todos dizem. Por isso, gosto de V. Ex^a pelo seu discurso, inclusive reclamo sempre que V. Ex^a tem falado pouco no seu gasoduto. Acho que o gasoduto não está tão importante, mas é importante também, porque o gás de Urucu está sendo jogado fora. Uma parte é jogada fora, queimada e outra parte é reinjetada. Se já tivesse feito o seu gasoduto, não estariam jogando esse dinheiro fora, porque estariam jogando o gás lá e vocês não estariam queimando mais de

um milhão de litros de óleo diesel por dia, que vocês queimam lá em Rondônia, que é um Estado pujante, o 16º do PIB do Brasil. E continue, continue lutando, mas lembre sempre: eu quero uma solução para os pequenos produtores, que não têm como sobreviver com essa história de desmatamento zero.

O SR. VALDIR RAUP (PMDB – RO) – Obrigada a V. Ex^a pela contribuição. Quanto ao gasoduto, vou voltar à carga em breve porque as usinas do Madeira já caminham para o final, em 2011 e 2012, para curar a ressaca do desemprego depois do final das usinas, que vai deixar desempregados 20 mil trabalhadores; aí vamos construir o gasoduto e a ferrovia Transcontinental. Mas vamos falar desse assunto em outra oportunidade.

E V. Ex^a tem absoluta razão quando fala da compensação para os que protegem a floresta. Eu acho que a floresta tem que ser tratada como ativo econômico: aqueles que estão protegendo a floresta devem receber alguma coisa por isso para sobreviver, porque vivem do extrativismo, mas o extrativismo está difícil. O peixe está ficando cada vez mais raro; o extrativismo não é ainda uma atividade rentável que possa dar sobrevivência a essas famílias. Então tem que pagar pela preservação. O Fundo Amazônia criado, que já tem mais de US\$1 bilhão, deve compensar os ribeirinhos, aqueles que protegem a floresta com uma compensação financeira mesmo, para que eles possam ser guardas, para que possam cuidar da floresta.

Eu admito que V. Ex^a tem razão e o meu projeto, que trata do desmatamento zero com as compensações, uma delas é liberar as áreas consolidadas, antropizadas para a produção, preservando apenas as margens de rios, reflorestando as nascentes e as margens de rios para proteger as águas, e tratando a floresta como ativo econômico. Ou seja, aqueles que estão protegendo a floresta têm que receber alguma coisa por ela.

Encerro aqui, Sr. Presidente. Muito obrigado pela generosidade do tempo e um grande abraço a todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra, nesse momento, ao Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, antes de iniciar a minha fala, gostaria de desejar, mais uma vez, a todas as Senadoras e aos Senadores um ano legislativo de muitos avanços, e avanços importantes, para que a democracia obtenha o seu melhor aperfeiçoamento, como também, Sr. Presidente, todos nós estamos aqui para fazer um permanente aperfeiçoamento das leis, sobretudo daquelas relacionadas à superação da pobreza e ao estímulo ao desenvolvimento no Brasil.

Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje a este plenário, com muita satisfação.

Satisfação, Sr. Presidente, por informar que estou apresentando hoje ao Senado Federal um projeto de lei que possibilita a qualificação de estudantes universitários que têm dívidas com o Fies.

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, o Fies, foi criado em 1999 para financiar os estudos de quem pretendia fazer faculdade e não dispunha de recursos para pagá-la.

Com o passar do tempo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Fies acabou se transformando num impasse para os profissionais formados.

Como nem todos, Senador Mozarildo Cavalcanti, conseguem emprego durante e após a conclusão do curso superior, surgem dificuldades para o pagamento das mensalidades dos empréstimos contraídos.

No sistema do Fies, o estudante começa a pagar o financiamento estudantil quando ainda está na universidade. A parcela é de, no máximo, R\$50,00 a cada três meses.

O problema, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que, mesmo com juros baixos ao ano, esse valor não é suficiente para abater os juros, o que resulta no aumento do saldo devedor, infelizmente.

Estima-se que o atual saldo a pagar do Fies seja da ordem de R\$5 bilhões. Já a inadimplência entre os primeiros contratos – a partir de 1999 – chegaria a 28% disso.

Para solucionar o impasse, aprovamos no Senado Federal, em dezembro do ano passado, importante projeto de lei que aperfeiçoa a sistemática do Fies.

Esse projeto aprovado pelo Senado se transformou, Sr. Presidente, Srs. Senadores, na Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010.

Entre outros pontos, a nova lei permite que professores em efetivo exercício na rede pública de educação básica e médicos integrantes das equipes de saúde da família, com atuação em áreas e regiões carentes, possam abater mensalmente 1% do saldo devedor do Fies.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto de lei que ora submeto a esta Casa pretende estender essa possibilidade de abatimento mensal de 1% do saldo devedor para estudantes universitários de quaisquer cursos.

A mudança substancial que fizemos aqui no final do ano que passou permite o abatimento desse 1% apenas para professores em efetivo exercício na rede pública da educação básica e médicos integrantes das equipes da saúde da família. Esse projeto de lei, Sr. Presidente, estende esse abatimento a estudantes e a formados de todos os cursos, para que eles também possam abater esse 1% do seu saldo devedor.

Para que, como eu dizia, possam abater o saldo devedor do Fies, os estudantes deverão prestar serviços aos Estados e Municípios por meio do que chamei no projeto de lei de Bolsa-Qualificação.

O programa de qualificação dos estudantes universitários, nos órgãos dos Estados e nas prefeituras, terá a duração de 12 meses, podendo, Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, ser renovado por igual período.

Além do abatimento no saldo devedor do Fies, os estudantes farão jus a uma remuneração que varia de um a dois salários mínimos, dependendo da jornada de qualificação, que poderá ser de 20 ou 40 hora semanais.

No caso dos estudantes de famílias de baixa renda, participação no programa de qualificação ajudará o pagamento de outras despesas como livros, transportes, alimentação etc.

O projeto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também prevê a possibilidade de a União repassar recursos aos Estados e Municípios mais pobres, para que possam arcar com os custos desses programas de qualificação.

Por se tratar de um programa de qualificação de estudantes universitários, voltado para o aprimoramento dos conhecimentos desses jovens, não se confunde com o preenchimento de vagas no serviço público – é bom que se diga.

Em razão disso, o nosso projeto estabelece que o número máximo de estudantes participantes do bolsa qualificação não poderá ultrapassar, e este detalhe é muito importante, 20% do quadro efetivo do Estado ou do Município.

Senhoras e senhores, em suma, o que pretendemos é aliar a possibilidade de pagamento do saldo

devedor do Fies pelos estudantes de todos os cursos a uma experiência de qualificação profissional nos governos estaduais e nas prefeituras municipais.

No Estado de Alagoas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, por exemplo, conversei com vários Prefeitos que manifestaram grande interesse em contar com estudantes universitários prestando serviços à comunidade.

Acredito que a troca de experiência entre o ensino universitário e as administrações estaduais e municipais trará verdadeiramente resultado positivo para ambos.

O Senado fez a sua parte, como eu dizia, aprovando novas regras para o Fies, inclusive, a que permite o abatimento do saldo devedor por meio de prestação de serviços nas áreas de educação e nas áreas de medicina, repito.

O que desejamos, agora, fundamentalmente, é ampliar essa possibilidade de abatimento do saldo devedor do Fies a estudantes de todos os cursos universitários, o que me parece, Sr. Presidente, uma medida justa e também muito equilibrada.

Peço, aqui, portanto, o apoio de todos os Líderes partidários, do Presidente desta Casa, para que esta matéria seja rapidamente aprovada no Senado Federal.

Como todos sabem – e nunca é demais lembrar –, ao longo dos anos, eu tenho tido uma convivência direta com a temática dos jovens no Brasil. Na Constituinte eu tive, Senador Mozarildo Cavalcanti, o prazer de ser o autor do voto aos 16 anos. Defendemos aqui, em várias oportunidades, com a iniciativa legislativa também, estímulos ao primeiro emprego dos jovens. E, agora, estamos trabalhando pela aprovação de um projeto de lei também muito importante, de nossa autoria, que transfere recursos da loteria federal para o Pró-Jovem, que tem cumprido importante papel com relação à formação e ao aperfeiçoamento dos jovens em todo o Brasil. Também é bom dizer que estamos trabalhando – e digo isso também com muita satisfação – para a aprovação da PEC da Juventude, que tem como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior, do Estado de Goiás.

Por enquanto, Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Cumprimentando V. Ex^a pelas excelentes iniciativas, quero anunciar a palavra do ilustre Senador Geovani Borges, meu ex-colega Constituinte e Senador pelo Estado do Amapá.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o que me traz a esta tribuna hoje é o desejo de falar a respeito de uma matéria publicada no jornal *O Globo* de hoje, sexta-feira, 5 de fevereiro, sob o título “Eleição atrasa decolagem. Governo só vai privatizar aeroportos após as eleições.” A matéria diz que obras receberão da União R\$567 milhões. Essa matéria me chamou a atenção por causa da situação dos nossos aeroportos em todo o Brasil.

Soluções vêm sendo providenciadas. Na matéria, os Estados contemplados são mencionados e é feito um balanço de três anos do PAC:

“... o governo informou ter concluído, ao custo R\$250 milhões, sete obras nos aeroportos (Congonhas, João Pessoa, Santos Dumont, Salvador, Boa Vista, Fortaleza e Parnaíba). Três ainda estão em andamento: Galeão (pista, pátio e terminal de cargas e de passageiros), Congonhas (torre de controle) e Recife (terminal de passageiros e pontes de embarque).

Nas obras em andamento, serão investidos R\$ 567 milhões pela União. Receberam sinal vermelho quanto ao andamento das obras três aeroportos: Brasília, Vitória e Macapá (terminal de passageiros) e Guarulhos (pista e pátio).”

Só que o Aeroporto Internacional de Macapá, do meu querido Estado, está parado há praticamente três anos por questão legal, jurídica, intervenção do Tribunal de Contas da União, o TCU. Nesse sentido, queria fazer um apelo desta tribuna.

Antes, porém, quero parabenizar a bancada federal aqui no Congresso Nacional, sob a coordenação do Senador Gilvam Borges, que tem lutado, diariamente, para que essa obra do aeroporto, estratégica para o desenvolvimento do Estado, retome o seu curso normal. Há uma previsão, Senador Mozarildo, de nós retomarmos essa obra ainda este ano.

Aproveito a oportunidade, já que estou falando sobre as grandes obras estruturantes do meu Estado, para mencionar algumas verbas liberadas para o Amapá.

De 2007, nós temos R\$15 milhões do Fundo Nacional de Saúde, a estruturação de unidade de atenção especializada em saúde, reforma e ampliação do Hospital das Clínicas Alberto Lima – R\$ 15 milhões prontos para o pagamento.

Foi uma outra grande vitória, alcançada com muito sacrifício, com muita luta e com muita determinação da bancada federal do meu querido Estado, o Amapá, sob a coordenação do Senador Gilvam Borges.

Quero aproveitar para parabenizar o nosso ex-Deputado Federal Benedito Dias, que foi o autor dessa emenda, que trabalhou muito para que essa obra se concretizasse – praticamente está sendo inaugurada, avançou muito.

Cito também obras de infraestrutura urbana em municípios de médio e grande porte, obras de desenvolvimento urbano na área aeroportuária de Macapá: R\$ 5 milhões prontos para pagamento. Infelizmente, o nosso aeroporto, com 60% de obras já concluídas, está paralisado.

A bancada federal – o Deputado Jurandir Juares, a Deputada Fátima Pelaes, o Deputado Feijão, o Deputado Davi Alcolumbre, a Deputada Lucenira Pimentel, a Deputada Janete Capiberibe, o Senador José Sarney, o Senador Papaléo Paes – realmente tem vestido a camisa do Estado com muito empenho e determinação.

Vejo os resultados aqui. Emendas da bancada, de 2009, estão apenas aguardando a liquidação para pagamento. Esse é o caso da construção de ponte sobre o rio Matapi, entre Mazagão e Santana: R\$ 6 milhões aguardando liquidação para pagamento. Matapi é um rio muito importante que liga Santana a Mazagão, que é o terceiro município mais próximo da capital.

Cito emenda da bancada para apoio à política nacional de desenvolvimento urbano – ações de infraestrutura urbana em Macapá: R\$4,8 milhões aguardam liquidação.

Construção da ponte urbana sobre o rio Jari em Laranjal do Jari, o terceiro município mais populoso do meu Estado: R\$15.977.600 aguardam liquidação para pagamento. Como diz o Senador Gilvam Borges desta tribuna – virou chavão já –, é dinheiro na conta. Do rio Jari, quase R\$16 milhões.

Apoio à implantação de sistema de esgotamento sanitário em Macapá: R\$3.599.000 aguardam liquidação para pagamento.

Urbanização e revitalização da orla fluvial de Vitória do Jari: aguardam liquidação R\$ 2.506.725.

Complexo Poliesportivo do Zerão no município de Macapá, no Estado do Amapá: R\$3 milhões aguardam também liquidação para pagamento.

Eu levantei isso aqui porque reassumi recentemente o Senado e vi o trabalho fantástico que a bancada do meu Estado, independentemente de cor partidária, vem desenvolvendo em prol de obras estratégicas. Queria apenas fazer este registro nesta manhã de sexta-feira, dizer da minha satisfação e me congratular com todos eles.

Em relação a essa privatização dos aeroportos: esse é um tema muito mais profundo, mais complexo. As jornalistas Geralda Doca e Eliane Oliveira fizeram

uma análise com muita profundidade. Quem sabe se o caminho não é esse? Não sei, é um tema muito polêmico, e acho que esta Casa vai debatê-lo, pois é preciso preparar terreno para a Copa de 2014.

A matéria me chamou a atenção, até pelo desejo de verificar a situação do aeroporto do meu Estado. Roraima já está contemplada – V. Ex^a há pouco me informou que estava quase concluída a obra, Senador Mozarildo. O nosso é novo, mas está parado, com 60% da obra já concluída.

Então, Sr. Presidente, muito obrigado pelo espaço. Encerro o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Geovani Borges, cumprimento V. Ex^a e peço-lhe que assuma a Presidência enquanto anúncio a fala do ilustre representante do Rio de Janeiro, Senador Paulo Duque.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geovani Borges.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – O ilustre Senador Paulo Duque dispõe de vinte minutos e mais o tempo que desejar.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela gentileza.

Há pouco tempo, li uma crônica de um dos maiores jornalistas deste País,

de um dos maiores cronistas políticos deste País, chamado Villas-Bôas Corrêa, ele é do tempo de Carlos Castello Branco, de Carlos Lacerda, Pedro Dantas, que era o pseudônimo de Prudente de Moraes Neto, José Costa, era o primeiro time, ele era do primeiro time, muito jovem ainda e credenciado em um dos grandes jornais do Rio de Janeiro como jornalista na Câmara Federal. Imaginem que estamos aqui, quero falar da época de 1954, talvez V. Ex^a não fosse nem nascido, 1954.

Mês de agosto. Imagine V. Ex^a que no dia 5 de agosto o grande líder da época e um dos maiores oradores que o Brasil já teve em toda sua história, o futuro Deputado Federal e futuro Governador da Guanabara, Carlos Lacerda,

sofreu um atentado ao chegar em casa, vindo de uma conferência no Colégio São José, na Tijuca, mais ou menos, à meia noite e meia. Os sicários, os criminosos o aguardavam na porta de sua residência, em um carro meio na sombra, na Rua Tonelero, em Copacabana, perto do número 200. Mais ou menos, meia noite e meia, oriundo de uma conferência, Lacerda chega acompanhado do Major Rubens Vaz, jovem

major da Aeronáutica, uma das grandes figuras que a Aeronáutica possuía nos seus quadros.

Ao sair, ele e o filho, Sérgio Lacerda, ele é alvejado por um pistoleiro, que erra o tiro, mas acerta o seu acompanhante, Major Rubens Vaz, matando-o na rua; e acerta outro tiro, mas atinge o pé direito do jornalista. Ambos são levados imediatamente para o Hospital Miguel Couto. Há médicos neste Senado que conhecem o Hospital Miguel Couto, um grande hospital.

Lá se consegue fazer um curativo de emergência, ferido que estava, sem poder andar, sendo carregado. O Major Rubens Vaz morre. Aquilo torna-se o maior escândalo nacional. Estou falando, senhores, do ano de 1954, exatamente do mês de agosto, dia 5 de agosto.

O Presidente da República, Getúlio Vargas, no seu segundo mandato, já um pouco envelhecido, bastante atenuado pelas crises permanentes, pelos escândalos, é imediatamente comunicado do fato. Quem teria sido o autor daquele atentado? Chama o seu chefe da guarda, que morava no palácio, Gregório, um gaúcho negro de 1,90 metros, vindo do sul no segundo governo, e o interpela se ele teria alguma coisa a ver com aquele fato.

E o escândalo se espalhou. Os jornais dando a notícia. E o Gregório nega peremptoriamente. Diz que a guarda não fez nada. Que ele está inocente. Que não tiveram participação nenhuma.

Vejam que, nessa altura dos acontecimentos, a Aeronáutica inteira se rebela em termos de ação efetiva e se institui o que se chamou, na ocasião, a República do Galeão. É incrível, mas isso ocorreu. A República do Galeão, na base aérea do Galeão. Não havia Aeroporto Tom Jobim, não havia nada. Havia uma base aérea ali na Ilha do Governador.

Pois bem, estabeleceu a Aeronáutica, logo, uma grande força para descobrir os criminosos, elucidar o crime. Invadem o palácio e, sem dúvida, vão nos aposentos do Gregório, levantam os arquivos. Tudo isso aconteceu na minha cidade em 1954. E nós todos, universitários da Faculdade de Direito, da Faculdade de Medicina, estávamos preocupados com os acontecimentos, porque, na época, Sr. Presidente, o que havia eram os grandes jornais.

Eu até me preocupei em trazer para os Anais da Casa os grandes jornais que funcionavam no Rio de Janeiro e que desapareceram. Não sei por que, mas desapareceram. Olha só: *Correio da manhã, O Jornal, Diário de Notícias, O Mundo, Diário da Noite, A Noite, A Tribuna da Imprensa, O Radical, O Imparcial, Diretrizes, Novos Rumos* – jornal comunista da época – o *Jornal do Commercio*, que ainda existe, mas que a gente sente que está caindo, caindo; *Última Hora*,

O Paiz, Folha Carioca, O Dia, A Notícia, que também já existiam na época. A verdade é que a imprensa do Brasil inteiro, a imprensa falada, a imprensa escrita, rádio e jornais... Porque televisão, nem se falava nisso! Ninguém acreditava em televisão.

No momento, eu sei que V. Ex^a falou para milhares e milhares de pessoas do seu Estado inclusive, e sei que no momento estou sendo ouvido e visto por milhões e milhões de pessoas em todo o País. É assim o progresso. Por isso, quando estou fazendo um discurso desta natureza, é porque não só as dezenas de Senadores estão me ouvindo não,

é porque os milhões de brasileiros estão prestando atenção, sobretudo os brasileiros da nova geração, que não conheceram esses fatos que se passaram na minha cidade, fatos políticos. Os universitários enchiam as galerias do Palácio Tiradentes, as galerias do Senado Federal, do Tribunal do Júri, porque era exatamente onde eles podiam aprender política, aprender a fazer política, que é uma condição inata de cada pessoa. Nós todos somos políticos, o homem é um animal político.

Naquela ocasião, Getúlio já tinha passado muitos e muitos anos no poder, já estava no seu segundo mandato, estava preocupado com a sua honra, em defender a sua honra. E, no dia anterior, dia 23 de agosto de 1954, um dia antes... Alguns dias depois desse fato ocorrido em 5 de agosto – estou indo para 23 de agosto –, o Líder da Oposição... Por sinal, ele foi meu professor de Direito Constitucional, era um grande constitucionalista, Afonso Arinos. E – que coincidência! – meu gabinete fica na Ala Afonso Arinos. Toda vez que saio, vejo lá: Afonso Arinos.

Eu estou devendo um pronunciamento ao Afonso Arinos. Foi meu professor, foi um grande Senador, foi Deputado Federal, era mineiro. Eu tenho que fazer esse pronunciamento e escolhi o dia de hoje, nesta sexta-feira, quem sabe em homenagem à juventude que aí está? Quem sabe? Homenageá-lo, ele, que foi meu professor de Direito Constitucional na UERJ.

No dia 23 de agosto, um dia antes do suicídio de Getúlio, ele fez um discurso notável. Eu citei o jornalista Villas-Boas Corrêa porque ele, há coisa de quinze dias, no seu artigo do *Jornal do Brasil*, lembrou que ele era representante do jornal na Câmara dos Deputados, no Palácio Tiradentes, e tinha assistido a Afonso Arinos pronunciar aquele que ele considera o maior, o melhor, o mais retumbante, o mais marcante discurso político brasileiro, na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, e que eu trago aqui. A tese principal, a que sustenta, é que estamos atravessando uma crise constitucional, mas não uma crise da Constituição.

Olha só que beleza. Estamos vivendo uma crise institucional, mas não uma crise das instituições. Essa é a tese fundamental, porque a Constituição está acima disso e tem remédio para isso.

Ele faz um belíssimo discurso pedindo a renúncia, isso no dia 23, do Presidente da República em nome do povo. Chega a citar o Presidente francês Jules Grévy, que, no século anterior, havia feito a mesma coisa quando descobriu que o seu governo estava dilapidado, havia renunciado. Ele estava pedindo a Getúlio Vargas para renunciar o mandato, que era a solução para que a crise brasileira não avançasse, pois o País poderia ter uma guerra civil. Um grande discurso, dia 23. Isso foi de tarde, Palácio Tiradentes.

Mas deixa lá que, de noite, ele reuniu o Ministério, Ministro da Guerra, Zenóbio da Costa, o general que esteve na Itália, Ministro da Aeronáutica, Epaminondas Santos, e vai por aí.

Ele está ouvindo todo mundo! A secretária particular dele, Alzirinha, da política particular, porque a secretária administrativa era D. Consuelo. Eles estão atentos para ver o que o Ministério diz. Como ninguém apresenta uma solução viável, como nenhum dos generais apresenta uma solução de salvação, ele fecha a agenda dizendo o seguinte: já que os senhores não decidem, eu decido. Eu vou decidir.

Encerra a reunião, sobe para o terceiro andar do Palácio do Catete, onde ele residia no Rio, recebe ainda a visita de um de seus irmãos, estroina, boêmio, gozador da vida, Beijamim Vargas, famoso na crônica social, que diz: “Fui convidado para ir depor no Galeão”. “Amanhã nós tratamos disso”. Assina duas cartas, deixa-as em cima da sua mesa de quarto, manda o contínuo retirar-se, veste o pijama e dá um tiro no coração.

Foi isso que aconteceu no dia 24 de agosto, às 7 horas da manhã. Esse foi o drama.

Depois do discurso de Capanema? Não, depois do discurso de Capanema, não. Depois do discurso de Afonso Arinos, esse professor, ex-senador? Não, também não. Esse discurso é perfeito, é maravilhoso. Ele até tentou renunciar a esse discurso. Ele até tentou dizer: não, esse não é meu. Mas é impossível, é um fato histórico.

Isso foi no dia 23. imediatamente, o fato tornou-se do conhecimento do Brasil inteiro, da América toda, de todo o mundo. E, no dia seguinte, quando Afonso Arinos tentou discursar, a Bancada do PTB se retirou inteiramente do Palácio Tiradentes. Se retirou, recusou-se a ouvi-lo, e ele desistiu de falar.

Em compensação, quem teria que falar em seguida? O líder. O líder dele teria que falar, usar a tribuna, explicar as razões pelas quais ele se matou e

defender a seguinte tese: ele se matou para defender sua honra; matou-se, saiu da vida e entrou na história para defender sua honra. Gustavo Capanema, um mineiro, o que foi Ministro da Educação.

Em seguida também um dos maiores oradores deste País, cuja leitura recomendo, que foi Rui Ramos. Ele é de Itaqui, no Rio Grande do Sul. Sei que o povo de Itaqui deve estar ouvindo o Senado. Ele faz um discurso extraordinário, num linguajar perfeito. Tão nobre discurso que o mostrei, neste pronunciamento, ao ex-Prefeito César Maia, do meu Estado. O César Maia, imediatamente, mandou tirar dez cópias para distribuir para os membros do seu gabinete. Dez cópias!

Por isso é que hoje, nesta tarde alegre,

mas silenciosa, em que estamos falando do passado, que nos deixa essas lições de vida e de comportamento, resolvi fazer este pronunciamento, pedindo ao Presidente que considere lidos esses três discursos, porque essa é a forma que terei de mandar publicá-los pela Gráfica do Senado: o de Afonso Arinos, o de Gustavo Capanema e o de Rui Ramos, pronunciados no Palácio Tiradentes, no dia 24 de agosto de 1954.

Enquanto isso, suicidou-se. Aqueles que já foram ao Palácio do Catete, estiveram no quarto dele, que foi mantido exatamente como no dia do fato. O próprio pijama dele, chamuscado, está lá, em cima da cama. Tudo conservado.

Aqueles que não foram, aconselho ir ao Rio de Janeiro, quando forem ao Rio de Janeiro. Não custa nada! Vão ao Palácio do Catete, terceiro andar, subam, vivam a história, aprendam um pouco sobre sentimento, que a honra está acima da presidência de qualquer coisa; a honra está acima da presidência de qualquer coisa!

Aconselho àqueles que me estão ouvindo. O Levy Fruet, lá de Rio Preto – vou citar dois nomes só –, e o Zequinha, lá de Rio Preto, do fim de Minas Gerais, não perdem um programa da TV Senado. A TV Senado é um veículo sensacional, esse é o termo, porque leva a palavra dos Parlamentares, dos representantes dos Estados a todos os rincões.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Não é necessário vir a Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a, há pouco, pediu que fossem inseridos aqui, nos Anais da Casa, três pronunciamentos, para que fossem considerados como lidos.

V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Isso é muito bom, Presidente, porque é uma peça rara e está incólume, perfeita, no original. Ela revela o que foi a maior tragédia

brasileira. Não conheço uma tragédia brasileira maior do que essa. Maior do que essa! E mais: o povo do Rio de Janeiro – e do Brasil, talvez –, antes do dia 24 de agosto, vituperava, estigmatizava, xingava; os jornais etc; mas o que se viam depois eram lágrimas, tristezas, desolação. Por isso, eu disse, em certa ocasião, que o povo, a multidão fluía, era volúvel. Exatamente por isso.

Eu compararia até a um time de futebol: está ganhando, ótimo, o técnico é ótimo; está perdendo, vamos liquidar com o técnico. É a psicologia das multidões. Gustavo Le Bon explica muito bem isso no seu livro clássico “A Psicologia das Multidões”.

Sr. Presidente, tenho a impressão de que já estou cansando V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a, jamais, com toda esta história de que V. Ex^a é testemunha viva, iria me cansar. Estou embevecido com seu pronunciamento.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Vou concluir, vou concluir, a fim de não exagerar o pronunciamento. Mas vou concluir, dizendo a V. Ex^a o seguinte: a história do Brasil foi toda escrita e vivida na cidade do Rio de Janeiro. Não tem conversa, já sustentei isso aqui, outros não reconheceram isso. Sei que o Brasil é muito grande, são 27 Estados, são 27 unidades da Federação, mas a história, a nossa história do Brasil foi toda escrita na cidade do Rio de Janeiro, as dramaticidades, os gestos heróicos, enfim, tudo aquilo que nos enobrece...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – ...nos orgulha e, às vezes, nos envergonha.

De maneira que quero, neste instante, pedir a V. Ex^a permissão para mandar publicar, em nossos Anais, os três pronunciamentos e enviar, oficialmente, ao jornalista Villas-Bôas Corrêa uma moção de congratulações, porque foi exatamente esse jornalista, muito jovem ainda, que assistiu ao discurso de Afonso Arinos, quando ele era credenciado do Palácio do Catete.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Há coisa de 20 dias – mais ou menos 20 dias –, no seu artigo, ele declarou – e também declaro agora – que este foi o maior discurso político que já se fez em nosso País.

Muito obrigado a V. Ex^a.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR PAULO DUQUE EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

GUSTAVO CAPANEMA

1910 - 1985

O ORADOR

Gustavo Capanema Filho nasceu em Pitangui (MG) em 10 de agosto de 1900. Transferindo-se para Belo Horizonte, ingressou na Faculdade de Direito, bacharelando-se em dezembro de 1924.

Retornou a Pitangui onde começou a advogar e iniciou-se na política elegendo-se vereador em 1927. Nomeado pelo Governador de Minas para o cargo de Secretário do Interior, após a revolução de 30, manteve intensa atuação entre as forças vitoriosas e os dissidentes de Minas.

Tomou-se político de absoluta confiança de Getúlio Vargas que, em 1934 o nomeou Ministro de Educação e Saúde. Em 1935 sua gestão caracterizou-se principalmente pela retomada das campanhas sanitárias, pelo início e término do Edifício-sede do Ministério e começo dos estudos visando a criação da Universidade do Brasil. Além de prestigiar técnicos nacionais e o grupo de artistas que construíram e decoraram o notável edifício do Ministério, que hoje tem o seu nome, Capanema não se encontrava mais à frente do Ministério quando de sua inauguração em 1945.

No campo da cultura, criou dois órgãos de nome e expressão: o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Instituto Nacional do Livro. Ainda como Ministro, em 1939, inaugurou a Faculdade Nacional de Filosofia de enorme influência na formação de professores.

Elegeu-se Deputado Federal em Dezembro de 1945 e na legislatura de 1951-1956 Vargas o indicou líder da Maioria. Ao contrário de Afonso Arinos, na legislatura anterior, Capanema acompanhou a maioria da Câmara ao votar favoravelmente à cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas. Durante a agosto de 1954 exerceu com altivez sua função de líder.

Senador por Minas em 1970, tentou ingressar na Academia Brasileira de Letras, sem sucesso, porém.

Faleceu no Rio de Janeiro em 10 de março de 1985.

SINÓPSE

O DIA 24 DE AGOSTO DE 1954, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

É enorme, incomensurável, a responsabilidade do líder da maioria naquele momento; contudo, desde o 5 de agosto achava-se preparado para o que acontecesse de pior.

Sobre a vida de Getúlio Vargas, diz apenas que foi marcada pelo ideal. Prefere discorrer sobre sua morte _____ antes, definindo, o homem de Estado. Indico as linhas mestras do homem de Estado: "Se a sua vida foi marcada pelo ideal a sua morte foi marcada pela honra".

Pinta o dilema que atormentava o Presidente quando surgiu e cresceu um cortejo de misérias, atormentando a opinião pública. Lembra as palavras do último encontro em que o Presidente, em infinita tristeza: "o principal agora é defender a minha honra".

D _____ sobre o tema; fala com amargura. É um orador eloquente, com vox clara, emocionada. Sabe que está falando para as futuras gerações.

É um discurso sentido, de um homem de Estado falando sobre outro homem de Estado. Uma obra prima de lealdade; numa fase de tanta deslealdade na vida pública brasileira. Vale a pena lê-lo.

Expediente do dia 24 de agosto de 1954

O DIA 24 DE AGOSTO DE 1954, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Discurso do Sr. Deputado Gustavo Capanema.

O Sr. Presidente - Dou a palavra, de início, ao nobre Líder da maioria, Sr. Gustavo Capanema.

O Sr. Gustavo Capanema Sr. Presidente, não é este o momento próprio para tratar da vida do Presidente Getúlio Vargas. Dela direi pouco. Direi apenas que foi marcada pelo ideal.

Conheci de perto o grande Presidente. Conheci a sua inteligência profunda, larga e sutil, inteligência política como nunca vi tão grande, capaz de discernir as melhores soluções nos momentos mais intrincados, capaz de divisar, no plano dos interesses do país, as soluções salvadoras, capaz de encontrar, em todas as circunstâncias em que estivesse em jogo a felicidade, o prestígio, a honra, o destino da Nação, o rumo popular e o rumo histórico, aqueles rumos verdadeiramente cheios de sabedoria. Ele tinha essa inteligência alta e notável.

Conheci-lhe de perto o coração, e nunca vi no seu semblante, em nenhuma circunstância a menor sombra de rancor, de ódio, de antipatia, de aborrecimento para com quem quer que fosse. Conheci-lhe o coração de perto, e posso dizer que era tão grande como o de Salomão. Esse coração que, segundo a palavra da Escritura, era extenso como a areia das praias. Na verdade, ele tinha sempre o coração inclinado para as soluções generosas, para as soluções de entendimento, de conciliação e de paz.

Nunca divisei nele, nem mesmo nas horas em que a ímpeto era justificável, o gesto ou a atitude de vingança. Ao contrário, o que constituía uma preocupação constante do seu coração era encontrar a ponte por onde chegar à alma do adversário ou do inimigo. Certa vez, Emil Ludwig perguntou-lhe se era grande o número de seus inimigos. A resposta é conhecida: "Eu não tenho nenhum inimigo do qual não possa amanhã tornar-me amigo".

Ele tinha, além dessa inteligência e desse coração, uma vontade de ferro. Era espécie desses homens que não querem muita coisa. Para o maior número dos problemas, admitia uma série de soluções. Não era teimoso, não era vaidoso e não se apagava à sua própria deliberação. Para a maioria dos assuntos, aceitava uma sem número de boas soluções. Ele aplicava a sua vontade apenas num pequeno número de problemas fundamentais. E aí tinha uma vontade realmente de ferro.

Neste ponto, é que nele surge o traço fundamental da mentalidade do homem de Estado. Homem de Estado não há de ser aquele que apenas tem um grande coração, não há de ser aquele que apenas tem uma grande inteligência. O homem de Estado tem de possuir uma grande, firme e poderosa vontade, a

vontade própria a fazer face as situações mais difíceis é a alcançar os objetivos visados. Era dessa natureza a sua vontade.

Mas dizia eu que a vida do Presidente Getúlio Vargas foi marcada pelo ideal. A grande inteligência, o grande coração e a grande vontade podem ser qualidades de um condutor qualquer de grande categoria. Nele, para conferir-lhe a categoria de homem de Estado, esses atributos foram reunidos para servir a um ideal político. Toda a sua vida foi posta a serviço desse ideal.

Poderíamos ficar aqui longo tempo, a indicar as linhas mestras, desse ideal : a felicidade dos trabalhadores, a unidade nacional, a glória da pátria, um sem número de idéias e objetivos que hão de constituir, daqui por diante, vasto campo de pesquisas e trabalhos dos biógrafos e historiadores.

Nessa hora, não cabe falar da vida do Presidente Getúlio Vargas. Delineio, quase que por um dever protocolar, apenas esses traços fundamentais da sua fulgurante figura.

Do que neste momento devo falar é da sua morte. Se a sua vida foi marcada pelo ideal, a sua morte foi marcada pela honra. Isto é o que deve ver, neste doloroso transe, o povo brasileiro. O Presidente Getúlio Vargas morreu pela sua honra. Assisti, nestes últimos dias, a todo o drama da sua alma. Desde aquela madrugada tenebrosa em que sucumbiu o major Ruben Vaz e em que um jornalista do nosso país foi atingido na sua liberdade, desde aquela trágica madrugada, o Presidente não perdeu a inquietação e o sofrimento. Disse-me, à certa altura dos acontecimentos que os seus maiores inimigos já eram os autores do atentado da Rua Toneleros. O Presidente porfiou, a partir dos primeiros momentos, por que os criminosos fossem punidos. Quis assumir pela maneira mais positiva e enérgica, a posição de vingador. Pouco se lhe dava os delinqüentes estivessem aqui ou ali. Pouco lhe importava que a suspeita recaísse sobre este ou aquele. O que lhe cumpria era que os criminosos fossem descobertos e a fúria da justiça sobre eles recaísse. Ele precisava defender a Presidência de quaisquer suspeitas, colocando-a a serviço da justiça.

Com o decorrer dos dias, a crise política se desenhou e foi-se agravando. Não era o atentado execrável, não era só a tentativa de homicídio e o homicídio consumado que se atiravam ao rosto do Chefe da Nação. Surgiu um cortejo de miséria, que foram envenenando a opinião pública. Ele sentia, já agora, uma necessidade maior de defender a dignidade da Presidência.

Outro dia desta tribuna, referi-me a um conceito que tem maior cabimento nesta oportunidade. Lembrei-me da lição de Bossuet, segundo a qual o Monarca do Mundo, a Divina Providência, quando confere a um governante o poder de governar, está como que entregando-lhe uma comissão particular. Quem governa está com uma comissão da Divina Providência. Quem governa há, portanto, de ter no governo um tal sentimento de dignidade, que se levante e se enfureça e se arme, e tome a atitude mais áspera e punitiva contra os autores de crimes nefandos, principalmente contra aqueles que maculam o nome e ferem a força do governo.

Vi o Presidente, nestes últimos dias, preocupado exclusivamente com esse lado do problema, preocupado com a defesa e dignidade da Presidência.

Ainda ontem, quando às duas horas da tarde conversávamos pela última vez, disse-me ele que a questão de ficar no governo lhe parecia secundária. A questão estava em defender a sua honra. Eu lhe disse então : “foi a atitude final de D. Pedro I : defender a honra”. Ele prosseguiu : “preciso defender principalmente a minha honra”.

Não posso sair daqui enxovalhado. Não posso sair daqui com a pecha de condescendente com a improbidade e o homicídio. Não posso sair daqui com desonra. Tenho de ficar aqui enquanto for necessário, para defesa do meu nome”.

Insistiu muito neste ponto.

Envoco o testemunho da Divina Providência. Estou relatando a verdade do nosso último encontro. Não sei como as coisas se desenrolaram nas últimas horas. Até agora, conversa aqui, conversa ali, não pude ainda construir o histórico dos acontecimentos da madrugada e da manhã de hoje, mas posso de tudo tirar uma conclusão inelutável : O Presidente sacrificou-se pela sua honra. O seu gesto, tão grave e tão claro, bem denuncia a sua última verdade. A Presidência, essa comissão particular de Deus, não se enxovalhou nas suas mãos. Nas suas mãos não se tingiu de sangue. Nas suas mãos não se manchou com a desonestidade.

O Sr. Lauro Lopes Muito bem.

O Sr. Gustavo Capanema Na verdade, o Presidente se sacrificou para que a sua honra não percesse.

Que maior Presidente poderá figurar na história do nosso povo ? Quem, dentre os governantes do nosso país poderá ficar acima dele ?

Na manhã de hoje, pela maneira mais trágica, pela maneira mais terrível, pela maneira mais espantosa, pela maneira mais incrível, pela maneira mais surpreendente, ele ergueu-se, ergueu-se sobre si mesmo, e atingiu a culminância dos maiores chefes de Estado da nossa história !

Esta é a homenagem que sinto o dever de prestar-lhe, nesta hora de dor. Não quero descer da Tribuna sem fazer veementes votos por que o Sr. Vice-Presidente da República, que já assumiu a chefia do governo, possa governar em paz, possa atravessar este tremendo momento numa atmosfera segura e tranqüila. Quantos já me disseram hoje que o ambiente poderá envenenar-se, que os acontecimentos poderão tornar-se perigosos, que a autoridade poderá entrar em crise, que os atentados poderão multiplicar-se, que as ruas poderão tingir-se de sangue ! Não posso deixar de erguer daqui a minha voz para conclamar o povo do nosso país para a concórdia, para a atitude generosa e fraterna. É preciso que saíamos da tragédia de hoje sem outros sacrifícios. É bem certo que, por mais pungente que tenha sido a derradeira mensagem do Presidente Getúlio Vargas, por mais cheia que esteja da sua dor e revolta, o que há nela de verdadeiramente central, de verdadeiramente positivo, de verdadeiramente culminante é o gesto pacificador. É a vontade de apagamento das ofensas. Se ele aqui pudesse falar agora, não diria senão palavras de compreensão e harmonia. Sr. Presidente, é com estas expressões, a um tempo de ordem emocional e política, que exprimo o estado de espírito da maioria da Câmara dos Deputados. *(muito bem, muito bem, palmas, o orador é abraçado).*

RUI RAMOS

2278/6
1909 - 1962

SINOPSE

O discurso de Rui Ramos explica inicialmente o motivo pelo qual a bancada do PTB se retirara do Plenário, no momento em que o líder da minoria, Deputado Afonso Arinos - que na véspera pedira a renúncia de Vargas - subiu a Tribuna para discursar em homenagem ao Presidente morto. É uma peça notória de extrema emoção e inspirada eloquência. Com a intuição política da gravidade dos acontecimentos, Rui Ramos, pela madrugada de 24 de agosto, conseguiu um lugar em um avião cargueiro e chegou ao Rio às 9 horas da manhã, dirigindo-se imediatamente ao Palácio do Catete, local da tragédia. Descreveu o quadro: "Eu o vi, logo ao chegar, estendido na cama. Ninguém diria que Getúlio Vargas estava morto. Vestido de preto, com a gravata bem atada, sapatos bem lustrados, fisionomia pálida, mas serena e tranqüila." Faz inserir em seu pronunciamento a famosa carta testamento em sua inteireza. Lembra a conceituação de um filósofo sobre o suicídio: suicídio fraqueza e suicídio força; estabelece o simbolismo dessa conceituação com a atitude do comandante de navio na hora trágica do naufrágio, trecho de rara beleza. Recorda os políticos gaúchos oriundos da zona fronteira de seu Estado. Mostra a contradição dos que se diziam democratas de ontem com os raivosos democratas de hoje. Descreve, de forma magistral, a figura do líder nacional da oposição sem citar o seu nome. Enfim, este discurso de Rui Ramos é uma lição de vida, uma aula de história e ressoa até hoje, pela tribuna do Palácio Tiradentes. É uma peça oratória com vigor, talento, emoção, cultura e grande eloquência.

O ORADOR

Rui Ramos nasceu em Itaquí (RS) em 08 de setembro de 1909 e bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1933. Advogado e promotor público em Alegrete (RS) elegeu-se no pleito de outubro de 1950 deputado Federal pelo Rio Grande do Sul na legenda do antigo Partido Trabalhista Brasileiro. Na eleição de 1954 tentou uma cadeira no Senado sem sucesso porém. Em 1958 elegeu-se novamente Deputado Federal pelo seu Estado e nessa legislatura integrou a Frente Parlamentar Nacionalista, organização interpartidária cujos objetivos eram combater a participação do capital estrangeiro na economia nacional e a remessa de lucros para o exterior, bem como defender uma política de desenvolvimento autônomo para o país.

Foi um parlamentar combativo e defensor permanente do Presidente Vargas. Foi orador dos mais brilhantes sempre marcando presença na Tribuna Parlamentar.

Faleceu juntamente com sua mulher Neite Ramos em desastre aéreo ocorrido no município de Guaíba (RS) no dia 21 de setembro de 1962 durante sua última campanha eleitoral.

Expediente do dia 24 de agosto de 1954**O DIA 24 DE AGOSTO DE 1954, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS****Discurso do Sr. Deputado Rui Ramos.**

O Sr. Presidente Tem a palavra o Sr. Rui Ramos.

O Sr. Rui Ramos Senhor Presidente, Senhores Deputados, para um rio-grandense, para um rio-grandense trabalhista, amigo de tantos anos do Presidente Getúlio Vargas, é tarefa sobremodo difícil e espinhosa usar da palavra, nesta oportunidade. Já que tenho o dever de fazê-lo em nome do meu Partido e dos rio-grandenses que represento nesta hora, devo iniciar o meu discurso com uma explicação pessoal, de que me considero devedor ao nobre patricio e eminente colega o Deputado Afonso Arinos. Nós os trabalhistas da bancada nesta Câmara já nos acostumamos a ver na pessoa do ilustre mineiro, uma das figuras mais expressivas da intelectualidade e dos quadros políticos do nosso país. Homem de talento excepcional, de equilíbrio e de tolerância, palavra serena e respeitosa que soube grangear nesta Casa e admiração e o apreço de todos os seus colegas.

O Sr. Afonso Arinos Vossa Excelência me permite um aparte ?

O Sr. Presidente Atenção ! Pediria ao nobre Deputado que não desse apartes, por ter sido previamente acertado que os oradores não seriam interrompidos.

O Sr. Afonso Arinos Peço desculpas a Vossa Excelência, Sr. Presidente e ao orador.

O Sr. Rui Ramos Ao iniciar o seu discurso, poderia Sua Excelência se ter sentido desconsiderado pela atitude que assumiu, naquele momento, a bancada trabalhista na Câmara Federal, retirou-se do plenário para não ouvir a homenagem de que Sua Excelência se fazia portador. Não foi feita, com essa atitude, nenhuma consideração pessoal ao nobre Deputado desejo frisar isto nesta oportunidade; mas Sua Excelência vinha à Tribuna para falar em nome de forças que chocaram profundamente o nosso coração nestes últimos tempos, forças que consideramos arbitrarias e revolucionárias, e que aquela eminente palavra representava. Mesmo sem saber o tom do seu discurso, mas simplesmente, porque ele iria representar uma homenagem de muitos que nós considerávamos hipócritas em face do cadáver do Presidente Vargas (palmas), nós nos furtamos ao prazer e ao privilégio de ouvir mais uma vez a sua palavra iluminada. Agora, meus caros colegas, que dei de público esta explicação ao nobre e eminente colega Sr. Afonso Arinos.

Cheguei esta manhã do Rio Grande do Sul. Quando senti ontem à noite que os acontecimentos se precipitavam e tomavam aspectos desagradáveis de possíveis violências, julgamos do nosso dever pessoal vir, mais uma vez, a esta capital, interrompendo aquelas atividades que nos haviam sido determinadas no nosso Estado, para nos colocarmos ao lado daquele em quem acreditávamos, e em quem depositávamos a nossa fé e a nossa esperança. Cheguei nesta capital tendo saído de Porto Alegre na madrugada deste dia num cargueiro. Já no aeroporto, exatamente às 9 horas, tivemos conhecimento da

tremenda fatalidade. Dirigi-me imediatamente ao Palácio do Governo, já transformado na casa funerária que detinha o corpo inanimado do grande Presidente. Ali passei a ouvir do eminente brasileiro, Sr. Oswaldo Aranha, o relato dos acontecimentos. O líder Gustavo Capanema já fixou este aspecto da tragédia : de que o Presidente Getúlio Vargas se suprimiu para salvar a honra de seu nome. Era exatamente isso que Oswaldo Aranha acentuava na explicação que me dava. Além disso, ele examinava aspectos verdadeiramente comoventes e grandiosos dos últimos instantes do grande brasileiro.

Presidiria a Sessão dos Ministros : discutia, com lógica e serenidade; examinara os problemas que lhe foram submetidos com equilíbrio que caracterizava a sua invulgar personalidade. A essa hora, já havia elaborado documento histórico que transmite de hoje à posteridade, já tinha meditado sobre ele, e consta Oswaldo Aranha que viu o Presidente Vargas reler o documento escrito, cujo conteúdo desconhecia, e que Sua Excelência ainda acrescentara uma vírgula em determinado trecho, a fim de que o seu pensamento ficasse devida e fielmente expresso.

Oswaldo Aranha, a certa altura da palestra que manteve com o Presidente, examinou a possibilidade de providências que poderiam ser tomadas, no sentido de superar a crise e evitar a violência e o derramamento de sangue e ouvir essa expressão do Presidente : “esse problema de sacrificio é só comigo; se alguém precisa se sacrificar, esse deve ser eu”.

Diz Oswaldo Aranha que entendeu que ele se referia à função, mas nunca à vida.

Em certo trecho, também, o Presidente teria dito que daquele palácio não sairia mais um presidente, sairia um cadáver. Ninguém atentou, como era natural, para a realidade daquelas expressões vigorosas, que já definiam, que marcavam uma decisão inabalável. Lá, então, tomei conhecimento do teor dos dois notáveis documentos deixados pelo Senhor Getúlio Vargas, com a sua assinatura, documentos que vão passar à história, um deles, com todos os característicos de um documento evangélico.

Vou ler à Casa esses documentos : que desejo, façam parte integrante do discurso modesto que pronuncio nesta hora. O primeiro é do teor seguinte : “as últimas declarações do Presidente Vargas”.

O Presidente Getúlio Vargas que faleceu na manhã de hoje, deixou as seguintes declarações ao povo brasileiro: “mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram novamente, se desencadeiam sobre mim.

Não me acusam, me insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei um regime de liberdade social. Tive que renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de

garantia do trabalho. A Lei dos Lucros Extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás, e mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

Assumi o governo dentro da espiral inflacionária, que destruía os valores de trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100.000 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma agressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o Povo Brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis a minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e por vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício nos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta.

Cada gota de meu sangue será uma chama imortal de vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio, respondo com perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo, de quem fui escravo, não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço de seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia, não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história”.

Além desse documento formal, o Presidente, no seu último momento, escreveu, à mão, num papel qualquer que estava ao seu alcance, mas estas palavras, produtos talvez do seu último solilóquio: “À sanha dos meus inimigos deixo o legado da minha morte. Levo o pesar de não ter podido fazer pelos humildes tudo aquilo que desejava”.

Desejei, Senhores Deputados, fixar estes aspectos para caracterizar bem a grandeza, o heroísmo, a nobreza, a superioridade moral, com que morreu o Presidente Getúlio Vargas.

Os suicídios têm sido objeto de debates inúmeros, através da história, da filosofia, da literatura e da ciência. Há quem considere o suicídio uma manifestação de desespero e de fraqueza. Houve, porém, um filósofo, que para

mim, sobre todos estabeleceu a conceituação mais feliz dessa tragédia do ser humano. Este pensador classifica os suicídios em suicídio de fraqueza e suicídio de força, e mostra como em oportunidades diferentes essas manifestações dos impulsos do ser humano. Se diversificam perfeitamente.

Ele estabelece como ilustração do seu pensamento as atitudes dos comandantes do navio que, em várias ocasiões, em pleno mar, na hora dos naufrágios, tomam a atitude de fraqueza ou atitudes de força. No primeiro caso, tem sido inúmeras as atitudes de comandantes de navios que, ao presentirem a tragédia, quando a água invade o casco do barco e não há mais salvação, fraquejam, se desequilibram na missão árdua que lhes cabe e se suicidam. Não tomam providências, não assumem o comando até a hora derradeira, mas fogem da vida pela porta mais fácil a da morte.

Na hipótese inversa, no suicídio da força, desse mesmo comandante, em face da fatalidade, assume mais do que nunca a direção do seu barco e comanda, e determina, e dá ordens, e estabelece medidas, e lança escaleres e evacua o barco e salva a tripulação. Saem, normalmente, primeiro, as crianças e as mulheres; depois, os velhos e os doentes; a seguir, os casados e, por fim, todos abandonam o barco. Permanece no comando da nave, apenas o capitão, sereno e seguro, na compreensão de sua responsabilidade. Por último, quando a nau afunda, ao ímpeto das ondas, o capitão arruma a farda, se alinha e, quase em continência, num tiro rápido, elimina a vida, preferindo morrer, elegantemente, no comando de um barco que ainda é barco, a fenecer trágica e prosaicamente, ao rolar das águas em nave que afunda.

O suicídio do Presidente Getúlio Vargas é deste tipo suicídio de força. O comandante conservou-se na direção de seu navio e discutiu até o derradeiro momento, presidiu a reunião de seus auxiliares, examinou aspectos jurídicos e constitucionais que lhe eram submetidos, resolveu todos os problemas e só se retirou da mesa redonda quando todas as questões. Para os demais, para seu país, para a tranqüilidade de seu povo, todas as providências enfim estavam tomadas. Apenas ele, na sua grandeza, não deveria rolar na desonra do tumulto das ondas. E, então, só, em seu quarto, elimina a vida, na integridade de seu físico e de sua discreta elegância.

Eu o vi, logo ao chegar, estendido na cama. Ninguém diria que Getúlio Vargas estava morto. Vestido de preto, com a gravata bem atada, os sapatos bem lustrados, fisionomia pálida, mas serena e tranqüila. Normalmente estendido, um pouco oblíquo do travesseiro aos pés da cama. Essa era a atitude de quem morria, porque precisava morrer, assim, como uma reação, como um exemplo, como um simbolismo na história de seu país e de suas lutas sociais.

Precisamos de líderes que vivam, o povo precisa de líderes que saibam viver, que tenham dignidade para viver, mas estes líderes que vivem não são os líderes que ficam. Há líderes que vivem intensamente, mas não permanecem na consciência e no coração da história. O líder, para se definir nessa condição, para se caracterizar nessa atitude, precisa saber morrer. O grande líder é aquele que morre e se conserva líder no futuro. O líder é aquele que, na hora extrema da tragédia e do naufrágio, ainda sabe pensar alto e longe para transmitir sua mensagem na estrada do porvir.

Há extraordinária similitude entre a morte heróica do Presidente Getúlio Vargas e a morte evangélica do Nazareno, na cruz.

Neste documento, temos, em várias passagens, admirável coincidência. Cristo disse, vendo aquela massa reacionária e ululante, que ainda lhe cuspiam no rosto e blasfemava de sua tragédia : - “Pai, perdoa-lhes porque não sabem o que fazem”.

E Getúlio Vargas : - “Ao ódio, respondo com o perdão”.

Até no ponto fraco desse documento, Getúlio Vargas se identifica com o grandioso Evangelho de Cristo.

O ponto que me parece de fraqueza, no teor do documento, é aquele em que o imortal brasileiro afirma que suportou em silêncio tudo, esquecendo, renunciando a si mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado.

Pensou o Presidente naquela hora, quando se viu só, no seu quarto, quando se encontrou sozinho, cercado e acuado, por todos os lados, pensou o Presidente que o povo, o seu povo, especialmente os humildes, que o elegeram sempre, que esse povo estava desamparado. Também Cristo, na cruz, teve esta mesma fraqueza, quando, sofrendo as tremendas dores, desejou que Deus fizesse passar dele o cálice e exclamou ao Todo Poderoso : - Pai, Deus meu, Deus meu, porque me abandonaste ? Cristo, o filho de Deus, na hora de sua tragédia, naquele dualismo terrível de ser, ao mesmo tempo, homem e Deus, Cristo se sentiu abandonado. Getúlio Vargas, também nessa hora de tragédia de sua vida, nesse solilóquio que tem feito a imortalidade de poetas e filósofos que fixam esse instante alucinante da psicologia humana, admitiu a hipótese de que ele e seu povo estariam abandonados.... Mal sabia o Presidente, ou bem sabia ou deveria saber, que sua bandeira de reivindicações sociais, que sua luta que dignificou o trabalho do Brasil, nobilitou primeiro a sua vida pública do país, quando lhe deu o voto secreto e permitiu a livre manifestação do pensamento na democracia brasileira. Bem sabia ele que não ficaria desamparado, porque aí estão as leis sociais e, especialmente a consideração, afinal, dada aos trabalhadores do Brasil, a essa massa popular que só Getúlio Vargas começou a transformar em povo, pela consciência dos seus direitos e de suas responsabilidades. E hoje, no Brasil, já há de fato um povo que seguirá pelo tempo dos tempos. Isto que ele disse, que seu nome se transformaria em bandeira, isto há de seguir de fato a trajetória do povo no caminho da história e ninguém quitará nas mãos e no coração do povo brasileiro essa bandeira que Getúlio Vargas ergueu através de toda a sua vida, de sua ação política e social.

Nós, amigos do Presidente Getúlio Vargas, seus correligionários, que acreditávamos nele sinceramente; nós, que o seguíamos, sem precisar dele para nada; nós, que empunhamos também a sua bandeira para servir às suas idéias e não para nos servirmos dela; nós que somos homens de responsabilidade, profissionais independentes, que só temos colaboração e concurso a dar a partidos políticos; nós, que não precisamos de partido político para viver e nos sustentar; nós, que acreditávamos num homem pelo seu valor, pela sua segurança, pela sua intrepidez, pela sua sinceridade; nós que convivíamos com ele, não podemos deixar de sofrer as dores que o abatiam e

que se multiplicaram nesses últimos tempos. E daí resultam as mágoas que nós, trabalhistas, guardamos de alguns partidos políticos, de alguns homens, de algumas correntes de opinião, de alguns setores do País. A primeira mágoa que nós guardamos é o desrespeito com que foi tratada a liderança autêntica do Senhor Getúlio Vargas. Admitimos que as oposições e seus inimigos não respeitassem pessoalmente; mas nós nunca podíamos conformar-nos que as oposições nos desrespeitassem a nós, povo, desrespeitando o grande brasileiro. Se essas forças não se considerassem devedoras de respeito ao seu nome, à sua idade e ao seu passado, nós, esperávamos ao menos que elas se considerassem devedoras a nós, parcela respeitável e majoritária da opinião pública que conseguimos, em pleito memorável e a voto livre, eleger e reeleger o Presidente Getúlio Vargas no comendo do Brasil. Um outro desrespeito que atingiu o profundo das nossas emoções, em relação ao Presidente Getúlio Vargas, foi o tipo da bandeira e da liderança que as oposições no Brasil ergueram para se opor e contrapor à liderança do Presidente Getúlio Vargas. Se as oposições tivessem tomado para o seu comendo um homem da envergadura moral e mental de um Afonso Arinos, de um Raul Pila, de Flores da Cunha, ou de outras figuras desse mesmo quilate e dessa mesma grandeza moral, nós teríamos respeitado essa oposição e esse confronto. Mas aquilo que mais nos doeu nestes últimos tempos, aquilo que representou um tripúdio sobre a nossa consciência e os nossos sentimentos de afeição e identidade política, foi exatamente o tipo de liderança escolhida por essas forças opositoras para contrapor à figura do nosso líder nacional. As oposições tomaram para a sua bandeira um moço meio paranóico, meio iluminado; meio demagogo, meio psicopata, de talento invulgar e por isso mesmo, de periculosidade extraordinária; um homem que tem sido o vento de todas as tempestades que, ultimamente abalam o Brasil; homem que tem usado a arma mais perigosa, que é a arma verbal, porque é uma arma irresponsável, é uma arma incontível, é uma arma cujos efeitos e cujos golpes ninguém pode prever, nem conter e nem deter. Assim, as oposições fizeram deste tipo de liderança irresponsável a bandeira das suas atividades. E houve até um Senador da República, líder católico, homem de grande projeção moral, que declarou, pela imprensa, que esta era realmente, a sua bandeira, o guia do seu pensamento e das suas atitudes políticas. Isto nos doeu sempre, porque não nos podíamos conformar coma enxurrada de desaforos e violências e escândalos e injúrias e infâmias e difamações que se derramou, de extremo a extremo, neste país, como uma onda de veneno que contaminou todas as classes, envenenou a mocidade, e intoxicou grande parte das Forças Armadas, transformou as oposições num foco de animosidades e de ódios e chegou ao cúmulo de penetrar no seio da própria Igreja de cujos púlpitos e de cujos prelados passamos a ouvir também aquelas mesmas ofensas, aquelas mesmas palavras, ditas com o mesmo tom de irresponsabilidade e de ultraje com que aquela bandeira alucinada mantinha acesa a sua campanha de deboches e de atritos. Meus nobres colegas, lamentamos que, nesta hora em que aqui nos reunimos para prantear, sem cores partidárias, a morte trágica de uma grande homem, tenhamos de estar revivendo esses fatos que têm dividido os brasileiros. Mas desejo que todos

compreendam as dores sagradas que sentimos nesta oportunidade, porque, em Getúlio Vargas, nós trabalhistas, não perdemos apenas o Presidente que elegemos pelo nosso esforço e pelo nosso sacrifício; não perdemos apenas aquele amigo sereno e orientador; aquela palavra segura e equilibrada que era o guia das nossas atividades públicas; perdemos também a bandeira das nossas idéias, que esperávamos levar pelo futuro, até a concentração definitiva desse sonho de justiça social no Brasil. Nestes últimos dias a palavra de ordem era uma só no Brasil : primeiro, essa palavra de ordem surgiu em letras garrafais no panfleto da liderança opositora Renúncia ! Esta palavra, alimentada pelo rádio pago, correu célere no Brasil do reacionarismo, e ela, de quebrada em quebrada, de cidade em cidade, quase tomou conta do Brasil, envenenando todas as camadas. Renúncia ! a palavra que se propalava.

Nós, trabalhistas democratas, entendemos sempre que só há um caminho e uma linha reta entre o povo e o governo : o voto popular. O voto livre do povo é a única estrada capaz de conduzir os partidos políticos ao comando da sociedade.

Tudo que for fora disso, tudo que quiser usar a violência, inclusive das armas, que só devem ser utilizadas para a segurança do Povo e a defesa da sua soberania, tudo que não seguir este caminho é desvio arbitrário e imoral do sentido da democracia. O que nos surpreende é que aqueles mesmos elementos que no passado pregavam e bradavam da tribuna e da imprensa contra a ditadura do Senhor Getúlio Vargas, agora, no governo democrático do mesmo, queiram transformar, pela renúncia, o mandato popular numa oportunidade de golpe ditatorial. Esta palavra de renúncia começou primeiro naqueles poucos que estavam possuídos da alucinação opositora e depois foi se esparramando em toda a parte. Chegou até a atingir o próprio equilíbrio e a própria serenidade do Vice-Presidente da República, que se sentiu no dever de ir ao Senado para comunicar ao povo que havia sugerido da sua parte que o Presidente da República renunciasse. E entendeu o nobre cidadão que hoje assumiu a Presidência da República que com isto teria feito um acontecimento extraordinário; dar comunicação ao povo que o elegeu de que havia ele oferecido seu cargo juntamente com o de seu Presidente para, dizia, restabelecer, a harmonia e a tranquilidade na família brasileira. Além dessa, ainda ouvimos da tribuna do Senado o próprio líder de nosso partido se manifestar pela renúncia. O que me surpreendeu é que alguém no Brasil quisesse dar essa lição de renúncia àquele homem que passou sua vida renunciando, que renunciara uma vez e se retirara para a sua fazenda num deserto, donde o povo foi buscá-lo contra a vontade dele para voltar a ser Presidente desta República. O Presidente Getúlio Vargas não precisava de lição de renúncia de ninguém e se alguém teve dúvida no passado, hoje, não poderá mais tê-la, porque ele renunciou agora não ao cargo, mas a vida.

Era preciso a renúncia do cargo para tranquilizar a família brasileira. Ele foi mais além. Não se conformou com a renúncia do cargo, porque a renúncia do cargo não tranquilizaria a família brasileira enquanto ele fosse líder das massas do País, enquanto ele representasse essa bandeira de reivindicações

populares e detivesse na mão esse prestígio inigualável e insuperável que o elegeu toda a vida. Enquanto isso acontecesse, sua renúncia do cargo não satisfaria as forças reacionárias e opositoras e certa imprensa tumultuária e irresponsável que, desta capital, vive a tumultuar e a conturbar a vida deste pobre País.

De modo que o Senhor Getúlio Vargas satisfez mais do que desejavam aqueles que queriam a sua renúncia. Não renunciou apenas o cargo, renunciou a própria vida. Eliminou-se, suprimiu-se do cenário nacional; e, agora, esperamos que eles estejam tranqüilos e satisfeitos depois de atendidos nesse seu reclamo de tranqüilidade nacional. O Presidente eleito pelo voto direto e soberano do povo era a intranqüilidade. Não há mais esse homem, desapareceu o Presidente, e nós estamos aqui para desejar que o Brasil, de agora para diante, entre na sua tranqüilidade absoluta, se restabeleça, se restaure, porque desaparece, no conceito dos inimigos, aquele que representava a discórdia.

O Senhor Getúlio Vargas quando renunciou pela primeira vez escreveu uma frase que vai continuar acompanhando toda a trajetória da sua projeção no tempo. Foi aquela frase imortal em que ele disse: "A história falará por mim". A história, de fato, há de falar por ele. Amanhã, nós rio-grandenses trabalhistas pretendemos levar o seu corpo desta Capital para sepultá-lo em São Borja, a terra natal do Presidente, que o viu criança e que agora vai recebê-lo morto. Vamos recolher o seu corpo ao túmulo nas campanhas rio-grandenses. Daquela mesma região na fronteira do Rio Grande do Sul saíram, no passado, figuras notáveis que influíram no pensamento rio-grandense e depois se transbordaram no país. Da mesma fronteira, de Bagé, saiu o maior tributo do Brasil, Gaspar da Silveira Martins, de São Gabriel saiu Plácido de Castro, que foi exercer a sua liderança no Acre. Da fronteira do Rio Grande do Sul, saiu Assis Brasil filólogo, diplomata, chefe de partido, líder nacional, homem de idéias e de pensamento, que traçou rumos a existência de nosso país. Da fronteira de Livramento, saiu aquela figura iluminada de caudilho que foi David Canabarro, herói da Epopéia Farrroupilha. Das barrancas do Uruguai, para projetar-se no Brasil, saiu o próprio morto, o Presidente Getúlio Vargas. Da minha terra, de Alegrete, partiu Demétrio Ribeiro para a luta da batalha republicana, e recentemente ainda saiu de lá Oswaldo Aranha, que, de Prefeito da nossa cidade, se transformou no Presidente das Nações Unidas.

De modo que a fronteira rio-grandense, que tem, hoje, como símbolo do passado e das suas tradições, essa figura viva do nosso colega Flores da Cunha, que lamento não esteja sentado na sua cadeira cativa; essa mesma fronteira rio-grandense vai abrigar, agora, em seu seio, o Presidente morto. Mas, como aquele mesmo Cristo que ressuscitou na cruz, o homem não vai morrer lá, não vai ficar enterrado na fronteira oeste, na cidade de São Borja. As suas idéias fugirão ao túmulo, às páginas dos seus ensinamentos serão lidas na história das gerações, esses documentos finais da sua tragédia rolarão de mão em mão, de escola em escola, e os filhos desta geração, os filhos e os netos dos seus próprios inimigos, amanhã, no futuro, estarão a cultuar aquele homem que não conheceram e que os seus pais e os seus avós odiaram, mas que a história perpetuou para a eternidade.

Visitei, meus senhores Mout Venon ao lado de Washington. Quis ver, ali a casa

em que viveu o homem injuriado da civilização norte-americana; quis ver de Jorge Washington o seu escritório, a sua biblioteca, o quarto em que dormiu, os galpões dos seus escravos e lá vi a casa transformada em um museu.

Perguntei, na porta, quantas pessoas entravam por ano naquela casa? Informaram-me 500.000 visitantes anuais; gerações inteiras que passam na casa de Jorge Washington, aquele mesmo que a imprensa opositora de seu tempo chamou de um homem que havia transformado a República na maior degradação e na maior imortalidade.

Assim, os grandes homens, de fato, precisam de história. Isso que Getúlio disse, que a história falaria por ele, é uma tremenda verdade. Sobre os grandes homens só há uma palavra que deve ser ouvida no tempo: é a palavra da história. Getúlio Vargas precisa dessa palavra da história. Com o tempo ele ressuscitará para as novas gerações e, desaparecido o ódio e extintas as paixões e a demagogia, então o grande brasileiro será o símbolo de uma época neste país e mais um dos patriarcas da nossa nacionalidade.

Finalmente, meus caros colegas, nós trabalhista, desejamos de público agradecer ao Presidente Getúlio Vargas o sacrifício da sua vida e da sua morte. Nós consideramos do nosso dever dizer-lhe esta palavra final de reconhecimento. Nós, na vida pública, vivemos a nos queixar dos insucessos, das dificuldades, das mágoas, das incompreensões, das calúnias que nós pobres mortais pequeninos colaboradores da obra humana, sofremos na nossa trajetória.

Getúlio Vargas, com seu exemplo de sacrifício total e da renúncia completa, deu aos seus patrícios e aos trabalhistas esta lição de consagração à causa pública de que tanto necessita este país. Se há alguma coisa de que o Brasil necessita agora é exatamente dessa consagração e sacrifício. Se nós nos aglutinarmos com sacrifício e consagração à cauda pública deste país, poderemos transformar o Brasil, em poucos anos, na maior potência, na maior civilização na América e no mundo.

Sirva a renúncia tão solicitada do Presidente Vargas, sirva o sacrifício da sua vida e do seu sangue, da sua carreira que ele mesmo cortou no momento em que entendeu necessário, sirva este exemplo a nós, trabalhistas e à geração que nos há de suceder; sirva este exemplo para nova luta, para novas batalhas em favor do povo que tanto precisa de nós como tanto precisou dele. *(Muito bem, muito bem. O orador é abraçado).*

AFONSO ARINOS

O ORADOR

Quando foi aberta a 109ª sessão, em 23 de agosto de 1954 no Palácio Tiradentes o Presidente efetivo da Casa, Dep. Nereu Ramos achava-se ausente do Rio. Coube ao 1º Vice presidente, Dep. José Augusto, presidir a sessão. Havia grande expectativa sobre o anunciado pronunciamento do Dep. Afonso Arinos, líder da Minoria, isto é, líder da oposição.

O Deputados, inicialmente ausentes, tomaram assento no Plenário, menos os integrantes da bancada do PTB que, embora na Casa, assumiram um papel de repúdio à presença e à palavra do líder da oposição.

Afonso Arinos afirma desde logo, inspirado no seu vasto conhecimento jurídico, que o País atravessava uma crise constitucional mas não uma crise da Constituição; que o País vivia uma crise institucional, mas não uma crise das instituições. Explicou então, a diferença dos conceitos e lembrou a responsabilidade de todos os mandatários do poder que a Nação não poderia naufragar na anarquia, na desordem, no caos. Lembrou os pronunciamentos apreensivos e confiantes de autoridades civis e militares do Brasil inteiro, falou sobre o reconhecimento do povo brasileiro a nova geração das Forças Armadas que hoje detém a Guarda da Bandeira e a honrado País. Discorreu sobre o papel histórico do exército desde o episódio do "Fico". Enfatizou com veemência que ele não era uma voz isolada nem era apenas o líder da oposição mas representava inúmeras correntes da opinião pública dentro e fora da Câmara dos Deputados que esperavam, clamavam e exigiam uma solução seja qual fosse para o País reencontrar a paz e evitar a pior das guerras que é a guerra civil de imprevisíveis conseqüências.

Evoca o episódio ocorrido com o Presidente francês Jules Grevy que em 1887, compreendendo a necessidade de restaurar a paz, de reencontrar o país a honra e a dignidade, mandou à República Francesa a carta de sua renúncia.

Quanto ao momento em que pede a renúncia ao Presidente Getúlio Vargas, não quero privar aqueles que lerem o discurso de apreciarem o texto de beleza, vigor, angústia e notável eloqüência.

Afonso Arinos de Melo Franco, nasceu em Belo Horizonte no dia 27 de novembro de 1905. Durante a infância, Afonso Arinos morou em Belo Horizonte, passou depois um ano na Europa com a família. Ingressou mais tarde na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, dedicando-se seriamente aos estudos jurídicos e à literatura. Interrompeu o curso para acompanhar o pai em missão diplomática na Europa, convivendo assim com a evolução da política internacional da época. De volta ao Brasil, retomou o curso de Direito, diplomando-se em 1927. Exerceu por curto período o cargo de Promotor de Justiça em Belo Horizonte, onde casou-se com Ana Guilhermina, neta do ex-Presidente da República Rodrigues Alves. Além de competente professor de Direito Constitucional, em cátedras conquistadas por concurso público, ministrou cursos e conferências em Universidades do Brasil e do exterior. A partir de 1945, ingressou na política em Minas e nas eleições de 1947 elegeu-se 1º Suplente. Convocado, iniciou uma brilhante trajetória na política, na diplomacia e na literatura. Foi Deputado Federal várias vezes, Senador, Ministro de Estado e membro da Academia Brasileira de Letras. Sua história é longa e não cabe nesta simples apresentação. Contudo, foi um dos que manifestou-se no segundo semestre do ano de 1947 e nos debates internos de seu Partido a UDN, contra a cassação dos mandatos dos integrantes da bancada do Partido Comunista do Brasil e no ano seguinte, coerente com esta opinião, votou em Plenário contra a medida aprovada em janeiro de 1948 pela maioria dos Parlamentares.

Como Ministro das Relações Exteriores, no Governo Jânio Quadros, o então Ministro da Economia de Cuba, Ernesto Che Gevarra, foi condecorado com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, levando a Câmara dos Deputados a convocar Afonso Arinos para prestar esclarecimentos sobre sua atuação no episódio. Mas esta é outra história.

Faleceu em 28 de agosto de 1990 no Rio de Janeiro, em pleno exercício do mandato de Senador.

Discurso pronunciado pelo Deputado Afonso Arinos - Líder da minoria (oposição) em 23 de agosto de 1954, no Palácio Tiradentes.

Sr. Presidente, solicito da generosa bondade dos meus pares, que limitem as intervenções ao meu discurso aquilo estritamente necessário ao seu encaminhamento ou à sua correção, e prossigo, exprimindo o ponto de vista de que nos investimos neste momento, em face da situação política nacional.

O que desejamos, o que pretendemos, aquilo em que insistimos particularmente é em salientar que estamos atravessando uma crise constitucional, mas não uma crise da Constituição; estamos vivendo uma crise institucional, mas não uma crise das instituições. Esta diferença é mais significativa do que poderia parecer. Não é um simples jogo de palavras. O que desejo acentuar aqui, é que qualquer Estado, principalmente qualquer Estado de direito, principalmente qualquer regime político que se moldure e que se reja por determinados princípios jurídicos, deve, invariável e infalivelmente, atravessar crises institucionais e crises constitucionais, abalos, perturbações, vacilações. Mas, Senhor Presidente, é absolutamente injusto e, mais do que isto, extremamente errôneo e perigoso confundirmos, nós outros, aqueles a quem o destino e o mandato do povo entregou uma parte de responsabilidade na vida pública, essas crises que se desenvolvem dentro do funcionamento específico das instituições, com o colapso delas, com o desaparecimento delas, com o naufrágio delas e com a entrega do País à anarquia, ao desgoverno, à desordem e à abolição da autoridade. Não estamos atravessando um colapso da Constituição, e quem o diz não sou somente eu, Senhor Presidente. Quem o declara são as autoridades públicas: quem o repete, são os boletins oficiais emanados de diversas fontes que detêm as responsabilidades do Poder; quem, afinal de contas, o corrobora e o reitera, são as Forças Armadas, nos seus pronunciamentos, nas suas declarações, nas suas manifestações uniformes, convergentes e tranquilizadoras. Devemos - e desejo, antes do mais, exprimir a admiração do povo brasileiro, que acredito sinceramente, no momento fala pela voz deste seu humilde representante - devemos expressar mais uma vez o reconhecimento e a admiração do povo brasileiro para com esta geração das Forças Armadas nacionais, distribuídas nos seus três ramos - Exército, Marinha e Aeronáutica - na afirmação solene e no reconhecimento singelo e confiante de que esta geração que hoje detém nas suas armas a guarda da bandeira e a honra do País, não desmentiu e não contrariou as tradições que constituem mais do que o imarcescível tesouro de guerra das nossas tropas, na frente externa e na vida internacional, o seu permanente tesouro

de paz na frente interna e na vida nacional. O papel das Forças Armadas na vida brasileira, tem sido, desde o despontar de nossa Independência, desde o dealbar de nossa nacionalidade, desde a aurora de nossa emancipação, o papel de desprendimento, vigilantes da lei e o papel de mantenedoras intransigentes do poder civil. Assim foi, Senhor Presidente, antes da Independência, no turbulento, no turvo episódio do "Fico", em que as Forças Armadas sustentaram, contra o incitamento insolente e a provocação inaudita da política portuguesa, a necessidade de manutenção do governo nacional, sem se investirem desse poder e sem se assenhoriarem desse governo.

Continente. Assim foi quando levamos nossas tropas vitoriosas pelas planícies do Uruguai, e pelas ruas de Buenos Aires, aonde derrubamos a ditadura sangrenta de Rosas. Assim foi no decurso da Guerra do Paraguai, aonde a luta, aonde o esforço, aonde a pertinácia, aonde o empenho continuado, aonde o sacrifício sangrento daqueles que se encontravam nos charcos do Paraguai, jamais fizeram esquecer aos detentores do poder militar a necessária soberania do poder civil. Podemos lembrar, aqui, no discurso admirável de Germânico, às legiões da Gália, de que Tácito se faz o intérprete e o preservador, quando o general romano em face de suas legiões alçadas e alvoroçadas, dizia a seus soldados que reclamavam a necessidade do retorno a Roma, para participarem daquilo que eles consideravam os benefícios do poder, chamava a atenção, num modelo de eloquência militar e da declaração política a seus soldados que o poder era o de Roma e que as legiões só se cobriam de glórias, nas fronteiras, à medida que compreendessem a verdade de que o poder estava nas mãos do povo e de seus legítimos representantes. Assim fizeram as tropas brasileiras no Paraguai. Assim fez o Exército, quando, na alvorada de 15 de novembro, exterminou com o decadente regime monárquico e implantou a forma republicana. Assim fez o Exército na Revolução de 1930, em que vieram do Sul, as legiões armadas, em que se desagregou o poder federal e em que se demoliram, em que se derruíram as autoridades estaduais: entregaram as tropas àquele que tinha mais responsabilidades civis e mais possibilidades e mais evidência de ter sido o escolhido do povo. Assim foi, em 1932, assim mesmo, num dos erros de sua história e num dos momentos de transviamento de sua carreira, procederam as Forças Armadas, na triste madrugada de 10 de novembro de 1937. Porque o que é específico, o que é peculiar, o que é inseparável das tradições das Forças Armadas brasileiras é a adesão a certos princípios gerais, a crença* em certas soluções teóricas, sem jamais colocar esses princípios gerais e essas soluções teóricas ao sabor dos interesses

privatistas e ao serviço das cupidezes individuais .

Na verdade, o que levou as classes armadas, em 1937, a destruir o regime da Constituição de 1934, foi a confiança, a crença, a adesão, a convicção de que o mundo entrava numa nova fase histórica, em que a democracia não era a democracia dirigida, mas a democracia dirigente, não era a democracia conduzida pelo povo, mas uma espécie de democracia autocrática que conduzia o povo. Confiantes no exemplo que, sobre esta matéria, nos forneciam alguns dos países mais avançados do mundo, acreditaram as Forças Armadas brasileiras ter chegado o momento de nosso País participar disto que se supunha ser, então, um movimento de renovação histórica. Isto, porém, não alterou, não contrariou, não transfigurou, não modificou, de maneira alguma, a tradição de desprendimento e a tradição de independência de nossas Forças Armadas, visto como o golpe militar foi dado para que se entregasse, se conservasse, se mantivesse o poder entre as mãos das autoridades civis.

Assim foi que, finalmente, em 29 de outubro de 1945, as Forças Armadas Brasileiras, seguindo mais uma vez seus destinos gloriosos, servindo mais uma vez de exemplo, que nos edifica, que nos honra, que nos orgulha, levantando novamente nosso nome e nossa bandeira na História continental, derruíram um Governo que tinha traído os compromissos de sua própria ascensão, destruíram uma situação que se tornou incompatível com os princípios mesmos que o haviam levado ao Poder.

Na hora oportuna, entretanto, no momento exato, no instante crítico, na situação iminente, trouxeram ao Poder as autoridades civis.

Estou em acreditar, estou em afirmar, não me parece insensato dizer que, de todos os povos do Ocidente, o único povo em que as Forças Armadas tem tido influência tão continuada e tão importante nos acontecimentos da vida política, e nunca se serviram desses acontecimentos para o próprio benefício e para o próprio poder, esse povo é o brasileiro, essa História é a nossa, essa Nação é o Brasil. (*Muito bem. Palmas*).

Nestas condições, insisto em dizer que aqui manifesto, em nome do povo brasileiro, que neste momento represento, porque não falo em nome de facções políticas, nem em nome de correntes partidárias ao emitir esta opinião; manifesto, em nome do povo brasileiro, a tranquila confiança do nosso povo na ação das Forças Armadas desta geração, que não desmentirá a invariável ação das Forças Armadas das gerações que nos precederam.

Sr. Presidente, dizia, portanto, que nos encontramos numa crise constitucional, mas não numa crise da Constituição . Crise constitucional é aquela que freqüentemente se deflagra pela desarmonia aparente, pelo choque superficial, pela contradição de primeira vista entre os dispositivos da Constituição: mas a inteligência política, o engenho dos homens públicos se manifestam e se realizam em toda a sua plenitude precisamente nestas horas, porque, se os textos constitucionais tivessem a faculdade de prever e

de regular automaticamente todas as eventualidades da vida nacional, então não necessitaríamos dos corpos políticos que viessem dar enchimento aos vãos dessa mesma vida política e aos colapsos da Constituição. O que nos compete é resolver a crise constitucional sem sair da Constituição; o que nos compete é restabelecer o funcionamento das instituições sem demolí-las, sem destruí-las, sem fazer com que elas tombem ao peso do seu próprio esforço.

Não é como membro de um partido político que assim falo. Não é como representante e condutor de uma das correntes políticas em que se divide esta Casa do Congresso que assim me exprimo. Falo, Senhor Presidente, não apenas porque estamos no centro de um torvelinho que envolve toda a Nação, não apenas porque estamos no ponto de convergência de temporais e de tempestades que cobrem toda a vida do País, mas também porque a destruição da Constituição, porque o desaparecimento das instituições não aproveitará a nenhum e nós: **de nada servirá para o País, para os políticos, para as Forças Armadas, para todas as demais forças sociais que compõem o organismo nacional. Ao contrário, vai-nos lançar a todos em uma luta cujo princípio nós desvendamos e podemos lobrigiar muito bem, em uma luta que é como uma comporta que pudéssemos abrir, mas como uma represa que não mais pudéssemos fechar. Esta luta fará, Senhor Presidente, com que este País, que se tem sabido manter íntegro nas suas forças e tranqüilo nos seus direitos, através do engenho dos seus políticos e da honra das classes armadas se afunde na mais tremenda catástrofe da sua História, catástrofe em que todos teremos de tomar posição. Eu aqui digo que já tomei a minha, e digo que, como qualquer um de Vossas Excelências, já tenho pré-determinada minha posição. Mas, Senhor Presidente, uma posição que nos lançará em uma nova Espanha, uns contra os outros e todos contra o País.**

Portanto, quando digo que falo em nome da Nação, ao declarar que o movimento, dentro do qual estamos e para o qual convergem todas as forças da alma nacional e que solução deve ser dada a esta crise, refiro-me a solução que corresponda a todas as possibilidades do engenho do mundo político, e da prudência e honra das Forças Armadas.

Estou dizendo isso, Senhor Presidente, em nome da Nação, que será engolfada nos imprevisíveis acontecimentos que daqui podem decorrer.

Não há desordem? Quem afirma é o Governo. Então, digo, não haverá estado de sítio, porque o Governo não o pode pedir, uma vez que reconhece não haver desordem e porque nós não lhe poderemos dar esta medida, uma vez que sabemos que o Governo tem razão, quando afirma não haver motivo para alarme; não haverá suspensão das garantias constitucionais, porque dentro delas temos de resolver este problema que não criamos, pois foi estabelecido pelo colapso da administração e pela imoralidade do círculo governativo que se veio revelar em face da Nação; não haverá medidas excepcionais, porque o Governo não tem o direito de requerê-las e nós temos o de negá-las.

O Governo é o primeiro a demonstrar que não tem necessidade dessas medidas, uma vez que ele próprio declara formalmente, pelas afirmativas explícitas das suas mais altas autoridades e implicitamente pelos atos de administração que tem praticado, que nenhuma das manifestações até agora ocorridas dentro das Forças Armadas tem o caráter de subversão ou de indisciplina.

Como, Senhor Presidente, poderíamos conceber a existência deste caráter de subversão ou de indisciplina, lendo as palavras que constam no próprio depoimento do Senhor Ministro da Guerra, profusamente publicadas pelos jornais; como sustentarmos que as manifestações até hoje ocorridas tem caráter de subversão e de indisciplina, lendo os textos inequívocos das reuniões oficiais que se tem realizado pelos componentes das Forças Armadas que comungam com o sentimento do povo e com a opinião do povo, no sentido da punição das vergonheiras, no sentido do esclarecimento das misérias e no sentido de uma solução definitiva e tranqüila para a crise nacional?

Não e, portanto, a oposição que está falando; é a voz de um representante da Nação que, aliás, se manifesta de acordo com um dos mais altos representantes do País, o Senhor Vice-Presidente da República. Sua Excelência, eleito em voto igual, em eleição realizada no mesmo dia, em sufrágio idêntico ao do Chefe do Governo atual, no testemunho tranqüilo de sua posição, na manifestação insuperável do acerto de sua orientação, no desprendimento de sua conduta, ofereceu, ontem, e, se não me engano, está neste momento relatando, no Senado, sua mediação no sentido de que seja resolvida a crise constitucional pela renúncia de Sua Excelência e do Senhor Getúlio Vargas.

Estamos neste ponto de vista. Entendemos e não temos motivos para não declarar - e aqui não falo em nome de meu partido, mas exprimindo largas correntes de opinião que se manifestaram através de vozes expressivas e organismos que não foram considerados subversivos - a nossa firme convicção de que a solução da crise constitucional deve encontrar apoio nas reservas de compreensão, de patriotismo e de renúncia do Senhor Getúlio Vargas.

Fatos semelhantes têm ocorrido em muitos países.

O Sr. Augusto Meira - Vossa Excelência possui alto espírito e assume, no momento, grande responsabilidade. Vossa Excelência fala da opinião geral do País, mas, como jurista, precisa encaminhar juridicamente esta opinião nacional. A Constituição tem todos os remédios. Se o Presidente da República, tem responsabilidade criminal, segundo se propala, não custa ao nobre colega, com o seu saber, com a sua distinção, apresentar denúncia contra o Chefe do Executivo brasileiro. O Congresso se manifestará e, de acordo com a sua opinião, ou o Presidente da República será suspenso de suas funções, se assim a opinião nacional se manifestar, apoiando o Congresso, ou, então, o Congresso apoiará o Presidente da República e a crise estará perfeitamente resolvida constitucionalmente. (*Palmas*).

O SR. AFONSO ARINOS - Senhor Presidente, existem formas constitucionais de se solverem crises perfeitamente idênticas àquela que

agora nos assalta, formas constitucionais não especificamente definidas na Constituição.

Lembro aos nobres Deputados o episódio ocorrido com o Presidente francês Jules Grévy, que se defrontou com grave crise política. No momento em que ficou absolutamente certo e irrespondivelmente provado que a intimidade de sua casa, através da ação deletéria de familiares seus, tinha transformado o Palácio do Eliseu num antro de vergonhosa negociata, o assunto emocionou a Nação, e o genro do Presidente, Wilson, foi denunciado e indiciado como corrupto e corruptor. As provas recolhidas no seu arquivo demonstraram a profundidade do mal de corrupção que avassalava o organismo da presidência. Estabeleceu-se um debate que durou muito tempo - cerca de um mês. O País foi abalado até os fundamentos da sua resistência e honra do regime e a tranqüilidade Vacilava o Presidente em compreender que não era a sua posição individual que estava em jogo, mas a honra do regime e a tranqüilidade de quem nunca jamais se articulara a acusação de ter participado diretamente dos crimes de que eram acusados os seus familiares, em compreender que a crise precisava ter fim e que esse fim só chegaria com o restabelecimento da confiança no Poder Executivo, através de sua própria renúncia. Foi assim, Senhor Presidente, que em novembro ou dezembro de 1887, compreendendo afinal a necessidade de restaurar a paz, de reencaminhar o País na senda da dignidade e da honra, o Presidente Jules Grévy mandou à Assembléia Francesa a carta da sua renúncia.

Assim estamos nós, até este momento, convencidos. Não foi, em qualquer dos pronunciamentos aqui verificados, o Presidente da República retaliado individualmente na sua honra ou jungido pessoalmente ao pelourinho das acusações. O que aqui dissemos foi que o país, provavelmente, não se restauraria; que não era possível a uma autoridade que tivesse chegado aos limites do abandono e da demissão a que chegou a autoridade presidencial reestruturar-se politicamente. E é por isso que nós, sem preocupação de partido - e todas as afirmativas que se fizerem no sentido de que aqui estamos falando em nome de uma corrente política, ou obedecendo a interesses de uma corrente política, são mais do que mentirosas, são torpes, são infames - é por isso, dizia, que, para a situação à que o nosso país assiste hoje estarecido, não encontro símile senão fazendo apelo às célebres palavras de Miguel Pereira: se, para a saúde física, "o Brasil era um vasto hospital", para a saúde moral, hoje, o Brasil ameaça transformar-se num vasto porão do Palácio do Catete.

Eu me dirijo, portanto, a todos os homens de boa vontade do nosso país, aos homens de todas as classes, a começar pelos parlamentares de todos os partidos, a quem estendo, fraternal e cordialmente, a mão, para apertar as mãos que estejam limpas de sangue, de lama e do azinhavre do dinheiro - eu me dirijo aos brasileiros, aos parlamentares, aos representantes das Forças Armadas, dizendo que ou encontramos uma solução convergente, uniforme e dignificante para a crise nacional, ou muito me arreceio de que caíamos em uma fase, em um período, em uma etapa de tragédia, de sangue e de miséria incomparavelmente pior do que todas a que temos assistido na nossa história. *(Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas. O orador é vivamente cumprimentado).*

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Eu que agradeço a V. Ex^a. Parabenizo o Senador Paulo Duque, do Rio de Janeiro, pelo brilhante pronunciamento que fez nesta manhã.

Convido para assumir a tribuna desta Casa o orador inscrito, Deputado Mozarildo Cavalcanti... Senador Mozarildo Cavalcanti, desculpem-me. Ele foi meu colega, Deputado Constituinte, e transformamos os ex-territórios de Roraima e Amapá em Estados. E é nosso futuro Governador o Senador Mozarildo, por Roraima.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

Convido o Senador Paulo Duque para assumir a Presidência, porque tenho um compromisso marcado para às 13h. Já estou atrasado nove minutos. Se V. Ex^a me der essa honra, ficaria muito grato. Peço-lhe que conduza os trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Geovani, que ainda preside a sessão e que transmite a Presidência ao Senador Paulo Duque, quero dizer que é uma honra conviver com V. Ex^a aqui, já que fomos colegas constituintes, quando, entre outras bandeiras, levantamos como prioritária a da transformação de Roraima e Amapá em Estados, já que vivíamos há 45 anos como Territórios Federais, uma anomalia dentro da Federação, porque não elegíamos Governador, não tínhamos Senadores e, portanto, não elegíamos Senadores, e não elegíamos Deputados Estaduais.

Falando em eleição, Sr. Presidente Paulo Duque, que agora assume a Presidência, o tema do meu pronunciamento é exatamente eleições.

Nós teremos, daqui a 239 dias, portanto, no dia 03 de outubro, eleições gerais no País, eleições que vão eleger Deputados Estaduais para todas as vagas, portanto, das Assembleias Estaduais e da Câmara Distrital do Distrito Federal. Todas as vagas da Câmara dos Deputados estarão em disputa, alguns sendo reeleitos e outros novos vindo. Aqui no Senado, a cada quatro anos, há uma alternância: se renova um terço e, na eleição seguinte, se renovam dois terços. Neste ano, haverá eleição de dois terços dos membros do Senado Federal. Portanto, 54 cadeiras, das 81 do Senado Federal, serão disputadas. Quem vai eleger é, justamente, o eleitor.

Eu quero fazer, Sr. Presidente Paulo Duque, uma reflexão sobre esse tema. Eu quero começar, inclusive, dizendo que há uma profunda decepção, desesperança da sociedade, seja do jovem, seja do adulto, seja do idoso, com relação à política. Isso é muito lamen-

tável e muito perigoso, porque, na hora em que não há liberdade no sentido de haver Câmara, Senado, Assembleias Legislativas funcionando, nós substituímos o regime democrático por uma ditadura. E ditadura nenhuma, no mundo, provou ser boa: nem a de Stalin, na Rússia; nem a de Mussolini, na Itália; nem a de Hitler, na Alemanha; nenhuma delas. Seja de direita, seja de esquerda, nenhum regime é melhor que o regime democrático.

Mas eu também quero dizer, Senador Paulo Duque, senhoras e senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, pessoas que nos abrilhantam aqui, na tribuna, que essa desesperança não é de hoje.

O nosso Rui Barbosa, cujo busto encima o nosso plenário, que foi Senador, foi candidato a Presidente da República, foi um ilustre maçom, fez um discurso em 1914 – portanto, há 96 anos, há quase um século –, do qual eu quero extrair uma frase, que, aliás, é muito conhecida e deve ser repetida para que as gerações atuais meditem sobre ela.

O que disse Rui Barbosa? *“De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto.”*

Ora, isso foi dito em 1914. Então, vejam que a origem dos males que afligem a sociedade como um todo, o meio político, o meio empresarial, não é de hoje. Aliás, diz-se que no primeiro documento de que se tem notícia na História do Brasil, que foi a carta de Pero Vaz de Caminha, esse escritor, homem que estava a bordo da esquadra de Pedro Álvares Cabral, quando escreveu para o rei dando notícia da descoberta do Brasil, encaixou lá um pedido de emprego para um parente. Então, na verdade, a questão da desonestidade, da malandragem, não é de hoje, não é desta geração de políticos, não é da geração passada.

O Senador Paulo Duque colocou aqui, muito bem, uma história grande sobre a figura de Getúlio Vargas. O que se viu ali? Que havia uma oposição virulenta dizendo que o Governo de Getúlio Vargas estava num mar de lama. Na verdade, o que existia ao redor de Getúlio Vargas era um grupo de pessoas que, agigantando-se nas suas mãos o poder, o usou de maneira maléfica para toldar, vamos dizer assim, o Governo de Getúlio Vargas, o que redundou no suicídio do Presidente.

Mas eu quero dizer que, se por um lado, há essa desesperança, eu, como médico, sou um homem sempre da esperança. Mesmo quando exercia dia e noite a Medicina, eu aprendi, muito cedo, a não perder a

esperança quando via um doente grave, a não perder a esperança quando via um doente politraumatizado ou um doente com uma infecção grave, porque, se eu perdesse a esperança, esse paciente morreria. Então, fazendo uma comparação, se os brasileiros e as brasileiras perderem a esperança na democracia e, portanto, perderem a esperança na escolha dos seus representantes e dos seus governantes...

Eu esqueci de dizer que também haverá eleição para Governadores de todos os Estados e do Distrito Federal, e também eleição para Presidente da República. Então, é muito importante que a peça-chave dessa eleição, que é o eleitor, com a sua grande arma, e é uma arma secreta, que é o voto, possa usar a sua consciência para mudar, mudar o que ele acha que está errado na sua Assembleia Legislativa, no seu Governo do Estado, na Câmara dos Deputados, aqui, no Senado, na Presidência da República. Tenha ele a convicção de que o voto dele – ele pode pensar: “Ah, é o meu voto, um voto.” – é importantíssimo para dar o rumo que o Brasil vai ter após essa eleição.

Não adianta ficar olhando para trás. Se existem aqui, se existem na Câmara dos Deputados, se existem nas Câmaras Legislativas, se existem nos Governos pessoas corruptas, essas pessoas foram eleitas. Eleitas. Se foram eleitas usando corrupção na eleição, o eleitor tem de estar atento.

Se uma pessoa vem oferecer para ele dinheiro, por exemplo, para pegar seu voto, ele tem de ver o seguinte: esse candidato não deve mais nada a ele, não deve mais nada à sua comunidade, porque ele pagou pelo voto. Essa pessoa, portanto, é corrupta, já se sabe que é corrupta. O sujeito vai colocar uma pessoa corrupta para representá-lo, ou para ser o seu Governador ou o seu Presidente da República.

Quero chamar a atenção, porque me preocupo com o que li há pouco tempo, poucos meses atrás, numa pesquisa do jornal *Folha de S. Paulo* feita pelo Datafolha, que é um instituto de pesquisas. Fiquei, realmente, muito preocupado: 79% dos eleitores entrevistados, em vários Estados do Brasil, disseram que consideram que não é possível fazer política sem um certo grau de corrupção. Quer dizer, então, o eleitor já aceita que tem de haver um grau de corrupção para poder se fazer política. E mais: cerca de 60% desses eleitores entrevistados admitiram que, de alguma forma, já venderam o voto: ou por uma troca de favor, ou por um emprego, ou por uma carrada de barro – e está lá, nessa entrevista, “uma carrada de barro” –, algumas telhas, votaram naquele candidato. Como eu disse, eles se deixaram corromper por um corrupto e elegeram um corrupto. E, aí, esse corrupto vem para cá e vai continuar fazendo corrupção – para cá, para

a Câmara dos Deputados e para as Assembleias Legislativas.

Então, quero dizer para cada eleitor, desde o homem e a mulher mais simples, analfabetos, até, mas que votam – e analfabeto pensa, analfabeto sabe raciocinar,

não sabe escrever, mas sabe raciocinar, até o mais ilustre doutor deste País, que temos uma responsabilidade muito grande. Não é só: “Ah, vou cuidar de mim”. Não. Cuide da sua vizinhança, se você não puder cuidar do bairro todo; cuide da sua cidade, se você for capaz disso; movimente a área onde você está: se você é estudante, no meio estudantil; se você é um comerciante, na sua área; se você é profissional liberal, médico, advogado, etc. Mas, também quero fazer um chamamento às instituições organizadas deste País: a OAB, os conselhos profissionais, os sindicatos, às instituições como Lyons, Rotary e Maçonaria, às religiões, que façam um trabalho permanente, daqui até as eleições, de esclarecimento, de convencimento do eleitor. Porque não pense o ouvinte ou a ouvinte que é apenas o pobre que se deixa corromper não. Ao contrário. O rico muitas vezes vai votar fazendo já corrupção, propondo já corrupção. É o cara que chega e diz assim: “Tenho tantos mil votos; eu sou capaz de dar tantos mil votos, mas preciso disso aqui; só dou em troca disso aqui”. Então, a corrupção não está numa determinada camada, não está numa determinada condição social não, está como um vírus espalhado pela sociedade toda. Coloquei aqui o exemplo do nosso Pero Vaz de Caminha, coloquei a fala de Rui Barbosa, e quero dizer que é preciso que nós tomemos consciência de que não há regime melhor do que a democracia. A democracia que pressupõe um Presidente da República eleito pela maioria da população, para isso, inclusive no Brasil, instituíram-se dois turnos, para que o que for eleito realmente represente a maioria da população,

Os governadores também são eleitos em dois turnos, e os Deputados Estaduais, Federais e os Senadores eleitos pelo voto também direto e secreto. É o mais importante. O voto é secreto. Ninguém tem de ter medo e nem de pensar que alguém que pressiona de uma forma ou de outra o eleitor vai saber em quem você votou. Até porque o Brasil chegou ao ponto de ter um dos sistemas eleitorais, em termos de urna, mais aperfeiçoado do mundo. Não há como um candidato saber como é que você votou. Antigamente, isso era possível. O camarada marcava uma cédula, a botava na urna, e o mesário podia até controlar. Agora, não. Não há essa possibilidade. Então, não há por que ter medo de pressão, de coação de patrão ou de chefe ou disso ou daquilo. Nós temos de fazer essa grande

revolução pelo voto. Então, a partir daí, começar, efetivamente, uma mudança para valer.

O resultado das eleições, que – repito – daqui a 239 dias vão se realizar no Brasil todo, depende de você, meu caro eleitor, minha cara eleitora, depende de você o resultado delas. Às vezes, vê-se um candidato que é candidato a um cargo, a esposa é candidata a outro cargo, o filho é candidato a outro cargo, como se fosse uma monarquia. O fulano, vamos dizer, é candidato a Senador; a mulher é candidata a Deputada Federal; o filho é candidato a Deputado Estadual, e aí se forma uma dinastia dentro do Estado.

Da mesma forma, não se pode pensar em reeleger ou eleger pessoas que se preocupam, por exemplo, quando estão aqui ou na Câmara ou na Assembleia, em colocar a mulher em um cargo X, o filho em um cargo Y, a filha em outro cargo, o primo, etc, e aí ainda disfarçam, porque botam a mulher no Ministério A; o filho em uma instituição B da Administração Indireta; a filha em um Secretaria de Governo, e aí nem há ilegalidade do ponto de vista da questão do nepotismo, porque ele espalha por lugares diferentes seus parentes. Então, é bom que o eleitor preste atenção. Não preste atenção somente no programa eleitoral em que o corrupto vai aparecer muito bonitinho, mostrando que fez isso e aquilo, ou então que quer fazer isso e aquilo, e depois o seu voto é dado para um cara que não presta. Ficar esperando que a Justiça corrija isso é muito mais complicado. Voltando à medicina, é muito mais facilmente fazer a prevenção da doença, evitar que a pessoa adoença, do que depois querer curá-la de uma infecção grave ou de uma doença grave.

Nessas eleições, o voto é uma medida preventiva para evitar que tenhamos corruptos no comando desta Nação. Repito: isso não é de hoje. Em 1914 Rui Barbosa já dizia a célebre frase, que vou mandar imprimir e fazer uma distribuição onde puder.

Lá em Roraima, estamos fazendo uma mobilização no PTB jovem indo às escolas, no PTB Mulher e de todas as categorias, mexendo com o sentimento das pessoas, porque precisamos moralizar a política.

Algumas vezes, já ouvi, para mim mesmo, alguém dizer assim: “Fulano, você é besta. Você já teve dois mandatos de Deputado Federal, dois mandatos de Senador e não tem nada, enquanto o fulano de tal é isso e aquilo”. Eu digo que tenho, sim. Tenho uma grande riqueza de ser um homem que tem todos os filhos formados. Dois são juízes, portanto são concur-

sados, são vitalícios. Uma é funcionária pública de um cargo comissionado fora do Senado, fora da Câmara e fora do meu Estado. E tenho a tranquilidade de que eles não terão nunca, nunca, o desprazer de ter vergonha do pai que têm. Esse é o tesouro e a grande herança que quero deixar para eles e um exemplo de que é possível, sim.

A grande maioria dos Senadores e Deputados são pessoas honestas. Agora, existe um grupo, minoritário, mas influente, que comanda, desde as assembleias, Câmara Federal, Senado, Presidência da República, Ministérios, a corrupção. E como é fácil de saber isso? É só fazer uma análise do noticiário dos últimos anos. É só buscar. Não precisa fazer lei do “ficha suja” ou “ficha limpa”. É só olhar a ficha deles. Hoje, na Internet, você acessa qualquer Tribunal e sabe quem é quem.

Ao terminar, Senador Paulo Duque, quero pedir a cada cidadão e a cada cidadã que faça essa mobilização, principalmente às instituições organizadas, as quais já mencionei aqui e que agora repito: a Ordem dos Advogados do Brasil, os conselhos profissionais, os sindicatos, o Lyons, o Rotary, a Maçonaria, as religiões, qualquer instituição,

as associações de moradores de bairro, vamos fazer essa mobilização pela moralização do voto e pela conscientização da importância de eleger pessoas de bem para qualquer cargo que esteja em disputa daqui a 239 dias apenas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Geovani Borges, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Duque.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 1, de 2010**, da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a aprovação de Substitutivo ao **Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2004**.

Com referência ao expediente mencionado, a Presidência comunica ao Plenário que ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2004, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Assuntos Sociais.

É o seguinte o ofício:

OF. nº 1 /10 - PRES/CAS

Brasília, 03 de fevereiro de 2010.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2004, que “Altera os artigos 17 e 18 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre planos e seguros privados de assistência à saúde, para tornar obrigatória a existência de contratos escritos entre operadoras dos referidos planos e seus prestadores de serviços”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente,



**Senadora ROSALBA CARLINI
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2004** (nº 727/2003, na Casa de origem, da Deputada Edna Macedo), que *define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB –

RJ) – O Sr. Senador Gerson Camata enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, por ampla maioria, de 40 votos a favor e 7 contra, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou, dias atrás, a legalização dos bingos e de outros jogos de azar, como máquinas caça-níqueis e de videopôquer no Brasil. A legalização, argumentam seus defensores, permite o retorno de uma atividade econômica importante para muitos municípios, especialmente os situados em regiões turísticas, além de criar, segundo a Força Sindical, 320 mil empregos diretos e indiretos.

Deixemos de lado o fato de que até agora ninguém explicou de maneira convincente como seria gerado tamanho número de empregos. O fato é que, em tese, mecanismos reguladores eficientes até podem evitar, em parte, as conseqüências indesejáveis da liberação do jogo.

Ou seja, os apostadores deveriam saber com antecedência suas as suas possibilidades reais de ganho e o destino dos valores arrecadados precisaria ser indicado com clareza – preferencialmente reservando um percentual significativo, e não os 5,1 por cento de tributação previstos no projeto, para ações sociais. Além disso, seria preciso proibir a instalação de máquinas caça-níqueis em qualquer tipo de local público, como padarias, lan houses e lanchonetes.

O projeto toma cuidados, como o de prever que as casas de bingo devem ficar em local discreto, sem letreiros que chamem a atenção. Também não poderão explorar outros serviços, a não ser os de restaurante, bar e realização de shows artísticos. As máquinas precisarão ser homologadas pelo Ministério da Fazenda e os jogos serão acompanhados via Internet pelos computadores da Receita Federal, onde os nomes dos ganhadores serão inseridos.

Impostos serão descontados na fonte e repassados no dia seguinte à Receita. Donos das casas de bingo só poderão abrir 3 estabelecimentos cada um, e precisarão contratar 50 funcionários para cada 350 cadeiras de jogadores. Nenhum bingo poderá ser instalado em distância inferior a 500 metros de escolas e igrejas.

Tudo parece perfeito, com as devidas cautelas tomadas para a proteção de menores e jogadores compulsivos, entre outros. Mas a liberação de jogos de azar encerra muitos efeitos nocivos. A maior parte do lucro das casas de apostas não vem, ao contrário do que querem fazer crer os defensores da liberação, das senhoras idosas que passam as tardes jogando nas cartelas de bingo. Quem proporciona dinheiro são aqueles que consomem boa parte do dia apostando nas máquinas de videopôquer e nos caça-níqueis, controlados por uma verdadeira máfia, como já ficou provado em investigações realizadas pela Polícia Federal.

Dois anos atrás, os policiais descobriram, no Rio e em Mato Grosso do Sul, uma quadrilha que negociava decisões da Justiça Federal para favorecer donos de casas de bingo e de máquinas caça-níqueis. Um juiz, 3 desembargadores, 4 advogados, um integrante da Procuradoria da Fazenda Nacional e uma funcionária da Receita Federal integravam o esquema.

Poucas semanas atrás, a mesma Polícia Federal interrompeu as atividades de um bando que explorava jogos de azar pela Internet, manipulando os resultados: se o valor do prêmio obtido por um jogador ultrapassava a margem de lucro determinada, a conexão era cortada, anulando o jogo. Programados para ficar com 80 por cento dos valores apostados, os jogos eram difundidos por sites hospedados nos Estados Unidos, com o objetivo de dificultar investigações policiais.

A quadrilha, que movimentava quase 60 milhões de reais por ano e agia em 12 Estados, era chefiada por donos de casas de bingo e de máquinas caça-níqueis. Um dos delegados participantes da operação diz que gravações telefônicas comprovaram que havia disputas por pontos de jogo, corrupção de servidores públicos e até indícios de ligações com assassinatos.

O jogo atrai o crime, como comprovam as notórias ligações de mafiosos com a exploração de cassinos nos Estados Unidos, pelo menos até o final da primeira metade do século 20. E o jogo vicia. Para tratar de jogadores patológicos, dispomos de poucos especialistas e centros de atendimento, concentrados em São Paulo. O projeto de lei prevê a criação de um cadastro de viciados, com objetivo de limitar suas apostas. Não é difícil prever que esta será uma tarefa impossível, já que não há como identificá-los, nem como estabelecer critérios confiáveis para determinar quem é viciado em

jogo ou não. Além disso, uma vez cadastrados, onde encontrarão tratamento, e como serão convencidos a buscá-lo?

Estão em pleno curso campanhas contra o fumo em locais públicos e contra motoristas irresponsáveis que dirigem depois de ter ingerido bebidas alcoólicas. Leis federais e estaduais apertam o cerco contra os fumantes e aqueles que insistem em tomar o volante de um veículo, apesar de embriagados. Não se fala, entretanto, nos riscos associados ao jogo, uma atividade que tem alto potencial para criar dependência e arruinar não só o viciado como também sua família.

É preciso exercitar o máximo de cautela quando se debate a liberação dos jogos de azar. Como diz uma nota divulgada há poucos dias pelo Conselho Episcopal da Pastoral da CNBB, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a legalização dos bingos eletrônicos e outros jogos “possibilita o retorno a um mal já supe-

rado, colocando em risco a segurança e o bem estar das famílias, submetendo à exploração tantas pessoas, tornando-as dependentes”. Mais grave ainda, assinala a nota, “abre-se um novo campo para a prática de diversos crimes, entre estes a lavagem de dinheiro”. Liberar uma atividade que tem sido utilizada com frequência alarmante pelo crime organizado é uma atitude arriscada, da qual poderemos nos arrepender num futuro bem próximo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ)

– Não havendo mais oradores inscritos, vou encerrar a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 28 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
PTB - Osvaldo Sobrinho** (S)

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Bloco-PT - Sadi Cassol* (S)
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
 (Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁷⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final prorrogado: 21/02/2010

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,19)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
VAGO ^(5,28)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,22)	1. João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁸⁾
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,20)	2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,21)	
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) ⁽²³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁴⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14.17.26)	
PDT/PSOL (9)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
28. Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3303-3514
Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo final prorrogado: 02/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJM nº 081/2009).

7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) (5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.581, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.581, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo final prorrogado: 17/07/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

** . Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2009.

*****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiofficio@senado.gov.br

2) RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM) ⁽¹⁾	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Shessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) ^(2,3,4)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

Notas:

1. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
2. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
3. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI N° 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

3) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo: 22/12/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
 2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
 3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
 4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).
- *. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos

Telefone(s): 33034854

Fax: 33031176

4) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009
Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 330311176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (PT) ⁽³⁾	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
 2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
 3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
 4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
 5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).
- *. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).

2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).

3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Adelmir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

7) NOVO PACTO FEDERATIVO NO BRASIL

Finalidade: Promover amplo debate e propor medidas para adoção de um novo pacto federativo no Brasil, ou para o aperfeiçoamento do vigente.

(Requerimento nº 488, de 2008, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
	1.
	2.
	3.
Senador Cícero Lucena (PSDB)	4. Senador João Tenório (PSDB) ⁽¹⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁾	5. Senador Sérgio Guerra (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Senador João Ribeiro (PR)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	3. Senador Flávio Arns (PSDB) ^(4,6)
Senador Tião Viana (PT)	4. Senador Paulo Paim (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Almeida Lima (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Gerson Camata (PMDB) ⁽³⁾
Senador Neuto De Conto (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) ^(3,5,7,8)
Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Mauro Fecury (PMDB) ⁽³⁾
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁾	4. Senador Paulo Duque (PMDB) ⁽³⁾
PTB	
Senador Sérgio Zambiasi	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
Senador João Durval	1.

Notas:

1. Em 09.06.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. n 107/09 - GLPSDB).
2. Em 09.06.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. n 107/09 - GLPSDB).
3. Em 10.06.2009, a Liderança do Bloco da Maioria (PMDB,PP)designa seus membros na Comissão (OF. GLPMDB nº 007-A/2009).
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

8) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

9) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) ^(2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal**.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Aloizio Mercadante (PT) ^(3,5)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senadora Patrícia Saboya ^(1,2,4,6)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG)
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).

NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²

PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²

PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009³

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiofficio@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Eduardo Suplicy (PT) (40)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (39)
Delcídio Amaral (PT) (34)	2. Renato Casagrande (PSB) (36)
Aloizio Mercadante (PT) (31)	3. João Pedro (PT) (11,28)
Tiã Viana (PT) (32)	4. Ideli Salvatti (PT) (33)
Marcelo Crivella (PRB) (41)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (35,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (29)	6. Sadi Cassol (PT) (4,30,81,82,83,84,87)
César Borges (PR) (37)	7. João Ribeiro (PR) (38)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (55,57)	1. Romero Jucá (PMDB) (62,68)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (64,67)	2. Gilvam Borges (PMDB) (56,59)
Gerson Camata (PMDB) (69,70)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,63)
Valdir Raupp (PMDB) (60)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (1,63,80,85,86)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,53,54)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,58,71)
Pedro Simon (PMDB) (61,66)	6. Paulo Duque (PMDB) (2,63)
Renan Calheiros (PMDB) (65,78)	7. Almeida Lima (PMDB) (65,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Eliseu Resende (DEM) (52)	1. Gilberto Goellner (DEM) (42)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,42)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,47)
Efraim Morais (DEM) (44)	3. Heráclito Fortes (DEM) (51)
Raimundo Colombo (DEM) (50)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (42)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,45)	5. Kátia Abreu (DEM) (43)
Oswaldo Sobrinho (PTB) (13,46,76,79)	6. José Agripino (DEM) (5,49)
Cícero Lucena (PSDB) (26)	7. Alvaro Dias (PSDB) (22)
João Tenório (PSDB) (25)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,27,74)
Arthur Virgílio (PSDB) (26,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (23)
Tasso Jereissati (PSDB) (26)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (24,75)
PTB (7)	
João Vicente Claudino (48)	1. Sérgio Zambiasi (12,48)
Gim Argello (48)	2. Fernando Collor (48)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de comprar a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
23. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
27. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
28. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
29. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
30. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
31. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.

32. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
34. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
35. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
36. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
37. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
38. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
39. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
44. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
45. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
46. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
47. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
48. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
52. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
61. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

62. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
63. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
VAGO (10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO (11,13)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (5)	
VAGO (3,18,29,71,81)	1. VAGO (26,78)
Augusto Botelho (PT) (31)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (27)	3. Eduardo Suplicy (PT) (34)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (33,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (32,35)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,60,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,59,63)	7. José Nery (PSOL) (36,64,65)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,72)	1. Lobão Filho (PMDB) (55)
Gilvam Borges (PMDB) (9,50)	2. Romero Jucá (PMDB) (56)
Paulo Duque (PMDB) (6,51)	3. Valdir Raupp (PMDB) (48)
VAGO (52,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80)
Mão Santa (PSC) (54,76,79)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (53)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (43,70,73)
Efraim Morais (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,82,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,58)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
59. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
60. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
72. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).
73. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (OF./GSFA/0898/2009).
82. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (6)	2. Marisa Serrano (PSDB) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PSDB) (10,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (9)
PMDB	
Paulo Duque (4)	1. VAGO (5,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
- Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
- Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
- O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF./GSFA/0801/2009).
- O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 162/2009-GLPMDB).
- Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (OF./GSFA/0898/2009).

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽¹³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁵⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,3)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁹⁾	2. VAGO ^(2,11,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT) ⁽⁴⁾	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(12,14,15)	1. Paulo Duque ⁽⁸⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾	1. João Durval (PDT) ⁽⁷⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
9. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício n° 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/n° lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. n° 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(2,3)	1. Wellington Salgado de Oliveira
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Serys Shessarenko (PT) (38,74,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,33)
Aloizio Mercadante (PT) (10,35)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,36)
Eduardo Suplicy (PT) (38)	3. Marcelo Crivella (PRB) (31)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (37)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,34,70)
Ideli Salvatti (PT) (38)	5. César Borges (PR) (39,40)
João Pedro (PT) (32,40,87,88,89)	6. Marina Silva (PV) (19,30,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (54,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (62,69)
Almeida Lima (PMDB) (60,68)	2. Renan Calheiros (PMDB) (57,65,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (56,68)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (55,67,78)
Francisco Dornelles (PP) (58,68)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,64,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,68)	5. Valdir Raupp (PMDB) (51,61,66)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,59,63)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,68)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Kátia Abreu (DEM) (49)	1. Efraim Morais (DEM) (47)
Demóstenes Torres (DEM) (52)	2. Adelmir Santana (DEM) (50)
Oswaldo Sobrinho (PTB) (41,82,85)	3. Raimundo Colombo (DEM) (42)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,45)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (43)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,48)
Alvaro Dias (PSDB) (27,73)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (29)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (24,71,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (28)
Lúcia Vânia (PSDB) (27)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (26,72)
Tasso Jereissati (PSDB) (27)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,75,90,92)
PTB (7)	
Romeu Tuma (44)	1. Gim Argello (46)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
28. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
31. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
40. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
41. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
46. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
47. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
50. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
52. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

-
70. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
71. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
72. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB)
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
PDT	
Osmar Dias	1. VAGO ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.

*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽⁹¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ^(73,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,81,90,93,94)	1. João Pedro (PT) (1,38)
Augusto Botelho (PT) (36)	2. Gim Argello (PTB) (35,95,100)
Fátima Cleide (PT) (36)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,33)
Paulo Paim (PT) (36,50,66)	4. José Nery (PSOL) (34)
Inácio Arruda (PC DO B) (30)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (32,67,94,96)
Ideli Salvatti (PT) (31,76,78,80,95)	6. João Ribeiro (PR) (32,71)
Sadi Cassol (PT) (37,85,86,87,98,101)	7. Marina Silva (PV) (32,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (62)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,53,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (62,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) (61)	3. Pedro Simon (PMDB) (62)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (59)	4. Neuto De Conto (PMDB) (54)
Gerson Camata (PMDB) (55)	5. Valdir Raupp (PMDB) (63)
VAGO (5,9,56,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,58)
VAGO (60,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (57)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,40)	1. Gilberto Goellner (DEM) (42)
Marco Maciel (DEM) (45)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,49)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,51)	3. Osvaldo Sobrinho (PTB) (48,77,82)
Heráclito Fortes (DEM) (52)	4. Efraim Morais (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,44)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,47)
Adelmir Santana (DEM) (41)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (28)	7. Cícero Lucena (PSDB) (25,69,75,84,89,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (27,92)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (24,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (22)
Marisa Serrano (PSDB) (29)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,46)	1. João Vicente Claudino (46)
Romeu Tuma (46)	2. Mozarildo Cavalcanti (46)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
32. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
36. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
37. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
38. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
41. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
42. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
45. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
46. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
47. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
49. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
50. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
53. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
90. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
91. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
93. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009/GLPTB)
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 159/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Ideli Salvatti (PT) (7,13)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,14)	2. Flávio Arns (PSDB) (13,14,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (16)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,18)	1. VAGO (7)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (11)	3. VAGO (19)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,20)
Marco Maciel (DEM) (9)	2. VAGO (9)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (10,15)
Eduardo Azeredo (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,12)
PDT	
Cristovam Buarque (7,17)	1. VAGO (17)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

14. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (PV) (7,26,43,45)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (39,47,48,49)	1. Romero Jucá (PMDB) (39)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (39)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,38)
Gilvam Borges (PMDB) (40)	3. Almeida Lima (PMDB) (39)
Valter Pereira (PMDB) (39)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (39)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Adelmir Santana (DEM) (33)
Kátia Abreu (DEM) (27)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35)
Heráclito Fortes (DEM) (34)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,31)
Eliseu Resende (DEM) (32)	4. Osvaldo Sobrinho (PTB) (9,30,44,46)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,15)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (14)
Marisa Serrano (PSDB) (17)	7. Mário Couto (PSDB) (16)
PTB	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,37,42)	1. Cristovam Buarque (12,36,41)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
16. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
34. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Majoria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA
AMAZÔNIA
(Requerimento Da Cma 8, de 2008)**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (6,7,8)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽⁶⁾

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
João Pedro (PT)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(3,7,8)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
 2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
 3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
 5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
 6. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
 7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
 8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
**. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽²⁾

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. João Pedro (PT) ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(1,5,6)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
 3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
 4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
 5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
 6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
- ** Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,60,61,64)	1. João Pedro (PT) (19)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Slhessarenko (PT) (23)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,26,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,20,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (41,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
Gilvam Borges (PMDB) (34)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,33)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (36,55,63,66)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) (2,29)	1. Heráclito Fortes (DEM) (32)
Rosalba Ciarlini (DEM) (30)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (31,51,54)
Eliseu Resende (DEM) (4,28)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (25)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,27)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,59,62)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB (7)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (15)	1. Jefferson Praia (14)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
26. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
31. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
32. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
60. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT) ⁽⁶⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(15,17,18)	1. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,7)
Valter Pereira (PMDB) ⁽¹¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,4,9)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽¹²⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹³⁾	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹⁰⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽¹⁴⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (OF. CDH 078-09).
6. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. CDH 078-09).
7. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
8. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
9. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (OF. CDH 078-09).
10. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
11. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
15. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
16. Em 15.04.2009, o Senador Paulo Paim foi eleito Presidente da Subcomissão (Ofício nº 078/09 - CDH).
17. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
18. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shlessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1. Flávio Arns (PSDB) (1,2)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

2. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. N° 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

** . Em 03.08.2009 foi à publicação o OF. N° 086/09-CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 26, de 2009-CDH, cujo teor renomeia o colegiado para Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (9)	
Eduardo Suplicy (PT) (43)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,71,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,74)	2. Marina Silva (PV) (47,83,84)
João Ribeiro (PR) (41,67)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,73)
João Pedro (PT) (40)	4. Magno Malta (PR) (38)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,54,66,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) (22,44,49,70)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,63)
Francisco Dornelles (PP) (62)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (2)
Romero Jucá (PMDB) (3,72,75)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,65)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,61)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM) (58)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,53)
Demóstenes Torres (DEM) (57)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,50)
Marco Maciel (DEM) (18,29,56)	3. José Agripino (DEM) (23,27,55)
Heráclito Fortes (DEM) (8,51)	4. Romeu Tuma (PTB) (52,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (33,68)	5. Alvaro Dias (PSDB) (35)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,69)
Flexa Ribeiro (PSDB) (36)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (37)
PTB (12)	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,48)	1. Mozarildo Cavalcanti (48)
PDT	
Patrícia Saboya (31,59,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,32,60)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
32. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
36. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
37. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
38. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
41. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
44. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
48. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
53. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
54. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
55. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
56. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
57. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
58. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
59. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
67. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloízio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
69. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
70. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
71. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
72. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
73. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
75. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

-
78. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).
79. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento n° 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG n° 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário n° 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Shessarenko (PT) (16)	1. Marina Silva (PV) (23,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (16,29,60)	2. Paulo Paim (PT) (18,29,55)
Ideli Salvatti (PT) (16)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (25)
Inácio Arruda (PC DO B) (19)	4. VAGO (24,71,72,73)
Fátima Cleide (PT) (21)	5. Eduardo Suplicy (PT) (17)
João Ribeiro (PR) (22)	6. João Pedro (PT) (20)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (50,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,48)
Gilvam Borges (PMDB) (49)	2. Lobão Filho (PMDB) (26,52)
Paulo Duque (PMDB) (44)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,45)
Mão Santa (PSC) (5,9,53,70,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (43)
Valdir Raupp (PMDB) (54,59)	5. VAGO (47,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (46)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,58,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (27)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (31)
Eliseu Resende (DEM) (32)	2. Efraim Morais (DEM) (33)
Heráclito Fortes (DEM) (38)	3. Adelmir Santana (DEM) (35)
Oswaldo Sobrinho (PTB) (34,67,69)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (30)
Kátia Abreu (DEM) (7,28)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,36)
Arthur Virgílio (PSDB) (42,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (15)
João Tenório (PSDB) (40,56)	7. Mário Couto (PSDB) (13,57,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15)	8. Alvaro Dias (PSDB) (15,62)
Marconi Perillo (PSDB) (41)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (14)
PTB (4)	
Fernando Collor (37)	1. Gim Argello (37)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
16. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Shessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
17. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
18. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
19. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
24. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
25. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Alofizio Mercadante.
26. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
27. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcício Amaral, que passa à suplência.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
34. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
35. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
37. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
38. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
41. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
42. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

43. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
56. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
57. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
58. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
59. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
60. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
71. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (56,58)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (28)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,24)
Serys Shlessarenko (PT) (2,25)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (27)	3. Tião Viana (PT) (23,54)
José Nery (PSOL) (26)	4. VAGO (23)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (33,41,55,57)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (45)
Valter Pereira (PMDB) (1,44)	2. Pedro Simon (PMDB) (46)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,43)	3. Valdir Raupp (PMDB) (48)
Almeida Lima (PMDB) (42)	4. Gerson Camata (PMDB) (47,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) (36)	1. Gilberto Goellner (DEM) (29)
Marco Maciel (DEM) (37)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (30,52,53)
Rosalba Ciarlini (DEM) (38)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,32)
Adelmir Santana (DEM) (34)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,31)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (19)
Marconi Perillo (PSDB) (20)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (10,13,22)
Papaléo Paes (PSDB) (17)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (21)
PTB (5)	
Gim Argello (35)	1. Mozarildo Cavalcanti (35)
PDT	
Jefferson Praia (8,16,40)	1. João Durval (15,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
20. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
21. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
26. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
27. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
37. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).

47. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (22,71)
Sadi Cassol (PT) (23,62,67,70)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (PT) (21,32,49)	3. Eduardo Suplicy (PT) (20,60,61,63,65)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Shessarenko (PT) (17,52)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (2,11,44,47,59,68,69)	1. Romero Jucá (PMDB) (37,45)
Neuto De Conto (PMDB) (40,43)	2. Valdir Raupp (PMDB) (38,48)
Gerson Camata (PMDB) (36,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (35,39)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (41,42)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (26)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
Raimundo Colombo (DEM) (27)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Oswaldo Sobrinho (PTB) (8,10,30,57,58)	4. José Agripino (DEM) (25)
VAGO (13,53,56,64,66)	5. Mário Couto (PSDB) (16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,55)	6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
PTB (5)	
Romeu Tuma (9,29)	1. Sérgio Zambiasi (29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
64. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
65. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(6,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO ^(5,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (19)	1. Delcídio Amaral (PT) (22)
Renato Casagrande (PSB) (18)	2. Flávio Arns (PSDB) (19,52,54)
Magno Malta (PR) (21)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (20,43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (20,41,44)	4. João Ribeiro (PR) (20,47)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)	1. Valter Pereira (PMDB) (36)
Lobão Filho (PMDB) (35)	2. Romero Jucá (PMDB) (38)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,39)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,34,42,48)
Valdir Raupp (PMDB) (40,46)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2,53,56,58)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (27)
Demóstenes Torres (DEM) (3,23)	2. Eliseu Resende (DEM) (25)
José Agripino (DEM) (6,12,29)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (24)	4. Kátia Abreu (DEM) (26)
Cícero Lucena (PSDB) (14)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (16,31)
Flexa Ribeiro (PSDB) (16,31)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (17,49)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,16,45)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (28)	1. Fernando Collor (28)
PDT	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
19. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
29. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).

43. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
44. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
45. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
46. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO ⁽³⁾	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO ⁽¹⁾	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)	4. Augusto Botelho (PT-RR)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Mão Santa (PSC-PI) ⁽¹³⁾
Paulo Duque (PMDB-RJ)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	3. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO ⁽¹⁰⁾	4. VAGO ⁽¹⁰⁾
VAGO ⁽¹⁰⁾	5.
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PDT	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

Atualização: 02/10/2009

Notas:

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJIRIB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009

3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 Fax:3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS

PMDB

Wellington Salgado de Oliveira (MG) ⁽⁴⁾

DEM

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO)

PTB

Oswaldo Sobrinho (MT) ^(2,11)

PDT

Patrícia Saboya (CE) ^(5,7,8)

PR

Magno Malta (ES) ^(1,6,9)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP

Francisco Dornelles (RJ) ⁽¹⁰⁾

PSOL

José Nery (PA)

Atualização: 01/12/2009

Notas:

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.
2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
6. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme Of.GSEJUN nº 225/2009.
7. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
8. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
9. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
10. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
11. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258
E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Markezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM/PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Damião Feliciano (PDT-PB) ²	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.10.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / BrasilFones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880 e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/II nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGMP, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/II nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/II nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

¹³ O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴ Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Damião Feliciano¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> DAMIÃO FELICIANO PDT-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.



Edição de hoje: 214 páginas

OS: 2010/10324